



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marcelle Christine Bessa de Macedo

**Leste da República Democrática do Congo: construindo espaço político
alternativo à representação de Estado?**

Rio de Janeiro

2018

Marcelle Christine Bessa de Macedo

Leste da República Democrática do Congo: construindo espaço político alternativo à representação de Estado?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Mello Valença

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

B557 Bessa, Marcelle Christine.
Leste da República Democrática do Congo: construindo espaço político
alternativo à representação de Estado? / Marcelle Christine Bessa. – 2018.
116 f.

Orientador: Marcelo Mello Valença.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Relações Internacionais – Teses. 2. República Democrática do Congo –
Teses. 3. Conflitos – Teses. I. Valença, Marcelo Mello. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

es CDU 327(675)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcelle Christine Bessa de Macedo

**Leste da República Democrática do Congo: construindo espaço político alternativo à
representação de Estado?**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de
concentração: Política Internacional.

Aprovada em 19 de setembro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Mello Valença (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dra. Marta Fernández
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Prof. Dr. Guilherme Dias
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a toda a minha família pelo apoio para chegar até aqui. Agradeço aos meus pais, Thais e Alexandre, e irmãos, Alessandra e Rodrigo, pela formação e oportunidades que me fizeram persistir e almejar cursar um mestrado. Pessoas que me incentivaram e apoiaram, por todo o sempre, não só na trajetória acadêmica, mas em todas as dificuldades e alegrias.

Em especial ao Arthur, meu afilhado, e mais que especial, ao Victor, meu sobrinho, meu grande amigo, maior amor da minha vida. Ambos ainda não possuem a noção do que é um mestrado, mas que suas presenças a trajetória não teria as mesmas dificuldades e alegrias.

Aos amigos e professores da UERJ, que direta ou indiretamente colaboraram com minha trajetória acadêmica e de alguma forma contribuíram com a minha formação. Em especial Beatriz Pontes e Yesa Ormond que me acompanharam nas grandes dificuldades e ajudaram para que os obstáculos fossem ultrapassados.

Um enorme agradecimento, gratidão e admiração pelo meu orientador Marcelo Valença, que me apoiou nos diversos momentos difíceis e tornou minha pesquisa possível. Um pedido de desculpas também porque sei que fui uma orientanda difícil, que queria ler tudo, falar de tudo... Enfim, em alguns momentos precisava de voltar à realidade de um trabalho possível.

Aos amigos e professores da Unilasalle, onde fui graduada. Foi um marco importante e inicial para chegar aqui. Um abraço especial às amigas Fernanda Nanci, Patrícia e Ana Carolina. Um agradecimento especial ao Guilherme Dias e Wellington Amorim, que acompanharam o início deste processo.

Agradeço a outros amigos que além de me apoiarem e acompanharem, ouviram meus argumentos, minhas dúvidas, minhas leituras e, principalmente, minhas divagações. Sandra, Salvador, Bezerra, Ricardo Miranda, muito obrigada por me ouvir e, às vezes, comentar. Evânio, que além de ouvir ainda leu algumas coisas que escrevi e criticou...bastante. Todas essas conversas e críticas foram muito importantes. Obrigada e desculpa se em algum momento não aceitei muito bem.

Por fim, um agradecimento mais que especial ao Marcelo Felício. Meu maior incentivador e companheiro nesta trajetória, mas não estará presente no trabalho terminado, que sem seu incentivo não ocorreria. Meu muito obrigada e grande admiração pelo que você foi na minha vida e de todos ao seu redor.

RESUMO

BESSA, Marcelle Christine. **Leste da República Democrática do Congo: construindo espaço político alternativo à representação de Estado?**. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho buscará apresentar a importância do estudo alternativos às abordagens tradicionais de segurança e RI para os Estados pós-coloniais. Vale salientar, as abordagens tradicionais de RI e os estudos convencionais de segurança apresentam uma interseção entre poder e conhecimento. Esta imbricação, de acordo com Barkawi e Laffey (2006), constitui produto do poder ocidental. Ademais, os estudos de segurança tradicionais são centrados na experiência europeia, sendo considerado inadequado para estudar os conflitos ocorridos na região leste da República Democrática do Congo, investigada neste trabalho. Dessa forma, uma vez que estudos convencionais de segurança se apoiam e reproduzem eurocentrismo, apresentariam uma análise distorcida (BARKAWI; LAFFEY, 2006) dos conflitos no leste congolês. Assim, para a pesquisa proposta, serão utilizados como ferramenta de análise os Estudos Críticos de Segurança (CSS). A escolha por tal lente de estudo ocorreu, ainda, por acreditar que a mesma se alinha às perspectivas críticas - pós-colonialismo e pós-estruturalismo. Isso ocorre porque nas regiões pós-coloniais existe a atuação de diversos atores não-estatais nas questões de segurança bem como conflitos nos quais há a imbricação de problemas tanto domésticos quanto internacionais de segurança, tensionando a representação de Estado. O recorte temporal utilizado será a década de 1990. Ademais, a metodologia adotada será a representação histórica (DUNN, 2008) e *practice tracing* (POULIOT, 2015). Dunn (2008) busca apresentar como representações, temporal e espacial, constroem realidades e conhecimento. O *practice tracing*, proposto por Pouliot (2015), busca o estudo da causalidade a partir de eventos específicos, entendendo haver similaridades entre os mesmos.

Palavras-chave: Relação Poder/Conhecimento. República Democrática do Congo. Pós-Colonial. Conflitos. Estado.

ABSTRACT

BESSA, Marcelle Christine. **East of Democratic Republic of Congo: building alternative political space to state representation:?**. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This research will try to present the importance of the study alternative to the traditional approaches of security and IR for the postcolonial states. It is worth noting that traditional approaches to IR and conventional security studies present an intersection between power and knowledge. This imbrication, according to Barkawi and Laffey (2006), is a product of Western power. In addition, traditional security studies are centered on the European experience and are considered inadequate to study the conflicts in the eastern region of the Democratic Republic of Congo investigated in this work. In this way, once conventional security studies support and reproduce Eurocentrism, they would present a distorted analysis (BARKAWI; LAFFEY, 2006) of the conflicts in eastern Congolese. Thus, for the proposed research, the Critical Security Studies (CSS) will be used as an analysis tool. The choice for such a lens of study has also occurred because it believes that it aligns itself with the critical perspectives - post-colonialism and post-structuralism. This is because in the postcolonial regions there is the performance of various non-state actors in security issues as well as conflicts in which there is the intermingling of both domestic and international security problems, stressing state representation. In addition, the methodology adopted will be historical representation (DUNN, 2008) and practice tracing (POULIOT, 2015). Dunn (2008) seeks to present as representations, temporal and spatial, construct realities and knowledge. The practice tracing, proposed by Pouliot (2015), seeks the study of causality from specific events, I believe there are similarities between them.

Keywords: Relation Power/Knowledge. Democratic Republic of Congo. Postcolonial. Conflicts. State.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADF	<i>Allied Democratic Forces</i>
AIA	Associação Internacional Africana
AIC	Associação Internacional do Congo
AFDL	<i>Aliance de Forces Democratique pour La Libération du Congo-Zaire</i>
CEHC	Comitê de Estudos do Alto Congo
CSONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
CSS	Estudos Críticos de Segurança
FAC	Forças Armadas do Congo
FAR	Forças Armadas Ruandesas
FPR	Frente Patriótica Ruandesa
MLC	<i>Mouvement de Libération du Congo</i>
MONUC	<i>Mission de L'organisation des Nations Unies en République Démocratique du Congo</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
RCD	<i>Rassemblement Congolais pour la Démocratie</i>
RCD-K-ML	<i>Rassemblement Congolais pour la Démocratie Kisangani</i>
RCD-G	<i>Rassemblement Congolais pour la Démocratie Goma</i>
RDC	República Democrática do Congo
RI	Relações Internacionais
RPA	<i>Rwandan Patriotic Army</i>
SI	Sistema Internacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	TEORIAS OU ABORDAGENS TEÓRICAS?	26
1.1	A importância dos estudos pós-coloniais	27
1.1.1	<u>O que é pós-colonialismo?</u>	29
1.1.2	<u>Colonizado versus colonizador: faces da mesma moeda</u>	30
1.1.3	<u>A formação do conhecimento</u>	31
1.1.4	<u>Relações de poder: o internacional na visão do “outro”</u>	35
1.1.5	<u>Críticas ao Pós-Colonialismo</u>	37
1.2	Convergência: pós-colonialismo e pós-modernismo	38
1.3	Pós-estruturalismo: existe uma única forma de organização política?	39
1.3.1	<u>Crítica à narrativa de Estado</u>	42
1.4	Considerações sobre o capítulo: é possível pensar/imaginar RI fora do Estado?	48
2	ESTUDOS DE SEGURANÇA NO CONTINENTE AFRICANO	51
2.1	<i>Security</i> versus <i>secure</i>: a questão do idioma nos estudos de segurança	52
2.2	Eurocentrismo nos estudos de segurança internacional	54
2.2.1	<u>Contexto regional: impacto de traumas “regionais” na produção dos estudos de segurança</u>	55
2.3	Estudos tradicionais de segurança: guerra/paz como lentes de entendimento	57
2.3.1	<u>A relevância do conceito de Estado nos estudos de segurança: a marginalização de atores não-estatais</u>	58
2.3.2	<u>Crítica às abordagens estadocêntricas de segurança: a abordagem puramente militar e a construção de homogeneidade</u>	59
2.4	Estudos Críticos de Segurança: desvelando exclusões e hierarquias epistêmicas	62
2.4.1	<u>Abordagem pós-estruturalista de segurança: desvelando a construção e a naturalização da relação Estado/segurança</u>	65
2.4.2	<u>Críticas aos Estudos Críticos de Segurança: limitação estrutural do saber ou cooptação intelectual?</u>	68
2.5	Considerações sobre o capítulo: afinal, o que é segurança?	70

3	COLONIALISMO EUROPEU NO CONTINENTE AFRICANO: OS AFRICANOS FORA DA HISTÓRIA.....	74
3.1	História do continente africano?	75
3.2	Do Estado Livre à República Democrática: a criação de um Estado	77
3.2.1	<u>A Bélgica e o Colonialismo</u>	77
3.2.2	<u>A formação do Estado colonial congolês: retóricas e práticas</u>	78
3.2.3	<u>Construindo as representações do colonizador e do colonizado: em algum lugar entre oposições binárias</u>	83
3.3	O Congo após a independência.....	84
3.4	Os conflitos no leste congolês	91
3.5	Os Kivus: leste congolês ou oeste ruandês?	95
3.6	Considerações sobre o capítulo: Leopoldo, Mobutu e Kabila, três fases?.....	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALÉM DA MERA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS BINÁRIOS.....	104
	REFERÊNCIAS.....	111

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscará apresentar, a partir dos aportes teóricos presentes no pós-colonialismo, no pós-estruturalismo¹ e nos Estudos Críticos de Segurança (CSS), a importância de considerar as contranarrativas dos atores existentes no leste da República Democrática do Congo (RDC). A escolha dessas abordagens ocorreu por acreditar que os estudos estadocentristas e estudos centrados na sociedade - não conseguem explicar adequadamente o caso africano porque trabalham com analogias, não considerando realidades historicamente específicas (MAMDANI, 1996). Além disso, a relevância das contranarrativas se dá em função dos conflitos existentes nesta região, uma vez que buscaremos compreender como as mesmas tensionam as representações/narrativas de Estado na RDC.

Dessa forma, a pergunta que esta pesquisa buscará responder será: De que forma os conflitos armados ocorridos no leste da RDC tensionam a representação de Estado? Cumpre salientar que os conflitos investigados no escopo desta pesquisa serão os dois conflitos civis ocorridos entre 1996 e 2003, no entanto, para empreender a análise deste período, o Estado congolês e seus conflitos serão apresentados, tangencialmente, desde a época colonial. Ademais, o argumento utilizado, visando responder a pergunta desta pesquisa, será que a narrativa universalizante do Estado é tensionada pelas contranarrativas de outros atores que atuam na região - estatais e não-estatais - sobrepondo múltiplas autoridades.

Para tanto, as abordagens pós-colonialista e pós-estruturalista, que buscam problematizar e desconstruir as representações dominantes nas Relações Internacionais (RI), apoiarão as análises desta pesquisa. Também serão utilizados os CSS, buscando investigar a participação de outros atores, além do Estado congolês, nos conflitos da região. Dessa forma, alinhando-se ao aporte teórico, a metodologia utilizada será a representação histórica (DUNN, 2008) e *practice tracing* (POULIOT, 2015) nas narrativas/contranarrativas acerca da RDC.

É importante enfatizar que, para entendimento do Estado na África, é necessário analisar a dinâmica existente, quando se iniciou o colonialismo, pois havia poucas semelhanças com a lógica europeia de adoção do Estado como forma de organização política. O continente africano possuía sistemas agrícolas móveis que se adaptavam ao ambiente e não o modificavam. As

¹ De acordo com Peters (2000), o pós-estruturalismo é um movimento contra as pretensões científicas do estruturalismo e seus megaparadigmas em RI. Já o pós-modernismo é, em sentido histórico e filosófico, uma transformação da modernidade, uma mudança radical no sistema de valores e práticas inerentes à modernidade. Ainda, segundo Peters, muitos autores utilizam os termos como sinônimos, apesar de suas diferenças. No entanto, existem sobreposições entre ambos. Neste trabalho, pós-estruturalismo e pós-modernismo serão utilizados como sinônimos, respeitando o que é utilizado por cada autor.

diferenças sociais se manifestavam a partir do controle sobre o povo, posse de metais preciosos e criação de gado. Dessa forma, o poder não estava relacionado com a posse da terra, os “impérios africanos” não representavam entidades territoriais, com definições de fronteiras, como na Europa (HERBST, 2000; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

Vale salientar que, apesar de a África ser definida com um continente pobre e com pouca inovação, antes da colonização europeia, apresentava grande dinamismo, devido à organização política e socioeconômica de seus impérios. Grande parte dos africanos estava organizada em reinos independentes, no entanto, não estavam isolados do exterior. Antes das navegações europeias, o continente africano mantinha contato com os europeus, através do comércio negreiro, cujos primeiros contatos foram intermediados pelos árabes, que realizavam tal comércio (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

Essa visão distorcida ocorre porque as realidades são interpretadas através de valores e expectativas culturais. Quando lugares e pessoas são descobertos, são incorporados a estruturas de conhecimento e entendimento. Assim, as imagens projetam-se do reino das ideias para as práticas. Portanto, deve-se considerar a importância de valores culturais e conhecimento para o estabelecimento do poder do colonialismo (SHARP, 2009).

Apesar das narrativas humanistas e científicas terem originado a exploração do continente africano, logo se desvelou o impulso comercial. A única questão para isso era como penetrar e manter sua ocupação na região (BRUNSCHWIG, 2013). Dessa forma, foi implantada uma ordem política que permitisse aos europeus a dominação e exploração do continente. Assim, a partir de tais narrativas, as fronteiras do Estado congolês pós-colonial começaram a se impor, inicialmente, como AIA, em 1876. O interesse pelo comércio se desvelou em 1878, quando foi criado o CEHC - cujas narrativas se diferiam das abordagens científicas e humanitárias da AIA. Por fim, as intenções puramente políticas foram apresentadas através da AIC (WESSELING, 2008).

Dessa forma, o Congo foi uma colônia privada do monarca belga Leopoldo I até 1908, quando foi transferido para a Bélgica, tornando-se independente em 1960. Após eleições, o Congo tornou-se independente sob a presidência de Kasavubu, tendo como primeiro-ministro, Lumumba. Houve diversos conflitos com o abandono belga do país e parte do exército se amotinou. Houve secessão da província de Katanga, que possui vastas reservas minerais. Com o objetivo de que o conflito não contaminasse os demais países recém-independentes, em 1963, Katanga foi recuperada para o Congo pelas forças internacionais da ONU, com apoio das potências ocidentais (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

Mas por que após o fim do colonialismo apresentou-se o particularismo africano de tribalismo e conflito étnico? De acordo com Mamdani (1996), a dominação dos povos africanos ocorreu de forma etnicamente organizada pelas lideranças locais, forçando, politicamente, a identidade e separação étnica, e sobrevivendo após o fim do colonialismo.

Após as independências, essa forma de organização política emergiu como forma especificamente africana.

Ademais, no período após as independências, a relação com ex-metrópole era central para diplomacia dos novos Estados. No entanto, essa relação era complexa, não pela desigualdade inerente, mas pela estrutura doméstica e identidade desse Estado. Dessa forma, “in defining their relations with the former metropole, African leaders were thus defining their relations with their own history²” (CLAPHAM, 1996, p. 77). Isso porque os líderes/elites eram apoiados por antigas metrópoles, portanto, agindo como fantoches para permanecer no poder e permitindo a continuidade do colonialismo, mesmo após o fim do processo colonial.

Ademais, de acordo com Reno (1999) existe um sistema econômico paralelo nos Estados pós-coloniais africanos. Este sistema é difundido e integral no continente, desafiando a suposição sobre como atores políticos calculam seus interesses. Assim, Reno (1999) questiona a forma de organização política nestes Estados. Os *warlords* seriam invisíveis para o governo central? Reconhecendo a soberania do Estado congolês o sistema internacional legitima a política *warlord*?

Além disso, o Estado congolês foi administrado, até 1996, por um único governante, Mobutu, retirado do poder após o conflito ocorrido entre 1996 e 1997. Com o fim deste conflito, Laurent-Désiré Kabila passou a governar o país, com apoio de Ruanda e Uganda. Após mudança na relação com estes apoiadores, pois Kabila não aceitava a ingerência dos mesmos, se iniciou o segundo conflito civil congolês - que durou até 2003 - no qual o governante foi assassinado, e seu filho, Joseph Kabila assumiu o controle da RDC (SILVA, 2012; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

Problema de Pesquisa e Argumento

Inicialmente, explico o porquê da utilização de “argumento” neste trabalho, apesar de autores, que tratam de projetos de pesquisa, como Gil (2002) tratarem o mesmo como “hipótese”. Ressalto que os instrumento teóricos que apoiam esta pesquisa - pós-colonialismo

² “Ao definir as suas relações com a antiga metrópole, os líderes africanos definiam assim as suas relações com a sua própria história” (CLAPHAM, 1996, p. 77).

e pós-estruturalismo - não se alinham com a ideia de uma hipótese, ou seja, um teste da mesma. Desta forma, para que os termos estejam em acordo com os referenciais propostos, utilizo a ideia de argumento, sendo uma escolha de análise, entendendo a existência de outras possíveis.

Após o exposto, apresento o problema que esta pesquisa buscará responder é: De que forma os conflitos armados ocorridos no leste da RDC tensionam a representação de Estado?

Para tal, serão apresentados alguns conceitos que serão utilizados, ou seja, com vistas a possibilitar esta pesquisa serão estabilizados. Entendemos que ao adotar estabilizações, escolher abordagens teóricas e mesmo o tema a ser pesquisado, bem como acreditar em nossas conclusões, estamos assumindo pontos de vista como mais adequados, assim, determinando um conjunto de verdades e pressupostos. Além disso, entendemos que essas escolhas não constituem neutralidade, tendo por base diversos aspectos estruturais e psicológicos únicos. No entanto, não buscaremos esgotar as discussões que compõem esta pesquisa, nem consideramos as ferramentas adotadas como unicamente possíveis, mas como as mais adequadas ao conjunto pesquisa/pesquisador. Além disso, tais escolhas serão justificadas e discutidas no decorrer desta dissertação.

A escolha por teorias críticas às teorias dominantes de RI foi por acreditar na necessidade de utilização de abordagem não-ocidental. Isso porque estas têm por base a dicotomia guerra/paz. De acordo com Acharya e Buzan (2010) a produção dessas teorias possuem como contexto os traumas ocidentais. Portanto, não se adequando ao mundo pós-colonial, no qual a aplicação de teorias eurocêtricas levaria a distorções e tentativa de replicação de cenário diferente.

É importante salientar que essas teorias são baseadas no pressuposto de Estado, ou seja, foram constituídas através de argumentações historicamente específicas (WALKER, 2013). Alinhado à escolha teórica, o Estado é entendido como uma representação discursiva que, de acordo com Walker (1997; 2013), seria uma articulação espaço-temporal na qual haveria manipulação do território e sua transformação em espaço político. Esse espaço político, o Estado, define a existência e a possibilidade de ser cidadão.

Coadunando com o entendimento de Estado pelos autores pós-estruturalistas, o conceito de soberania será compreendido como práticas complexas que afirmam continuidades e marginalizam desordens e perigos. Assim como o Estado, trata-se de compreensão historicamente específica de tempo e espaço, ou seja, uma possibilidade específica (WALKER, 2013). Além disso, Herbst (2000) questiona, também, o conceito de soberania, que seria reconhecida internacionalmente como do grupo que tivesse o controle da capital do Estado. O entendimento deste conceito estaria ligado à autoridade reconhecida, à legitimidade, que nas

regiões periféricas - no leste da RDC, no caso desta pesquisa - ocorreria através de autoridades locais.

Vale ressaltar que a soberania dos Estados africanos foi adquirida pelo fim do colonialismo. Dessa forma, a formação dos Estados-nação africanos foi impulsionada pelo SI, que, também, possibilita a continuidade de sua existência (HERBST, 2000). Assim, entendemos que a soberania é tratada como uma constante, buscando a cristalização da dicotomia ordem/anarquia, ou seja, não considerando as variações que ocorrem no contexto histórico e que estas estabilizações são momentâneas e decorrentes de relações assimétricas de poder.

Tais questões, relativas à soberania dos Estados africanos, se relacionam com as discussões acerca de segurança no continente. Segundo Herbst (2000), os conflitos políticos são a essência da história pós-colonial africana entre suas elites - que desejam que o Estado continue a existir - e as populações marginalizadas - que legitimam outras formas de autoridade. Vale enfatizar que o entendimento de alguns autores, como Ayoob (1997) e Acharya (1997), nos Estados periféricos, haveria uma imbricação entre segurança do Estado e segurança do governo.

Essa insegurança seria resultado inevitável da falência do Estado, segundo Herbst (2000). Entretanto, no escopo desta pesquisa, considerações de segurança bem como fraqueza ou falência do Estado serão tratados de três formas: a) socialmente construídos e discursivamente reproduzidos; b) definições feitas a partir de conceitos ocidentais baseadas em organização política específica - o Estado; e c) definições acerca de Estado e (in)segurança contribuem para resultam na visão de desvio do normal e necessidade de normalização, ou seja, intervenções internacionais.

Neste ponto, os apontamentos de Paris (2002) contribuem para esta pesquisa, uma vez que o autor critica a centralidade dos estudos de *peacekeeping* nos detalhes operacionais das missões, negligenciando seu papel na difusão de normas e instituições com pilares no Ocidente. Apesar de ter abandonado a dicotomia civilizado/incivilizado - presente no período colonial - ainda promovem o modelo de governança como superior a todos os outros. Dessa forma as operações de paz seriam uma versão moderna da missão civilizatória do colonialismo, ou seja, de forma nova, porém, a continuação da relação colonial e assimétrica entre centro e periferia no sistema internacional (PARIS, 2002).

De acordo com Herbst (2000), tais discussões ocorrem devido à diferença existente entre a ideia de Estado e o Estado *de fato*. No entanto, compreendemos o Estado *de fato* uma organização política específica que opera na região estudada, coexistindo com a representação

de Estado. É importante enfatizar que este trabalho utilizará como objeto de pesquisa a RDC, sobretudo a sua região leste. Vale ressaltar que tal escolha não desconsidera a existência de processos semelhantes e, também, importantes em outros Estados do continente. A opção ocorreu porque a RDC, no pós-independência, protagonizou diversos conflitos, sendo duas guerras civis, além de diversos conflitos dentro desses.

No entanto, não concordamos com a periodização desses conflitos uma vez já ocorriam durante o período colonial e perduraram após o fim formal - em escala menor em termos geográficos, restringindo-se a algumas porções do território congolês, como a região leste. Cumpre enfatizar, ainda, que tal desacordo estaria presente, também, na escolha de um marco temporal. Entretanto, para fins didáticos e de possibilidade de cumprir uma agenda de pesquisa, o objeto deste estudo será leste da RDC no período compreendido entre 1996 e 2003, pois os dois conflitos civis - guerras civis - ocorreram neste período. No entanto, enfatizo que tais conflitos permeiam a história congoleza desde o fim da época colonial, havendo, apenas, períodos de interstícios.

Além disso, a escolha do leste RDC ocorreu por ser uma região onde, segundo Silva (2012), ocorreram conflitos dentro das guerras citadas. Tal região, fronteira com Ruanda e Uganda, sofre com ingerência destes Estados, o que passou a ocorrer, sobretudo, após o genocídio ruandês ocorrido em 1994, embora questões de identidades oriundas de cidadãos - de Ruanda, Uganda e RDC - ocorram nesta região desde a época colonial.

Além disso, para investigar as questões de segurança na RDC, não serão utilizados os conceitos tradicionais, pois acredita-se que os mesmos constituem uma construção política, ou seja, dentro do paradigma Estado/soberania (WILLIAMS; KRAUSE, 1997), concebendo uma estrutura conceitual que visa discurso para manutenção da ordem internacional vigente (DALBY, 1997). Além disso, devemos ressaltar a existência de atores não-estatais que, neste trabalho, terão relevância em suas narrativas. Dessa forma, os conceitos tradicionais de segurança não desvelariam as questões relativas a esta pesquisa.

Por fim, o argumento proposto para o problema de pesquisa é: O Estado congolês constituído após o período colonial teve como inspiração o modelo liberal eurocêntrico. A partir de práticas discursivas, as teorias tradicionais de RI apresentam este Estado como única fonte de autoridade e único locus de poder. No entanto, o no leste da RDC outras fontes de autoridade e poder são percebidas como legítimas, dessa forma, suscitando tensões entre as narrativas sobre Estado e as contranarrativas dos atores presentes na região, o que resultaria na ocorrência de autoridades sobrepostas, ou seja, na coexistência de múltiplas autoridades

Justificativa

Esta pesquisa se faz importante tanto para o debate acadêmico de RI quanto para o debate político. Esta importância ocorre pela centralidade do Estado nas teorias tradicionais de RI e no SI. No entanto, é importante a reavaliação das teorias tradicionais de RI através de lentes alternativas. De acordo Hobson (2000), as RI estão caminhando na direção oposta ao Estado ou para fora do Estado com a ascensão de teorias como marxismo, feminismo, construtivismo e pós-modernismo, cujas agendas vão além do Estado, buscando se deslocar do estadocentrismo.

Neste contexto, é necessário o uso de ferramentas de análise e conceitos que se adaptem ao Terceiro Mundo. Cumpre enfatizar que nos estudos tradicionais de RI, apoiados em pilares ocidentais/eurocêntricos representam a periferia como um desvio da normalidade - em contraposição com "a" realidade, baseada nos Estados centrais. Dessa forma, é necessário para o escopo desta pesquisa contestar os pressupostos e paradigmas presentes nas teorias tradicionais, como Estado e soberania, bem como os conceitos de segurança, com base no Estado.

Vale salientar que esta a denominação Terceiro Mundo não é utilizada nos estudos atuais. Isso porque é entendido a partir de relação hierárquica, associado a pobreza, fome e conflitos. Durante o período de Guerra Fria, tal conceitualização tinha por objetivo a hierarquização - Primeiro Mundo (capitalista), Segundo Mundo (socialista) e Terceiro Mundo (os não-alinhados, grupo composto pelos Estado pós-coloniais) (YOUNG³, 2001). Atualmente para determinação da região, outrora terceiro mundista, utiliza-se sul global. No entanto, respeitaremos a denominação usada pelos autores propostos nesta pesquisa, portanto, o termo Terceiro Mundo aparecerá no decorrer deste trabalho.

É importante, ainda, ressaltar que Europa e Ocidente estão sendo utilizados neste trabalho como termos intercambiáveis. Tal utilização ocorre a partir do entendimento de Barkawi e Laffey (2006), que apresentam a Europa como “sinônimo” de Ocidente. Os autores pressupõem que a Europa se expande através da travessia dos oceanos, constituindo o Ocidente atual de América do Norte, Europa Ocidental, Japão e partes da Oceania. Assim, presumimos que tais regiões constituem um “alargamento” do mundo europeu, bem como uma construção discursiva do mesmo.

Outra questão é a necessidade de definição histórica e conceitual dos termos “colonialismo”, “imperialismo”, “neocolonialismo” e “pós-colonialismo” uma vez que

³ Este autor propõe a denominação de tricontinentalismo por ser geograficamente situado na África, Ásia e América do Sul e Central.

aparecerão no decorrer desta pesquisa, respeitando o que foi escrito por cada autor. Embora tenham envolvido formas de subjugação, colonialismo e imperialismo não são termos sinônimos. Formas de império tendiam a concentrar expansão geográfica. O termo império foi utilizado por muitos séculos sem, necessariamente, significar imperialismo. A diferença fundamental: quando um império era burocraticamente governado por governo central, desenvolvido por questões ideológicas e/ou financeiras, era chamado imperialismo. No entanto, um império desenvolvido por comunidades individuais ou propostas comerciais, era uma estrutura colonial. Portanto, o imperialismo era guiado pela ideologia metropolitana preocupada com a expansão do poder estatal. Já o colonialismo funcionava como atividade na periferia, economicamente guiada, da perspectiva da metrópole, difícil de controlar. Então o imperialismo deveria ser analisado como conceito, e o colonialismo, como prática (YOUNG, 2001).

A colonização não estava, primariamente, preocupada em transpor valores culturais. Esses valores foram, portanto, *by-product* dos objetivos reais da colonização - comércio e exploração econômica. Portanto, imperialismo constitui ideologia e sistema de dominação econômica e colonialismo, condição material de povos subjugados (YOUNG, 2001).

Neocolonialismo denota continuidade de controle econômico nos Estados pós-coloniais, que permaneceram em situação de dependência (YOUNG, 2001; SHARP, 2009). Por fim, o pós-colonialismo é um conceito dialético que marca a descolonização e retomada de soberania. No entanto, o pós-colonialismo é compreendido não só como o período iniciado após o fim colonial, pois inclui os efeitos inerentes ao processo imperial, desde a colonização até a contemporaneidade, ou seja, os efeitos do colonialismo (YOUNG, 2003), indicando continuidade colonial.

Além disso, é importante enfatizar as realidades teóricas e cotidianas em que estamos inseridos. Tais realidades tanto limitam nossa forma de pensar, como constroem a possibilidade de pensar de forma diferente. Dessa forma, as fronteiras da possibilidade e da impossibilidade seriam as mesmas, uma vez que os fatores que moldam o pensamento são os mesmos que nos impedem ou dificultam de pensar diferentemente. Como autora desta pesquisa me coloco nesta dificuldade, pois fazendo parte do escopo do Estado - ou seja, pertencendo às fileiras das Forças Armadas - tenho ideias limitadas por este paradigma estatal, porém, buscando visões alternativas nos referenciais teóricos aqui propostos.

É importante salientar a dificuldade de pensar de forma alternativa ao Estado. Primeiro, por ser limitada pela estrutura existente acerca do paradigma estatal, ou seja, não temos uma forma de organização política - diferente de Estado - na qual nos apoiar. Além, disso, como mencionado, faço parte das Forças Armadas, o que dificulta ainda mais o pensar

alternativamente ao Estado. Isso porque me acostumei e, também, fui moldada dentro do paradigma estatal, bem como encontro dificuldades, muitas vezes, de expressar tal pensamento alternativo, pois a estrutura estatal me limita, dificultando a forma de colocar na estrutura dicotômica existente.

Vale ainda destacar a presença de refugiados oriundos da RDC no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro. É importante ressaltar a necessidade de entendimento da realidade desses indivíduos, o que os motivou a buscar auxílio em território brasileiro. Tal entendimento buscaria, ainda, a possibilidade de absorção dos mesmos na sociedade brasileira, uma vez que se continuarmos a recebê-los sem entendimento de suas motivações para abandono de seu país, bem como a inexistência de um plano para integração, poderemos enfrentar, futuramente, problemas com relação aos mesmos. Cumpre enfatizar que esta pesquisa não busca informar política, mas uma forma de apresentar diferentes realidades congoleesas, apesar de não esgotá-las.

Mediante o exposto, entendemos a importância deste estudo para os debates acadêmico e político a partir do conflito/coexistência de narrativas. Esta pesquisa enfatizará a utilização de contranarrativas, ou seja, as narrativas dos atores que atuam no leste congolês e coexistem com o Estado da RDC. Dessa forma, além de enfatizarmos a existência de tais narrativas como uma alternativa às narrativas estatais, buscaremos compreender como se dá a estabilização/coexistência de atores - estatais e não-estatais. Assim, buscando compreender como estes discursos alternativos tensionam o conceito de Estado, conforme apresentado pelas teorias tradicionais de RI.

Objetivos

O objetivo geral dessa pesquisa será investigar as narrativas propostas pelos atores - estatais (Ruanda e Uganda) e não-estatais (grupos armados e autoridades tradicionais - presentes no leste da RDC) e compreender como coexistem com a representação do Estado congolês. Isso porque, de acordo com o aporte teórico utilizado no escopo desta pesquisa, o Estado é entendido como uma representação discursiva que, através de símbolos e narrativas, apresenta-se como única realidade, ou seja, como única organização política possível.

Alinhado, entretanto, às contribuições teóricas utilizadas neste trabalho acredita-se que representações podem ser desestabilizadas por práticas discursivas alternativas. Dessa forma, temos por objetivos - específicos - investigar narrativas as alternativas propostas pelos atores

presentes no leste da RDC e entender como coexistem ou se chocam com a representação do Estado congolês, de outros atores estatais (Ruanda e Uganda) e de atores não-estatais.

Assim, buscaremos alguns objetivos específicos, sendo analisar as narrativas oficiais acerca do Estado na RDC, presentes nas teorias tradicionais de RI; investigar as narrativas/contranarrativas não-oficiais - não tradicionais do Estado congolês, a partir dos atores estatais presentes na região (Ruanda e Uganda) e dos grupos armados não-estatais; analisar o silenciamento das contranarrativas não-estatais; e investigar como as narrativa e contranativas apontadas se complementam e/ou se tensionam.

Instrumental Teórico

Como já mencionado, este trabalho não utilizará as teorias dominantes das RI. Tal escolha ocorreu porque acredita-se que as teorias tradicionais não se adaptam ao contexto do continente africano, sobretudo, por estarem apoiadas no paradigma Estado/soberania, com base no modelo europeu, que, conforme já exposto, possui poucas semelhanças com a história dos Estados africanos. Deste modo, para análise do objeto desta pesquisa serão utilizados pós-colonialismo, pós-estruturalismo e CSS.

O pós-colonialismo auxilia no entendimento do problema proposto nesta pesquisa porque se preocupa com os novos Estados que surgiram após o colonialismo europeu e que, apesar de possuírem a mesma condição soberana dos demais, apresentavam organização e desempenho que eram considerados problemáticos para as relações internacionais. Além disso, para entender a situação político-econômica contemporânea da África, é necessário o estudo e o entendimento dos fatos ocorridos durante o período colonial (ABRAHAMSEN, 2003). Segundo Mbembe (1992), o pós-colônia identifica especificamente uma determinada trajetória histórica a partir da experiência da colonização e a violência que a relação colonial. Além disso, constitui um sistema específico de sinais, uma forma particular de fabricação de estereótipos.

Mas, ao enfatizar os impactos produzidos pelo período colonial, o pós-colonialismo não reifica o colonialismo? Não, o pós-colonial não privilegia o colonial. Preocupa-se com o colonialismo apenas para entender como a história molda as configurações e estruturas de poder contemporâneos. Se história colonial do século XIX foi a história da apropriação imperial, o século XX testemunhou movimentos de libertação que buscavam retomar o poder e controle de seus territórios. Dessa forma, o pós-colonialismo desafia domínio ocidental (ACHARYA; BUZAN, 2010).

Assim, a contribuição pós-colonial para este trabalho ocorrerá devido a sua crítica ao pensamento ocidental. Segundo Mbembe (2008), o pós-colonialismo é heterogêneo e surgiu a partir dos conflitos anti-coloniais, buscando a desconstrução de representações eurocêtricas acerca dos povos colonizados. Cabe ressaltar que para tal também é importante a busca pela “voz” dos “subalternos”, que durante o período colonial, foi silenciada pela metrópole, fato que ainda ocorre atualmente e foi enfatizado por Spivak (1988). Esse silenciamento ocorre, sobretudo, devido à representação de nativos das regiões colonizadas - africanos e ameríndios - como atrasados e infantis, necessitando da intervenção dos europeus, objetivando levar a civilização e o progresso aos mesmos (JAHN, 1999).

Cabe, assim, ressaltar que a trajetória histórica e a formulação de estereótipos continuaram impactando os Estados outrora colonizados. Segundo Basaglia (2012), as antigas metrópoles influenciavam os Estados africanos através de canais indiretos. Por isso, é importante o estudo de Abrahamsen (2003) sobre a relação entre poder, discurso e instituições políticas, pois, segundo a autora, tal relação tanto constrói quanto mantém as desigualdades existentes nas relações internacionais. Tais desigualdades, de acordo com a visão pós-colonial, se apoiam na formação de identidade acerca do sujeito e do Estado colonial. Essa relação, por meio de práticas de representação, também, produzem práticas políticas, além de regimes de verdade e conhecimento (ABRAHANSEN, 2003; DUNN, 2008).

Isso porque o pós-colonialismo analisa a continuidade do período colonial em sua relação com o saber/conhecimento (SHARP, 2009), o que entendemos como processo de dominação e violência sobre a formação do saber e a linguagem. Assim, o pós-colonialismo desafia estrutura binária com suas formas híbridas (SHARP, 2009) através de abordagem crítica que utiliza literatura, cultura, política, história, entre outros dos Estados que foram colônias (CHAKRABARTY, 2014). Destarte, enfatiza condições culturais, econômica e materiais que determinam o sistema global. O pós marca a introdução de formas alternativas de análise e prática, não critica somente as relações e práticas de opressão, busca a desconstrução das narrativas que possibilitou essas práticas (YOUNG, 2001).

Além disso, a crítica pós-colonial incorporou tradições marxistas desenvolvidas fora do ocidente no decorrer das lutas anticoloniais e, subsequentemente, em formas mais amplas de emancipação - gênero, etnicidade e classe, entre outros. Dessa forma, é teórico e historicamente híbrido, produto de choque de culturas, sendo interdisciplinar e transcultural (YOUNG, 2001).

No entanto e apesar de reconhecermos a importância das contribuições marxistas para o pós-colonialismo, não serão utilizados autores pós-colonialistas de base marxista para análise das questões dessa pesquisa. A única exceção será a utilização de Albert Memmi (1967).

Contudo, não o colocaremos como forma de análise, mas em contraposição a Bhabha (1998), por tratarem a mesma questão, porém de forma oposta. Reconhecemos a importância da contribuição de autores como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Kwame Nkrumah, Walter Rodney, e o próprio Albert Memmi, entre outros de uma extensa lista de pós-colonialistas importante. No entanto, consideramos que os mesmos reforçam o discurso colonial sobre raça, inferioridade e passividade - os dois últimos, sobretudo, em Rodney. Entendemos, no entanto, a temporalidade de suas produções - a época das independências africanas. Dessa forma, a racialização do discurso bem como a ênfase da identidade em contraposição ao colonizador era fundamental para os processos de descolonização.

Portanto, para o escopo dessa pesquisa, os pós-colonialistas escolhidos foram os de base pós-moderna. Tais autores possuem o foco, sobretudo, na relação conhecimento/poder. Por conseguinte, a utilização da abordagem pós-moderna neste trabalho visa ao auxílio do pós-colonialismo. Não será contudo utilizado de forma secundária, mas o pós-colonialismo será o norteador da pesquisa devido a mesma busca trazer a voz dos excluídos das abordagens tradicionais, tanto de RI quanto dos estudos de segurança.

Além de desafiar a relação entre conhecimento e poder, o pós-modernismo é importante para essa dissertação pela sua abordagem espaço-temporal acerca da construção de verdades. De acordo com Acharya e Buzan (2010), os pós-modernos rejeitam metanarrativas, pois entendem a verdade como construção social temporária, limitada pelo tempo e pelo espaço. Dessa forma, a comparação de estruturas sociais é impossível através de temporalidade e espacialidade.

Portanto, o Estado é entendido como uma representação discursiva, uma articulação espaço-temporal na qual haveria manipulação do território e sua transformação em espaço político, definindo a existência e a possibilidade de ser cidadão. Além disso, trata-se de compreensão historicamente específica de tempo e espaço, ou seja, uma possibilidade específica dentre outras possíveis (WALKER, 2013).

Visando questionar a estabilização do conceito de Estado e discutir a diferença nas relações internacionais, Blaney e Inayatullah (2004), ressaltam a verticalização da diferença temporal e espacialmente, ou seja, de acordo com os autores, o Estado territorial e soberano, ao ser implantado, é considerado como modernidade. Assim, em contraposição com o tradicional existente nas organizações políticas quando os colonizadores chegaram à África.

Além disso, para os autores, o Estado exerceria, ainda, a função de transferir o problema da diferença – entre o eu e o outro - para o plano internacional. Dessa forma, a diferença existente internamente ao Estado poderia ser suplantada pela autoridade soberana, mesmo

através do uso da violência, fato, muitas vezes, ocorrido nos Estados africanos após as independências, reproduzindo as práticas coloniais (BLANEY; INAYATULLAH, 2004).

Ademais, o Estado como única forma de organização política é criticado por Bartelson (2003), pois seria constituído através de discurso político e científico não problematizado, ou seja, foi naturalizado e simplificado. Dessa forma, o Estado é colocado pelas teorias tradicionais como fenômeno tanto histórico quanto trans-histórico, condicionando passado e presente, além de se tornar tanto objeto como condição do conhecimento acerca das RI. É importante enfatizar, ainda, a crítica de Bartelson (2003) a autores pós-estruturalistas, como os já mencionados neste trabalho, que não problematizam a origem do Estado.

Alinhado à problematização do Estado, nesta pesquisa, e de acordo com as abordagens teóricas adotadas para a mesma, se faz necessária a análise da soberania. Dessa forma, a análise de Grovogui (2002) sobre os diferentes regimes de soberania impostos nas diferentes regiões se faz importante. O estudo citado expõe como regimes de soberania estatal foram exercidos nos Estados considerados fracos na Europa - Suíça e Bélgica - em contraste com a subjugação congoleza. Os regimes de soberania seriam reflexo das dinâmicas históricas de relações assimétricas de poder, ou seja, o lugar ocupado no SI constrange ou permite ações (GROVOGUI, 2002).

Dialogando com as contribuições teóricas propostas, os CSS auxiliarão nesta pesquisa por rejeitarem os paradigmas constantes nas teorias tradicionais de RI. De acordo com Walker (1997), os CSS não negam a estrutura material - dimensão militar - das questões de segurança, mas questionam a limitação e naturalização impostas pelo realismo tradicional, relacionadas às estruturas e práticas do Estado moderno. Dessa forma, o Estado define “o que” e “onde” deve estar seguro, gerando exclusão e marginalização. Tais concepções são encontradas no leste da RDC, onde, como já mencionado, há diversos atores atuando - estatais e não-estatais. Porém, apesar do novo contexto histórico e diferentes ameaças, o discurso generalizante é mesmo, baseado na dicotomia global-estatal (WALKER, 1997).

Dessa forma se faz importante a contribuição de Smith (2005) ao apresentar *segurança* como um conceito contestado, considerando que não há neutralidade e que conceitos refletem compromissos normativos. De acordo com Smith (2005), os estudos tradicionais de segurança não buscam analisar o contexto histórico ou as narrativas presentes em sua formulação. Para o autor, o papel do discurso da segurança tem sido de construção de noções de nós/eles, dentro/fora, de maneiras que apresentaram como naturais. Vale ressaltar que o objetivo de Smith é problematizar o conceito de segurança, ou seja, o autor não busca conceitualizar *o que é segurança*.

Nesse contexto, Barkawi e Laffey (2006) apresentam uma crítica - importante para esta pesquisa - ao eurocentrismo nos estudos de segurança. De acordo com os autores, tais estudos silenciariam a legitimidade da resistência armada. Dessa forma, os estudos de segurança trariam uma análise distorcida do cenário internacional. Assim, a dificuldade gerada pelo eurocentrismo/ocidentalismo ocorreria pelos pilares fundacionais, guerra e paz, pois deslegitima os atores não-estatais, representando suas ações como injustificadas e ilegítimas. O trabalho de Barkawi e Laffey (2006) enfatiza, ainda, a interseção entre poder e conhecimento nos estudos tradicionais de segurança como produto do poder ocidental. Segundo os autores, os estudos relativos à segurança, para melhor análise, devem considerar a história e processo de subjugação colonial, necessários para o entendimento da resistência armada.

Coadunando com esta visão, Darby (2004) critica o eurocentrismo existente nos estudos de segurança, pois, a forma como as representações são construídas refletiriam as relações de poder assimétricas do SI. Dessa forma, a visão pós-colonial buscaria entender o passado colonial, desenvolvendo pesquisas mais abrangentes.

Vale ainda lembrar que este trabalho enfatiza a representação da periferia como um desvio da normalidade, sendo necessária a intervenção dos Estados centrais - representação alinhada a anteriormente mencionada. Neste ponto é importante resgatar as narrativas humanitárias utilizadas para a colonização, que se alinham com os discursos contemporâneos, uma vez que tais intervenções constituiriam uma versão moderna da missão civilizatória do colonialismo (PARIS, 2002).

Assim, acreditamos na necessidade de mudança epistemológica nos estudos de segurança, buscando de enfatizar a cultura, o papel de ideia e valores na constituição sobre o que deve estar seguro (WILLIAMS; KRAUSE, 1997), bem como nas especificidades apontadas por Acharya (1997) para entendimento das questões de segurança no Terceiro Mundo.

Por fim, apresentamos o ponto que ligará as abordagens propostas e norteará essa pesquisa: os conceitos rígidos, porém paradoxais. No pós-colonialismo, Bhabha (1998, p. 105) apresenta essa questão a partir da análise da narrativa que construiu o sujeito colonial. Assim,

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de 'fixidez' na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca.

Já Walker (1997) apresenta tal entendimento no pós-modernismo e nos CSS desconstruindo o Estado como fonte tanto de segurança quanto de insegurança. Dessa forma,

States have always been dangerous, say some; for others, whatever capacities they once had, states no longer serve as a plausible place of safety and may well be making our existence more precarious than ever. In one form or another, these twin arguments offer a fairly persuasive account of the need to think about security in a radically different manner (WALKER, 1997, p. 67-68).⁴

Metodologia

Esta pesquisa será qualitativa de natureza exploratória. De acordo com Gil (2002), este tipo de estudo tem por objetivo a familiaridade com o problema e a construção de argumentos, buscando o aprimoramento de ideias. Para tal, utilizaremos levantamento bibliográfico e análise de narrativa. A análise de narrativa busca “analisar mitos a partir de quatro princípios norteadores que estruturam a narrativa do mito: oposições binárias, um sistema fechado de relações, um modelo sincrônico e unidades estandarizadas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 119). Tais análises se apoiarão na metodologia de representação histórica que de acordo com Dunn (2008), apresenta como objetos são representados, temporal e espacialmente, construindo realidades e regimes de conhecimento.

Alinhando-se com a representação histórica de Dunn (2008), será utilizado o *practice tracing*. De acordo com Pouliot (2015), este método tem por objetivo o estudo da causalidade dentro de eventos específicos, ou seja, buscando a generalidade dos mesmos. Esta generalidade é alcançada através do estudo de contextos específicos, compreendendo as similaridades entre os mesmos. No *practice tracing*, a causalidade é explicada através da interpretação de contextos sociais, ou seja, a variável X causa Y em um contexto específico. Dessa forma, buscaremos compreender os processos que resultaram no conflito de narrativas/contranarrativas dentro do contexto congolês.

Vale salientar que o uso da causalidade alinhada ao aporte teórico proposto nesta pesquisa tem por base a análise de Kurki (2006). De acordo com a autora, existe a necessidade de ampliar e aprofundar o entendimento do conceito de causa, pois o mesmo é apoiado no conceito de Hume, no qual a causalidade seria determinista e empiricista. Assim, Kurki, baseada em conceitos aristotelianos, propõe a existência de quatro tipos de causas⁵, que se

⁴ “Os Estados sempre foram perigosos, dizem alguns; para outros, sejam quais forem as capacidades que tenham tido, os Estados não servem mais como um local de segurança plausível e podem estar tornando nossa existência mais precária do que nunca. De uma forma ou de outra, esses argumentos gêmeos oferecem um relato bastante persuasivo da necessidade de pensar em segurança de uma maneira radicalmente diferente” (WALKER, 1997, p. 67-68, tradução nossa).

⁵ Causas materiais - relacionadas à matéria; causas formais - que definem a matéria; causas eficientes - fontes de mudança; e causas finais - constituem um propósito.

relacionam. Dessa forma, a relação causal pode ser inferida no aporte teórico proposto, uma vez que através deste entendimento, a representação A resultaria na consequência B.

Alinhando as metodologias anteriores, utilizaremos a sociologia lírica. De acordo com Abbott (2007), trata-se de uma forma anti-positivista de narrativa, pois não trata a mesma como história linear, com início, meio e fim. Para tal, usa imagem para comunicar sentido emocional de realidade social. É interpretativa e não enfatiza sequência de eventos, mas a imagem da situação. Além disso, considera a temporalidade e localização do autor.

Para tal, serão analisados como as contranarrativas dos atores existentes na região leste da RDC operam em relação às narrativas oficiais do Estado congolês - do SI. Assim, as particularidades consideradas serão as (contra)narrativas dos atores atuantes na região, buscando uma generalização destas diante da narrativa acerca do Estado na RDC.

Ademais, ressaltando a existência de vasta bibliografia acerca do papel do Estado nas RI, buscaremos compreender de que forma a narrativa acerca do Estado na RDC é tensionada pelas contranarrativas dos atores políticos - estatais e não-estatais - existentes na região. Vale ressaltar que o estudo acerca do Estado se dará, sobretudo, nas questões relativas à segurança, através dos CSS.

Para análise das narrativas oficiais - constantes no SI - será feito, inicialmente, um resgate das narrativas acerca da formação do Estado congolês. Para tal, serão utilizados textos e discursos acerca da Conferência de Berlim e da formação territorial do Estado congolês através de pesquisa bibliográfica.

Para as contranarrativas dos atores estatais que atuam na região, Ruanda e Uganda, serão utilizados, além de discursos através de pesquisa bibliográfica. Tais fontes serão, também, utilizadas para, tangencialmente, apresentar as contranarrativas dos atores não-estatais. Vale salientar que tais abordagens são, em grande parte, silenciadas, conforme já mencionado e considerado pelos autores que fazem parte da revisão bibliográfica, através das abordagens teóricas elencadas neste trabalho.

Foram realizadas, também, conversas com refugiados congolese, no entanto, os mesmos não autorizaram que fossem gravadas nem que seus nomes fossem mencionados na pesquisa. Além disso, foi realizada uma conversa com o Major do Exército Brasileiro Robson Dantas, que foi membro da equipe de segurança do embaixador brasileiro na RDC, no período compreendido entre julho de 2013 e julho de 2014.

É importante enfatizar, ainda, que o marco temporal analisado - entre 1996 e 2003 - foi escolhido para cumprimento de agenda de pesquisa. No entanto, não ficaremos restritos ao mesmo, pois entendemos que os acontecimentos neste período estão inseridos em processos

que remontam ao período colonial, como o desenho de fronteiras e a adoção de instituições características dos Estados de modelo eurocêntrico. Vale lembrar que esta contextualização está de acordo com o instrumental teórico adotado para este estudo. Assim, se faz necessária a contextualização deste período, embora não seja o objeto central desta pesquisa.

Então, conforme motivos expostos, este trabalho será dividido em três partes, além de introdução e conclusão. A primeira parte buscará apresentar os aportes teóricos do pós-colonialismo e pós-modernismo. Este capítulo abordará as principais contribuições e discussões para essa pesquisa, norteadas pela relação poder/conhecimento e o resgate das vozes excluídas das teorias tradicionais de RI. A segunda parte, buscará expor as narrativas acerca dos estudos de segurança. Assim como a primeira parte, buscará expor as relações de poder na estrutura de conhecimento existente e abordará os atores excluídos dos estudos convencionais de segurança. Por fim, a terceira parte da pesquisa, além de contextualizar historicamente a RDC, mostrará como as exposições apresentadas nos dois capítulos anteriores se aplicam ao caso congolês, bem como as narrativas de normalização da RDC, que legitimaram a sua subjugação.

1 TEORIAS OU ABORDAGENS TEÓRICAS?

[...] theory is about abstracting away from the facts of day-to-day events in an attempt to find patterns, and group events together into sets and classes of things. Theory is therefore about simplifying reality

Acharya e Buzan, 2010, p. 4⁶.

De acordo com a citação de Acharya e Buzan (2010), teorias buscam estabelecer padrões a partir de um grupo de eventos. Seriam, portanto, uma simplificação da realidade. Mas quem ou como esses eventos são escolhidos e analisados? Quais são as variáveis escolhidas na simplificação da realidade? Qual(ais) realidade(s) é(são) essa(s)? O mundo social pode ser abordado como o material?

Ademais, os europeus usam o termo teoria para organizar sistematicamente um campo, estruturar questões e estabelecer conceitos e categorias, bem como explicar relações entre causa e efeito (ACHARYA; BUZAN, 2010). Dessa forma, buscam aplicação a-histórica e a-temporal de suas teorias universalizantes.

Dessa forma, este trabalho não utilizará como ferramenta de análise as teorias dominantes das RI. Tal escolha ocorreu porque acredita-se que as teorias tradicionais não se adaptam ao contexto do continente africano, sobretudo, por estarem apoiadas no paradigma Estado/soberania, com base no modelo europeu, que, conforme já exposto, possui poucas semelhanças com a história dos Estados africanos, além da falta de estudos de caso e teorias de perspectivas africanas, como criticado por Basaglia (2012).

Dessa forma, esta pesquisa propõe a utilização de abordagens críticas - pós-colonialismo e pós-estruturalismo - como ferramentas de análise do objeto proposto: a região leste da RDC. Ademais não as nomearemos como teoria, uma vez que entendemos que teorias tratam de modelos rígidos, cujos paradigmas são conceitos inflexíveis e limitados, pois são pautados em oposições binárias e cartesianas. Como apresentado no decorrer deste estudo, buscamos flexibilizar tais oposições, pois, acredita-se, não se adequam ao mundo pós-colonial, e, em particular, ao leste congolês.

⁶ “[...] a teoria é sobre abstrair-se dos fatos do dia-a-dia em uma tentativa de encontrar padrões e agrupar eventos em conjuntos e classes de coisas. A teoria é, portanto, sobre simplificar a realidade ” (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 4, tradução nossa).

Assim, para apresentar o aporte teórico mencionado, o capítulo encontra-se organizado da seguinte forma: primeiramente, será apresentada a importância dos estudos pós-coloniais. Para tal, esta subseção foi dividida em três partes: a definição de pós-colonialismo para esta pesquisa, formações dicotômicas de identidade e as relações de poder existentes na formação do conhecimento de RI. Depois, serão apresentadas as críticas ao pós-colonialismo e a convergência deste com o pós-modernismo. A subseção seguinte apresentará as contribuições pós-modernas para esta pesquisa e sua crítica à representação de Estado. Por fim, serão feitas considerações sobre tal seção, discutindo a possibilidade de pensar RI fora do Estado.

1.1 A importância dos estudos pós-coloniais

Este trabalho acredita na importância da compreensão do período colonial para o entendimento da RDC contemporânea. Entende-se, conforme Kurki (2006), que a investigação da política internacional ocorre através do entendimento das indagações sobre significados e motivos dos atores políticos mundiais. Além disso, essa compreensão ocorreria pelo entendimento de interação complexa de diferentes tipos de fatores causais. Assim, interpretação A produz consequência B.

Dessa forma, corroborando com Kurki (2006), Abrahamsen (2003) aponta a necessidade de compreensão da época colonial para análise da África contemporânea, uma vez que o colonialismo teria incorporado o continente africano à economia capitalista global, impedindo a sua saída - desse sistema econômico - após as independências formais. Além disso, o reordenamento mundial consiste na mistura de culturas e temporalidades, não foi o fim pré-colonial (ABRAHAMSEN, 2003).

De acordo com Ofuho (2009), a África contemporânea, nos centros urbanos e áreas rurais, enfrenta questões críticas como conflitos, infraestrutura colapsada, insegurança alimentar, entre outros. No entanto, as ferramentas tradicionais da disciplina de RI não são a melhor forma de analisá-las. Além disso, "... it is clear that as a discipline IR has tended, understandably enough, to look at the world from the viewpoint of its most powerful states" (OFUHO, 2009, p. 81)⁷. Então, os estudos tradicionais internacionais são exclusivos, uma vez que utilizam o continente europeu, replicando as suas experiências, como forma de analisar outras regiões.

⁷ "... é claro que, como uma disciplina, RI tendeu, compreensivelmente, a olhar para o mundo do ponto de vista de seus Estados mais poderosos" (OFUHO, 2009, p. 81, tradução nossa).

Dessa forma, o pós-colonialismo auxilia no entendimento do problema proposto nesta pesquisa. Isso porque se preocupa com os novos Estados que surgiram após o colonialismo europeu e que, apesar de possuírem a mesma condição soberana dos demais, apresentavam organização e desempenho que eram considerados problemáticos para as relações internacionais. A contribuição pós-colonial para este trabalho ocorrerá devido a sua crítica ao pensamento ocidental e sua problematização de temas centrais de RI - Estado como única forma de organização política. Ademais, é importante salientar que o pós-colonialismo é heterogêneo, não podendo ser considerado como um corpo de teoria uniforme ou uma escola de pensamento no sentido acadêmico tradicional (ABRAHAMSEN, 2003; MBEMBE, 2008).

Além de múltiplo, diverso, evitando generalizações, a abordagem pós-colonial preocupa-se com discurso e textualidade (ABRAHAMSEN, 2003). Além disso, sua forma de pensar deriva de diversas fontes, não constitui um sistema, pois, para Mbembe (2008), é construído na medida em que avança. De acordo com Sharp (2009) o pós-colonialismo desafia estrutura binária com suas formas híbridas. Assim, constituindo o “terceiro espaço”, que não é centro ou periferia, dentro ou fora, mas um espaço que reside entre ambos - não um amálgama - que nega a possibilidade de dualismos. Cumpre enfatizar a crítica de Young (2003) ao dualismo. De acordo com autor, ao pensar de forma dual não é possível posicionar as realidades pós-coloniais.

Vale ressaltar que, apesar de negar dualidade, tensionando as representações e paradigmas centrais presentes nas teorias eurocêntricas/tradicionais, o pensamento pós-colonial não é anti-europeu, mas produto do encontro entre a Europa e o mundo colonial (MBEMBE, 2008). Este encontro revela-se no hibridismo, proposto por Young (2003) e Sharp (2009), como em algum lugar entre a Europa e o mundo pós-colonial e, ainda, por Bhabha (1998), na construção dos estereótipos do colonizador e do colonizado.

Assim, o pós-colonialismo busca entender as continuidades, fluidez e interconexão, ou seja, a relação constitutiva entre Norte e Sul, bem como a produção e o reforço dessa identidade (ABRAHAMSEN, 2003), semelhante à abordagem de Bhabha (1998) acerca de estereótipos. Além disso, busca compreender a relação entre histórias coloniais e experiências não-ocidentais; a ligação entre localização cultural, geográfica e histórica e conhecimento (TICKNER, 2013A). Ademais, busca explicar as identidades do colonizado e aplicar ao entendimento das RI (BASAGLIA, 2012).

Defining the post-colonial is significant in understanding the developments of critical theory in International Relations. Post-colonial studies are centred on the relationships

between the coloniser and the colonised, with a particular emphasis on the interpretations and histories of the colonised group (BASAGLIA, 2012)⁸.

Assim, expomos o que consideramos importante acerca da abordagem pós-colonial para este estudo. Mas é possível localizar e periodizar o pós-colonial? A partir deste questionamento, a seguir, abordaremos nossa compreensão sobre o que é pós colonial.

1.1.1 O que é pós-colonialismo?

Nesta seção buscaremos discorrer acerca da dificuldade de localizar o colonial, utilizando o aparato de conhecimento ocidental, com seus limites rígido temporais e espaciais. Para tal, faremos os seguintes questionamentos: O que significa pós-colonial? Quando começa tal período?⁹ De acordo com Basaglia (2012) a periodização do pós-colonial é de difícil determinação, Mbembe (2008), porém, e aponta seu surgimento a partir dos conflitos anti-coloniais e, também, da filosofia ocidental, buscando a desconstrução de representações eurocêntricas acerca dos povos colonizados. Mbembe (2008) aponta três momentos como principais para o desenvolvimento do pensamento pós-colonial: (a) as lutas anti-coloniais, como ponto de partida, na qual o colonizado reflete sobre si mesmo; (b) década de 1980, com a publicação de *Orientalismo*, de Said, apontando a violência epistêmica existente acerca dos povos colonizados, e a infraestrutura discursiva apresentada por Spivak, no contexto indiano; estudos subalternos; e a importância de considerar os “sem voz”; e (c) globalização¹⁰.

Além de apresentar estes marcos considerados importantes, convém enfatizar que o ‘pós’ não busca apresentar uma periodização cronológica ou linear - pré-colonialismo, colonialismo e pós-colonialismo - o que poderia ser interpretado como reificação do poder colonial (ABRAHAMSEN, 2003). De acordo com Abrahamsen (2003), Puchala (1997), Young (2003) e Sharp, (2009), entre outros pós-colonialistas, o colonialismo não terminou com a independência política formal. Assim, as abordagens pós-coloniais acreditam na continuidade do colonialismo, contrapondo explicações históricas convencionais (SHARP, 2009).

Após o período colonial, persistia a dependência econômica e, também, dependência política¹¹. As instituições e regimes introduzidos na África sobreviveram à descolonização

⁸ “Definir o pós-colonial é significativo na compreensão dos desenvolvimentos da teoria crítica nas Relações Internacionais. Estudos pós-coloniais estão centrados nas relações entre colonizador e colonizado, com especial ênfase nas interpretações e histórias do grupo colonizado” (BASAGLIA, 2012).

⁹ Vale ressaltar que, de acordo com Darby (2004), a Conferência de Bandung deu início à produção pós-colonial.

¹⁰ Apesar de tal temática ser importante para o tema desta pesquisa, as questões relativas à globalização, bem como sua conceituação não serão discutidas no escopo desta pesquisa.

¹¹ Alianças na Guerra Fria; instituições internacionais; intervenções internacionais (PUCHALA, 1997).

(GROVOGUI, 2012). O ‘pós’, então, seria após o fim do colonialismo como dominação direta, porém, não o fim do imperialismo, entendido como dominação de estruturas ou relações de poder assimétricas (ABRAHAMSEN, 2003). Assim, “the post in postcolonialism is not therefore to be understood as a clearly dividing temporal *post*, but rather as an indication of continuity” (ABRAHAMSEN, 2003, p. 195, grifos da autora)¹².

Portanto, tecnicamente, “pós” significaria depois, ou seja, pós-colonialismo significaria depois do colonialismo - independência (CHAKRABARTY, 2014). Esta independência, contudo, consistiria, somente, em formalidade e reconhecimento do SI. A dominação ocorreria de forma indireta (YOUNG, 2003), através do aparato institucional internacional, bem como pelo saber existente/produzido acerca dos Estados coloniais e baseado em perspectivas eurocêntricas.

Dessa forma, será abordado, a seguir, a formação do conhecimento, uma vez que os mesmos não emanam dos povos marginalizados, são formados nos centros de poder. Mas por que os povos pós-coloniais são marginalizados? Produzem conhecimento? Há relação entre esses questionamentos? Para discutir essas questões, a seguir, abordaremos a formação de conhecimento e de estereótipos por e dos povos pós-coloniais.

1.1.2 Colonizado versus colonizador: faces da mesma moeda

Para compreender a formação do conhecimento acerca dos Estados pós-coloniais, é necessário investigar de que forma foram construídas as representações opostas acerca do colonizador e do colonizado. Para tal, discorreremos sobre o processo de construção desses estereótipos que acreditamos ser a raiz da colonização intelectual das RI. É importante enfatizar que esta investigação se apoia não apenas nos autores pós-coloniais que serão apresentados, mas também na relação proposta por Kurki (2006) entre percepção e consequência.

Dessa forma, a superimposição de aparato colonial, que subordinou as culturas nativas, foi construído através da percepção e representação de estereótipos acerca do colonizador e do colonizado (YOUNG, 2003). De acordo com Bhabha (1998), a hierarquização de culturas foi o alicerce do colonialismo, através do processo de subjetificação do sujeito colonial - colonizador vs colonizado. Assim, a construção identitária do sujeito estruturou e alavancou colonialismo.

Bhabha (1998), no entanto, critica a oposição binária entre essas construções. Apesar de constituírem representações diametralmente opostas, há uma interação complexa entre

¹² “O pós em pós-colonialismo não é para ser entendido como temporal, mas como indicação de continuidade” (ABRAHAMSEN, 2003, p. 195, tradução nossa).

ambas, diferente do que é apresentado pelas narrativas predominantes - dicotômicas e essencialistas. A construção do estereótipo - colonizador vs colonizado - é um processo de ambivalência. Nesse processo, há participação do “outro” colonial no “eu” europeu (BHABHA,1998), moldando ambos os lados. Dessa forma, alinhando-se com as leituras de Sharp (2009) e Young (2003) acerca de dualismos e oposições binárias. A partir do entendimento desses autores, não é possível localizar o pós-colonial dentro de uma estrutura binária.

Além disso, a percepção e representação do “eu” em relação ao “outro” não só molda, mas também reforça esses estereótipos. Portanto, a percepção identitária é mais performática que essencialista. Ademais, essas representações constituem uma forma de conhecimento próprio, construindo regimes de verdade, realidades (BHABHA, 1998). Neste ponto, Bhabha (1998) coaduna-se com Dunn (2008), que acredita que as práticas de representação produzem regimes de verdade e conhecimento, impactando nas práticas políticas.

É importante salientar, no entanto, que Dunn (2008) reconhece a invasão e repressão da colonização no espaço epistemológico através da construção de regimes de verdade, porém, não busca desvelar esse processo. Bhabha (1998), contudo, busca desconstruir e desvelar o processo de formação de representações do colonialismo. Destarte, alinha-se com os autores pós-estruturalistas ao compreender que tais representações possuem pilares na fantasia e naturalização da reificação do sujeito colonial - tanto colonizador quanto colonizado. Outro ponto de convergência com o pós-estruturalismo ocorre ao considerar que a construção dessas representações reconhecem e recusam a diferença.

Dessa forma, a construção do sujeito colonial impacta a formação do conhecimento acerca e pelos povos pós-coloniais, pois existe hierarquização de representações dos mesmos, bem como do conhecimento produzido por eles, pois constituem as vozes marginalizadas das teorias tradicionais de RI. A seguir, a formação do conhecimento será discutida, bem como a sua relação com os questionamentos sobre as vozes marginalizadas.

1.1.3 A formação do conhecimento

Nessa seção buscaremos compreender quais os impactos do conhecimento formado a partir dos centros de poder. Investigaremos, ainda, como se dá o conhecimento produzido por autores de áreas periféricas, mas formados no mundo Ocidental.

De acordo com Acharya e Buzan (2010, p. 18),

If Western IRT is hegemonic because it is right, then there is little escape for non-Western contributions. But if it is dominant because it rode on the back of Western power, then there is both room and reason to develop a non-Western voice. Particularly significant here may be the extent to which Western imperialism not only overwhelmed local traditions of thought and knowledge, but also cut peoples off from their own history by drawing their self-understanding into a Western historical frame. Perhaps also significant is a consciousness of Western hegemony, a desire to avoid being ensnared by it, and an avoidance of engagement with theory precisely because it entails a risk of such ensnarement¹³.

Dessa forma, a partir de Acharya e Buzan (2010), é importante ressaltar a existência da hegemonia cultural através da mídia, idioma e academia. Ademais, o domínio ocidental teria origem na filosofia ocidental e eurocentrismo na história mundial, nas quais se apoiam as teorias tradicionais de RI. Além disso, a utilização de idiomas europeus, sobretudo o inglês, nas produções acadêmicas são entendidos como processo de dominação e hierarquização sobre a linguagem e cultura. Dessa forma, a tradução para outros idiomas constitui na transformação de identidade material, ou seja, no deslocamento metafórico de um texto de uma linguagem para outra (YOUNG, 2003).

Nesse contexto, a abordagem pós-colonial preocupa-se, primordialmente, com elaboração de estrutura teórica, sugerindo conhecimento alternativo às estruturas de conhecimentos ocidentais. Não objetiva produzir conhecimento, mas reestruturar o conhecimento existente. A partir de interpretações alternativas, busca a releitura de paradigmas tradicionais. Vale ressaltar que esta elaboração de saber não busca perspectiva *top-down* (YOUNG, 2003), mas a inclusão das vozes excluídas pelas formas de conhecimento dominantes (SHARP, 2009). Portanto, a análise pós-colonial é centrada na transferência linguística, cultural e geográfica, ou seja, busca desconstruir o processo de transformação, da mudança de coisas dentro de coisas que não são (YOUNG, 2003), que ocorrem a partir de interpretações baseadas em binarismos e eurocentrismo, na estrutura de conhecimento tradicional.

Assim, compreendemos que para compreensão do poder colonial é necessário ir além de oposições binárias (MBEMBE, 1992; PUCHALA, 1997). Para Darby (2004), essa hegemonia cultural seria a causa da colonização do internacional, que consiste em

¹³ “Se a TRI ocidental é hegemônica porque está certa, então há pouca escopo para contribuições não-ocidentais. Mas se é dominante porque se baseia apoiada no poder ocidental, há espaço e razão para desenvolver uma voz não-ocidental. Particularmente significativo aqui pode ser a extensão em que o imperialismo ocidental não apenas subjugou as tradições locais de pensamento e conhecimento, mas também afastou os povos de sua própria história, atraindo sua autocompreensão para um quadro histórico ocidental. Talvez também seja significativa a consciência da hegemonia ocidental, o desejo de evitar ser enredado por ela e evitar o envolvimento com a teoria, precisamente porque implica um risco de tal enredamento” (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 18, tradução nossa).

eurocentrismo estrutural, ou seja, na forma como são construídas representações das relações Norte/Sul, natureza do poder e sistema internacional. Segundo Smith (2012), a importação de ideias ocidentais para analisar o internacional possui raízes no colonialismo, que sujeitou o continente não só política e economicamente, mas, também, cultural e intelectualmente.

Dessa forma, a teoria pós-colonial transformou entendimento de passado colonial e, sobretudo, em relação a conhecimento e cultura está desenvolvendo práticas e perspectivas mais abrangentes (DARBY, 2004), é “a stronger claim for an indigenous theory” (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 15)¹⁴. A partir do entendimento de Waever e Tickner (2009), o pós-colonialismo busca escrever a história através da visão do “outro”, descobrindo novas formas de ação e oposição política. De acordo com estes autores,

Post-colonialism emerged primarily out of literary studies as reflections on literature produced in former colonies, spreading rapidly to writings authored by immigrants in the West, to fields of study other than literature – from art to the social sciences – and not least into an accelerating philosophical sophistication and reflexivity (WAEVER; TICKNER, 2009, p. 6).¹⁵

A visão a partir do outro é importante devido ao domínio anglo-americano existente nas RI - além de alguns pólos menores, como Austrália e Canadá (COX, 2009) - porém, também, com trajetórias diferentes daquela do objeto desta pesquisa. Portanto, é necessário considerar pensamentos, programas intelectuais e agendas políticas não-ocidentais¹⁶ (GROVOGUI, 2005; PUCHALA, 1997). Esta necessidade de repensar a política ocorre uma vez que política não está onde as coisas estão acontecendo (DARBY, 2004) e a prática é diferente da teoria (GROVOGUI, 2005). De acordo com Tickner (2013a), a profissionalização causa o distanciamento entre prática acadêmica e realidade política e de indivíduos que buscam conhecimento político fora da disciplina.

Assim, na África existe um *gap* entre teoria e prática em RI, havendo a necessidade de diálogo entre os mesmos (OFUHO, 2009). Este *gap* ocorreria em função de considerarmos a inadequação de capacidade explicatória das teorias tradicionais no contexto africano. Tais teorias, em sua maioria produções acadêmicas anglo-americanas, não apresentam as diferenças culturais e circunstâncias econômicas de sociedades não-europeias, não deixando espaço para

¹⁴ “uma reivindicação mais forte por uma teoria indígena” (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 15, tradução nossa).

¹⁵ “O pós-colonialismo emergiu principalmente de estudos literários como reflexões sobre a literatura produzida nas antigas colônias, espalhando-se rapidamente para produções de imigrantes no Ocidente, para áreas de estudo que além da literatura - da arte às ciências sociais - e, não menos, de uma aceleração sofisticação e reflexividade filosóficas” (WAEVER; TICKNER, 2009, p. 6).

¹⁶ Vale ressaltar que Grovogui (2005) não define “não-ocidental”. No entanto, para Puchala (1997) a definição de mundo não-ocidental seria sociedades e Estados culturalmente exterior à Europa e seus enclaves culturais - América do Norte, Nova Zelândia, Austrália e Israel.

horizontes alternativos, havendo, dessa forma, imposição de política através da existência desse pensamento normativo (DARBY, 2004).

Em contraposição, o pós-colonialismo identifica as limitações deste positivismo, que ocorre através da normalização e legitimação do conhecimento hegemônico, marginalizando outras formas de conhecimento e, reforçando relações de poder assimétricas nas práticas sociais e acadêmicas. Para tal, se faz necessário pensar criticamente sobre conhecimento (TICKNER, 2013A) e reconhecer as contribuições não-centrais deste conhecimento como legítimas (TICKNER; BLANEY, 2012). É importante ressaltar que as RI possuem caráter colonial, que traça suas origens modernas no imperialismo, através do processo de descolonização obscurecido pelo sistema estatal. Por conseguinte, as relações de poder dentro das RI se apresentam através da divisão intelectual de trabalho, espelhada no capitalismo global - Norte, sendo produtor de teoria científica, e Sul, produtor de dados a serem analisados pelo Norte (TICKNER; BLANEY, 2012; TICKNER, 2013A).

A assimetria na produção de conhecimento das RI está enraizada em questões históricas e epistemológicas do campo. Esta hegemonia intelectual pode ser observada através da quantidade de publicações no mundo anglo-saxão, além da infraestrutura intelectual existente, e utilização do idioma¹⁷ no meio acadêmico, através do capital acadêmico que controla os instrumentos de reprodução de conhecimento e exerce autoridade científica, tal dominação ainda é exercida devido a categorias analíticas utilizadas, excluindo as práticas coloniais e neocoloniais. A dominação ocidental das RI, dessa forma, apresenta como os fatores geoculturais¹⁸ influenciam na determinação de como o conhecimento é produzido e enfatiza a importância de uma forma alternativa de pensar o internacional (TICKNER; BLANEY, 2013).

Segundo Tickner e Blaney (2013), pluralidade em RI é “exercida” dentro do espaço permitido pelos EUA e Europa Ocidental, que atuam como função disciplinadora através de conceitos e teorias. Tais condições afetam o estudo da África - na disciplina anglófona - pois a agenda disciplinar e prática são orientados espacialmente. Com a centralidade de EUA e Europa Ocidental dentro da disciplina, as consideradas disfunções¹⁹ africanas são entendidas como ineficácia dos EUA no pós-guerra e intervenções europeias no continente, incluindo assistência financeira.

¹⁷ O idioma seria uma barreira para a publicação (WAEVER; TICKNER, 2009), uma vez que não são difundidos globalmente.

¹⁸ A espacialidade ajuda na desigualdade global (DARBY, 2004).

¹⁹ A ser abordado no capítulo que tratará, especificamente, do objeto desta pesquisa.

Outro fator considerado importante, apontado por Grovogui (2012), é a marginalidade de analistas africanos na produção acadêmica. Cumpre lembrar que muitas produções são de africanos que estudaram no Ocidente²⁰, ou seja, sujeitos a sua prática e perspectiva e, possivelmente, reproduzindo o domínio ocidental (GROVOGUI, 2012; SMITH, 2012; OFUHO, 2009). Tal deslocamento foi devido ao desmantelamento de universidades africanas na década de 1980 sob mandato de ajustamentos estruturais do Fundo Monetário Internacional (FMI), privatizações e desvalorização de moedas (GROVOGUI, 2012). Para Darby (2004, p. 31),

A postcolonial politics cannot be read from the canon of Western political theory, much less from the archive of IR, hobbled as it is by its insistence on the primacy of the state, the privileging of the modern (meaning Western) and a circumscribed understanding of what constitutes the political. The politics that we seek must in the first instance be drawn from within non-European societies, tapping sources that give us glimpses of other life worlds.²¹

Portanto, há a necessidade de análise detalhada de sociedades pós-coloniais e perspectivas alternativas de questões globais não apenas para alargar as fronteiras disciplinares, mas também para entender como afetam a condição humana (OFUHO, 2009). Há, contudo, dificuldades impostas pelas relações de poder tanto no âmbito das relações internacionais quanto no ambiente acadêmico, que serão abordadas a seguir.

1.1.4 Relações de poder: o internacional na visão do “outro”

Esta seção buscará entender se e como as relações de poder, construídas através da sujeição do colonizado impactam a compreensão do internacional a partir de lentes africanas. Cabe salientar que as relações de poder são abordadas pelos autores pós-colonialistas devido aos primeiros estágios das RI africanas. As relações externas do continente eram, em sua maior parte, com suas ex-metrópoles e buscavam alcançar a modernização.

Então, as primeiras abordagens estavam apoiadas na África após o fim do colonialismo e influenciada pela dinâmica da Guerra Fria, ou seja, entrelaçada aos interesses das potências. Com o fracasso das teorias da dependência - década de 1970 - os estudos de RI na África

²⁰ Devido ao colapso total/parcial das instituições de ensino, infraestrutura acadêmica precária e interferência política do Estado (OFUHO, 2009).

²¹ “Uma política pós-colonial não pode ser lida do cânone da teoria política ocidental, muito menos do arquivo de IR, coagulado como é por sua insistência no primado do Estado, o privilégio do moderno (o que significa ocidental) e uma compreensão circunscrita de o que constitui o político. A política que buscamos deve, em primeira instância, ser extraída de sociedades não europeias, aproveitando fontes que nos dão vislumbres de outros mundos da vida” (DARBY, 2004, p. 31, tradução nossa).

começaram a avaliar o papel do Estado - fim da década de 1970 e início da década de 1980. Entre fins da década de 1980 e início da década de 1990, o entendimento da relação Estado/sociedade passou a ser central para o entendimento da dinâmica política africana, além disso, havia a necessidade de analisar conflitos que ocorriam fora do terreno europeu, como da RDC (OFUHO, 2009). Acreditamos, assim, que, neste momento havia replicação de experiências e visões ocidentais, ou seja, assemelhando-se à situação performática apresentada por Bhabha (1998).

Abrahamsen (2003) aponta, ainda, para a importância de compreender o funcionamento do poder moderno. Para a autora,

Power is no longer perceived as only repressive, nor is it understood in purely material or institutional terms. Instead, power is productive, and creative of subjects. It is also intimately linked to knowledge, not in the purely instrumental sense that knowledge is always in the service of the powerful, but in terms of the production of truth and rationality (ABRAHAMSEN, 2003, p. 198).²²

A conceitualização de poder estaria ligado às relações de poder, ao discurso e as instituições e práticas políticas, providenciando o entendimento sobre experiências colonial e pós-colonial, sobretudo, como relações de desigualdade foram/são construídas e mantidas. Dessa forma, através da análise do passado e da construção de representações busca-se compreender, criticamente, as instituições contemporâneas e práticas de poder, além do efeito do discurso nas práticas que produzem efeito material. Vale lembrar, contudo, que a construção de representações ocorre dentro do espaço social, condicionando e construindo o africano e a identidade do mundo pós-colonial (ABRAHAMSEN, 2003).

Cabe, assim, ressaltar que a trajetória histórica e a formulação de estereótipos continuaram impactando os Estados outrora colonizados através de cultura, política e economia. Segundo Basaglia (2012), as antigas metrópoles influenciavam os Estados africanos através de canais indiretos, por meio de instituições e controle burocrático. Essa relação, por meio de práticas de representação, também, produzem práticas políticas, além de regimes de verdade e conhecimento (ABRAHANSEN, 2003; DUNN, 2008). Dessa forma, são necessárias ferramentas de análise e conceitos que se adaptem ao Terceiro Mundo, uma vez que os conceitos tradicionais são baseados nas perspectivas do centro (WAEVER; TICKNER, 2009).

Por fim, enfatizando cultura e retórica, o pós-colonialismo desafia as bases epistemológicas de poder e hierarquia ocidental nas teorias tradicionais de RI (BASAGLIA,

²² “O poder não deve ser percebido somente como repressivo, nem entendido puramente em termos materiais e institucionais. Ao contrário, o poder está ligado ao conhecimento, não puramente no sentido instrumental, mas em termos de produção de verdade e racionalidade” (ABRAHAMSEN, 2003, p. 198).

2012), vale enfatizar que, as experiências colonial e imperial são codificadas e hierarquizadas em representações (MBEMBE, 2008). Através da rejeição de metanarrativas, posições políticas e categorias tradicionais - classe, raça e nação - o pós-colonialismo busca recuperar a voz do sujeito subalterno (ABRAHAMSEN, 2003). “In other words, the world that IR theorists study is a social world of meanings” (OFUHO, 2009, p. 78)²³.

A construção do político no discurso ocidental contemporâneo, então, não considera experiência histórica do mundo extra-ocidente (DARBY, 2004). A partir da disciplina de RI, que constrange e limita, os elementos da divisão Norte/Sul são reproduzidos dentro de ambos, uma vez que a construção das representações impactam a forma dos colonizados pensarem sobre si mesmos.

Tais ideias, sobretudo acerca de representações são extensamente debatidas pelos críticos ao pós-colonialismo. Afinal, as abordagens acerca de (des)construção de representações estariam de fato no mundo real? Seria mais uma replicação de ideias ocidentalizadas? Nesta esteira, buscaremos discorrer sobre estas questões, apresentando as críticas ao pós-colonialismo a seguir.

1.1.5 Críticas ao Pós-Colonialismo

Apesar da adequação do pós-colonialismo à esta pesquisa, cabe apresentar as críticas à tal abordagem. O pós-colonialismo seria de fato uma abordagem nativa? Resolve as questões de desenvolvimento dos Estados pós-coloniais? Questiona, de fato, o mundo real ou está, somente, no campo das ideias?

Segundo Abrahamsen (2003, p. 190), o pós-colonialismo ocupa posição marginal nos estudos de política africana contemporânea, havendo pouco engajamento na abordagem pós-colonial até mesmo entre africanistas. Isso ocorre porque o estudo de política africana estaria preocupado com “imperativo de desenvolvimento”. A partir desta visão, os estudos pós-coloniais não resolvem o fracasso do pós-independência, além de ser considerado como produto cultural ocidental, pertencente ao capitalismo e, portanto, de relevância limitada para Estados em desenvolvimento.²⁴

Seria isso relacionado com a formação do sujeito colonial? Com a formação no ambiente acadêmico ocidental? Com a estrutura de conhecimento existente que aponta para

²³ “Em outras palavras, o mundo que os teóricos do RI estudam é um mundo social de significados” (OFUHO, 2009, p. 78, tradução nossa).

²⁴ Vale lembrar que a contraposição de narrativas será utilizado como principal foco desta pesquisa.

único caminho de construção do político? Cumpre enfatizar que tais paradigmas, como fracasso e desenvolvimento, serão criticados ao longo desta pesquisa, que busca desconstruir os conceitos centrados nos Estados Ocidentais. De acordo com Abrahamsen (2003), narrativas como as mencionadas produzem identidade.

De acordo com Abrahamsen (2003), ainda, existem outras críticas relacionadas ao pós-colonialismo, como de que estaria preocupado com palavras, textualidade e discurso, desconectando-se da política e da economia, ou seja, do mundo real. Entretanto, Darby (2004) considera importante o papel estratégico das críticas discursivas em revelar relações de poder embebidas em conhecimento e discursos. Outra crítica é que o pós-colonialismo estaria relacionado à literatura e ao cinema, com pouca relevância para os problemas econômicos e sociais, com abordagem apolítica e pouco engajamento com as questões de poder.

A partir dessas críticas, o pós-colonialismo seria limitado ideologicamente e providenciaria explicação para desigualdade e exploração, ou mesmo, seria uma ferramenta de opressão. O pós-colonialismo seria, então, mais uma preocupação dos intelectuais consigo mesmo do que com as sociedades pós-coloniais. Por fim, seria uma variante do pós-modernismo²⁵, percebido como ocidental, relativista e apolítico (ABRAHAMSEN, 2003).

The postmodern condition of fragmentation and diasporic identities is seen to have given birth to postcolonialism, which is in turn perceived as the attempt of the privileged few to theorize and come to terms with their own position as Third World intellectuals inside the Western academe (ABRAHAMSEN, 2003, p. 194)²⁶.

Dessa forma, acreditando que o pós-colonialismo não é uma variante pós-moderna e, buscando complementar a abordagem pós-colonial, utilizaremos o pós-estruturalismo e suas críticas às teorias estadocêntricas. A seguir, serão apresentadas as convergências que entendemos existir entre pós-colonialismo e pós-estruturalismo.

1.2 Convergência: pós-colonialismo e pós-modernismo

Nesta seção buscaremos apontar que o ponto de convergência entre pós-colonialismo e pós-modernismo. Nesta pesquisa, essa convergência encontra-se na crítica de ambos às teorias tradicionais possuindo o poder de produtor de identidades e subjetividades. Além disso, os pós-

²⁵ As relações entre as abordagens pós-colonial e pós-moderna estarão no escopo desta pesquisa.

²⁶ “A condição pós-moderna de fragmentação e identidades diaspóricas originou o pós-colonialismo, o que, por sua vez, é percebido como a tentativa dos poucos privilegiados de teorizar e chegar a um acordo com sua própria posição como intelectuais do Terceiro Mundo dentro da academia ocidental” (ABRAHAMSEN, 2003, p. 194).

positivistas questionam as narrativas da disciplina de RI, bem como a existência do Estado e buscam a exploração de variáveis “nacionais” em contraposição à RI centrada no Ocidente (WAEVER; TICKNER, 2009). De acordo com Abrahamsen (2003, p. 197), pós-colonialismo e pós-modernismo além de não serem teorias tradicionais, não podem ser considerados como um corpo de pensamento unificado. No entanto, a autora aponta, também, a diferenciação entre as abordagens, pois

[...] to point to the affinities with poststructural and postmodernist perspectives is not imply that postcolonialism is merely a derivative or a straightforward application of these theoretical positions to postcolonial situations and relations. Several authors have argued that postcolonialism is to be distinguished from postmodernism, primarily because of its explicit political commitment to the marginalized²⁷.

A partir das convergências existentes entre as abordagens propostas, a seguir, serão apresentadas as contribuições pós-modernas para essa pesquisa.

1.3 Pós-estruturalismo: existe uma única forma de organização política?

Discutiremos aqui as críticas pós-modernas aos paradigmas das teorias tradicionais de RI, sobretudo ao Estado como única forma de organização política possível, como única possibilidade de existência de vida política. Além de criticar centralidade binária - ocidente/não-ocidente - como essencialmente cultural, a abordagem pós-moderna questiona o Estado como forma legítima e singular de organização política, uma vez que a produção de conhecimento em RI está ligada a esse fator e reforça o domínio de conhecimento ocidental (TICKNER; BLANEY, 2012).

De acordo com Smith (2012), a construção de fronteiras territoriais produziu o maior impacto do colonialismo. Cumpre ressaltar que o Estado, a partir das teorias críticas, é entendido como instrumento de produção de valores, interesses e normas, e processos relacionados à distribuição, que envolve capacidades e relação entre cidadão e Estado, mas também sistema internacional e economia política (GROVOGUI, 2012). A partir de visão de Walker (2013) sobre doméstico/internacional, RI seria um projeto ligado à imaginação política particular do mundo constituído por Estados. Çalkivik (2013) aponta uma crítica importante para as abordagens desta pesquisa: o que é dado e natural nas teorias tradicionais, para pós-

²⁷ “... apontar para as afinidades com as perspectivas pós-estruturais e pós-modernistas não implica que o pós-colonialismo seja apenas uma derivação ou uma aplicação direta dessas posições teóricas às situações e relações pós-coloniais. Vários autores argumentam que o pós-colonialismo deve ser distinguido do pós-modernismo, principalmente, por causa de seu compromisso político explícito com os marginalizados” (ABRAHAMSEN, 2003, p. 197).

colonialismo e pós-modernismo, são representações histórica e discursivamente produzido. Assim,

Collective experience is central to knowledge-building. Recognizing that knowledge is rooted in the everyday practices and experiences of distinct social groups implies that meaningful sense-making activities take place at all levels of society, and are not limited to what is normally defined as “authoritative” within a given field of study. Accepting that there are myriad ways of knowing reality leads to important questions concerning what it means to know, who legitimately knows, where knowers are situated, how certain issues achieve importance as objects of studies and what the purpose of knowledge (and theory) itself is (TICKNER, 2013a, p. 214)²⁸.

A adoção do Estado como única forma de organização política possível é abordada pelo pós-estruturalismo, que critica a visão ortodoxa das teorias tradicionais de RI, bem como a razão instrumental utilizada como base por estas teorias positivistas. Para os pós-estruturalistas, os processos de análise de realidade social envolvem alguma forma de interpretação, sendo que estas interpretações estão fundamentadas em pressupostos que devem estar sujeitos à discussões (DEVETAK, 2001), semelhante ao entendimento de Kurki (2006). Além disso, alinha-se à compreensão de Bhabha (1998) sobre a questão performática das representações e sua relação constitutiva. No caso do Estado, essa relação pode ser observada nas oposições *inside/outside* criticadas por Walker (2013).

Ademais, as teorias tradicionais utilizam pressupostos, como natureza humana, que são colocados fora de debate e tratados como dados. Essa naturalização de pressupostos excluem formas alternativas de produção de conhecimento, reproduzindo relações de dominação. Dessa forma, os pós-estruturalistas buscam a desconstrução do discurso dominante, uma vez que o conhecimento está conectado com política e poder (DEVETAK, 2001).

Por conseguinte, o objeto de conhecimento, situado em contexto político e histórico, é constrangido por conceitos particulares e categorias de conhecimento. Assim, é necessário considerar o perspectivismo existente na construção de narrativas, pois o “lugar de fala” do autor influenciará a sua interpretação dos eventos. Assim, considera-se a existência de visões diferentes sobre mesmo “mundo real”, ou seja, “in fact, we should say that there is no object or event outside or prior to perspective or narrative” (DEVETAK, 2001, p. 164)²⁹ e “there is no

²⁸ “A experiência coletiva é fundamental para a construção do conhecimento. Reconhecer que o conhecimento está enraizado nas práticas e experiências cotidianas de grupos sociais distintos implica que as atividades significativas de fazer sentido ocorrem em todos os níveis da sociedade e não se limitam ao que normalmente é definido como “autoritário” dentro de um determinado campo de estudo. Aceitar que existem inúmeras maneiras de saber que a realidade leva a questões importantes sobre o que significa saber, quem conhece legitimamente, onde os conhecedores estão situados, como certas questões alcançam importância como objetos de estudos e qual é o propósito do conhecimento (e da teoria)” (TICKNER, 2013a, p. 214).

²⁹ “Na verdade, devemos dizer que não há objeto ou evento fora ou antes da perspectiva ou da narrativa” (DEVETAK, 2001, p. 164).

‘truth’, only competing perspectives” (DEVETAK, 2001, p. 164)³⁰. Essa questão de perspectiva consta na abordagem de Abbott (2007) sobre localização e temporalidade do autor.

Ademais, Devetak (2001) apresenta o conhecimento como situado no tempo e no espaço, a partir de perspectiva particular. Outro ponto importante para esta pesquisa, apontado pelo autor, é a narrativa como essencial não apenas para compreensão, mas para constituição do evento; não constituindo somente a representação dos eventos, mas conferindo a condição de realidade aos mesmos. É importante salientar que este estudo busca apresentar as narrativas - dominantes - existentes acerca do Estado congolês e as narrativas alternativas, além de analisar como se tensionam e/ou escrevem uma contra-história.

Para tal, o pós-modernismo busca expor a interação textual existente dentro da política de poder e os efeitos da textualidade que são intrínsecos a política. A “realidade” da política de poder é constituída por textualidade e modos de representação³¹. Assim, a interpretação é necessária e fundamental para constituição do mundo social (DEVETAK, 2001). Portanto, neste estudo, buscaremos interpretar/desvelar as interpretações acerca da constituição da RDC. Assim, interpretaremos desconstrução como a desestabilização de conceitos, buscando demonstrar custos e efeitos produzidos, conforme apresentado por Devetak (2001),

As a general mode of unsettling, deconstruction is particularly concerned with locating those elements of instability or ‘give’ which ineradicably threaten any totality. [...] To summarize, deconstruction is concerned with both the constitution and deconstitution of any totality, whether a text, theory, discourse, structure, edifice, assemblage, or institution (DEVETAK, 2001, p. 169)³².

Neste ponto, de acordo com Devetak (2001), a noção de genealogia é crucial para perspectivas do pós-modernismo, pois afirma que a existência do perspectivismo impede a identificação de origem e significado dos conceitos. A genealogia, então, é uma forma de pensamento histórico que desvela o significado da relação poder/conhecimento. Para tal,

History proceeds as a series of dominations and impositions in knowledge and power, and the task of the genealogist is to unravel history to reveal the multifarious trajectories that have been fostered or closed off in the constitution of subjects, objects, fields of action and domains of knowledge. *Moreover, from a genealogical perspective there is not one single, grand history, but many interwoven histories varied in their rhythm, tempo, and power-knowledge effects.* (DEVETAK, 2001, p. 163, grifo nosso)³³.

³⁰ “Não há “verdade”, apenas perspectivas concorrentes” (DEVETAK, 2001, p. 164).

³¹ Dessa forma, David Campbell (1992) fala em ‘writing’ segurança e Cynthia Weber (1995) fala em ‘writing’ o Estado.

³² “Como um modo geral de perturbação, a desconstrução está particularmente preocupada com a localização desses elementos de instabilidade ou ‘dar’ que ameaçam inerentemente qualquer totalidade. [...] Para resumir, a desconstrução está preocupada com a constituição e a desconstituição de qualquer totalidade, seja um texto, teoria, discurso, estrutura, edifício, assembléia ou instituição” (DEVETAK, 2001, p. 169, tradução nossa).

³³ “A história prossegue como uma série de dominações e imposições no conhecimento e no poder, e a tarefa do genealogista é desvendar a história para revelar as múltiplas trajetórias que foram fomentadas ou fechadas na

Vale salientar que a *interligação de muitas histórias* alinha-se ao aporte teórico proposto nesta pesquisa com base na análise de Kurki (2006). De acordo com a autora, existe a necessidade de ampliar e aprofundar o entendimento do conceito de causa, pois o mesmo é apoiado no conceito de Hume, no qual a causalidade seria determinista e empiricista. Assim, Kurki (2006), apoia-se em conceitos aristotelianos, propondo a existência de quatro tipos de causas³⁴ que se relacionam. Dessa forma, a relação causal pode ser inferida no aporte teórico proposto, uma vez que através deste entendimento, a representação A resultaria na consequência B.

Entende-se, portanto, que uma ideia importante do pós-modernismo, com foco no nexo poder/conhecimento e sua abordagem genealógica, é que muitos dos problemas e questões estudados em RI não são apenas questões de epistemologia e ontologia, mas de poder e autoridade; são lutas para impor interpretações. Apesar disso, as explicações tradicionais interpretam o conhecimento como não influenciado por relações de poder e baseado na racionalidade. Mediante o exposto, o pós-modernismo busca problematizar as interpretações acerca do Estado soberano, que são obscurecidas por estas teorias tradicionais e suas abordagens estadocêntricas, analisando sua constituição histórica e reconstituição como modo primário de subjetividade na política mundial (DEVETAK, 2001).

Por conseguinte, buscaremos, na próxima seção, repensar a estrutura ontológica do Estado soberano, objetivando compreender como foi (re)constituído como modo normal de subjetividade nas relações internacionais.

1.3.1 Crítica à narrativa de Estado

O que é o Estado? Como foi constituído? Como é entendido? Para auxiliar na compreensão destes questionamentos, será utilizada a dupla leitura proposta por Ashley (1988), sendo a primeira leitura uma repetição das interpretações dominantes - apresentando suas instabilidades - e a segunda leitura, a exposição das tensões internas existentes nas mesmas.

De acordo com Ashley (1988), as teorias tradicionais, apoiadas no paradigma de soberania/anarquia³⁵ implicam na dupla exclusão através da imposição da representação do Estado soberano e sua naturalização. Ademais, há uma estrutura específica de relações de

constituição de assuntos, objetos, campos de ação e domínios de conhecimento. *Além disso, a partir de uma perspectiva genealógica, não há uma única, grande história, mas muitas histórias entrelaçadas variaram em seus efeitos de ritmo, tempo e conhecimento de poder*” (DEVETAK, 2001, p. 163, ênfase minha, tradução nossa).

³⁴ Causas materiais, formais, finais e eficientes; apresentadas na metodologia deste estudo.

³⁵ Ashley (1988) critica o discurso acerca da anarquia, pois é seria um monólogo, não um diálogo.

autoridade de política internacional, com o mundo entendido através de ausência de autoridade central e multiplicidade de Estados. Assim, para existir como organização política é necessária a constituição das unidades em Estados - a prática heroica, na qual o Estado é a única forma de existência possível na anarquia internacional. O Estado, portanto, não é visto como particularidade histórica, mas, abstratamente, como sujeito de *decision-making*.

A ambiguidade relativa ao conceito de Estado é problematizada por Bartelson (2003, p. 2). De acordo com o autor, “the state has not only constituted a recurrent problem, but has also been perceived as an obstacle to its solution”³⁶, ou seja, tal conceito constitui tanto objeto, quanto condicionante do conhecimento, sendo um conceito fundacional e, também, principal paradigma das teorias tradicionais de RI. Através da centralidade do conceito de Estado no discurso, existe uma interdependência com as teorias citadas. Ademais, o Estado é percebido como o conceito mais básico de RI - faz sentido sem outros conceitos - como conceito fundacional e constitutivo - devido a posição de centralidade dentro do discurso - e como condicionante de outros conceitos - que só possuem sentido a partir do conceito de Estado (BARTELSON, 2003).

Por conseguinte, a representação do Estado além de objeto de conhecimento, é condição desse conhecimento, se transformando em fenômeno histórico, além de trans-histórico, condicionando passado e presente. A sua origem, para tal, sofre um silenciamento a partir de suas “fundações míticas”. Vale ressaltar que o Estado é compreendido como única fonte de autoridade e definidor de modernidade política. A partir desta interpretação, Bartelson (2003) propõe desnaturalizar e temporalizar o Estado, pois este conceito, cuja função é constitutiva dos discursos político e científico modernos, não é problematizado pelas teorias tradicionais de RI, além de ser reforçado por seus críticos.

A proposta do autor é desestabilizar os pilares do conceito de Estado: distinção Estado/internacional - desnaturalização - Estado/sociedade civil - e temporalização. Dessa forma, o Estado seria desconstruído em suas características definidoras: indivisibilidade, distinguibilidade e continuidade espaço-temporal. Tal possibilidade ocorre pela identidade, discursivamente construída do Estado, a partir da qual os Estados são percebidos como unidades semelhantes, cristalizando a oposição binária ordem/anarquia e estabilizando a soberania como uma constante. Ademais, a fusão Estado-nação resulta no entendimento histórico do Estado, bem como na compreensão estadocêntrica da história. Os questionamentos acerca do Estado, portanto, reproduzem e reforçam o conceito dentro do aparato teórico de RI. Para

³⁶ “O estado não só constituiu um problema recorrente, mas também foi percebido como um obstáculo a sua solução ” (BARTELSON, 2003, p. 2).

desestabilização do conceito de Estado, então, a desconstrução dos aspectos externos, da identidade e dos mitos de origem são essenciais (BARTELSON, 2003).

Blaney e Inayatullah (2004), apesar de problematizarem o Estado soberano, não enfatizam o conceito de Estado como Bartelson (2003). Os autores buscam analisar o problema da diferença nas RI. A demarcação das fronteiras estatais, constituindo o Estado, diferencia os espaços espacial e temporalmente. Através desta temporalização, há a verticalização da diferença, na qual tradição e modernidade são hierarquizados como inferior e superior, sendo o Estado soberano entendido como modernidade. É importante lembrar que esta representação foi adotada após 1648, com o Sistema de Westphália, suplantando as autoridades sobrepostas do período medieval. A soberania, então, homogeneiza o espaço interno, transferindo a diferença para o internacional, ou seja, para o plano anárquico (BLANEY; INAYATULLAH, 2004).

Assim, pós-colonialismo e pós-modernismo alinham-se neste estudo. Pois, de acordo com Mamdani (1996), o Estado colonial foi uma estrutura historicamente formada com características fundamentais do Estado moderno. Essa organização foi a resposta para a questão central: os nativos, sendo a cidadania como privilégio dos civilizados. Dessa forma, o Estado colonial buscava o tratamento da diferença conforme entendido por Blaney e Inayatullah (2004) - através de assimilação ou extermínio.

A homogeneização do espaço interno é estabelecida através das relações de autoridade, concebidas pelos contratualistas, na qual a diferença é contida, assimilada ou exterminada; muitas vezes através do uso da violência (BLANEY; INAYATULLAH, 2004), o que pode ser percebido em grande parte das sociedades coloniais e, posteriormente, no período pós-colonial.

De acordo com Blaney e Inayatullah (2004), o tratamento da diferença é baseado no duplo movimento de Todorov. Assim, *a priori*, há a separação absoluta - “eu” e “outro” - e, *a posteriori*, a equalização desta diferença - assimilação ou erradicação. Este tratamento, em relação à diferença, ocorre, também, em âmbito internacional, entre os Estados, ocasionando no duplo movimento de Todorov.

Assim, para que os Estados sejam unidades similares, a diferença entre eles é alcançada através de balanço de poder, dissuasão ou colonização. Dessa forma, entretanto, a diferença é preservada, uma vez que os Estados são classificados de forma hierárquica, de acordo com seu estágio de desenvolvimento, percebido através das políticas neocoloniais (BLANEY; INAYATULLAH, 2004). No entanto, nesta pesquisa será observado pelo prisma das lentes pós-coloniais.

Esse visão ocorre, sobretudo, devido à representação de nativos das regiões colonizadas - africanos e ameríndios - como atrasados e infantis, necessitando da intervenção dos europeus, objetivando levar a civilização e o progresso aos mesmos (BLANEY; INAYATULLAH, 2004; JAHN, 1999). Segundo Jahn (1999), a hierarquização temporal das sociedades, em atrasadas e modernizadas, se iniciou com o encontro entre europeus e ameríndios, a partir do qual os últimos foram representados como atrasados, necessitando do desenvolvimento e civilização, que os europeus poderiam proporcionar. Para tal, era essencial, sobretudo, a adoção do Estado territorial e soberano.

Assim como o conceito de Estado, a soberania é, também, considerada como um conceito fundacional nas teorias tradicionais de RI. É importante enfatizar que a soberania é a ideia que se contrapõe à anarquia, ou seja, como principal fonte de ordem no plano internacional. Então, “... sovereignty serves as a fundamental point of reference in international relations, a ground or essential modifier for the state” (WEBER, 1995, p. 1)³⁷

O conceito de soberania, entretanto, não é claramente definido, além de ser tratado como estável, apesar da historicidade da soberania, ou seja, não significa a mesma coisa em tempo e lugares diferentes, uma vez que existem diversos tipos de autoridades diferentes - regimes democráticos, autoritários, totalitários, capitalistas, socialistas, entre outros (WEBER, 1995).

Assim como Bartelson (2003) em relação ao conceito de Estado, Weber (1995) não busca uma genealogia do conceito de soberania nem um conceito próprio relativo à mesma. A autora busca problematizar tal conceito, uma vez que, segundo ela, as teorias tradicionais não abordam como o conceito de soberania foi estabilizado. Para Weber (1995 p. 3, grifo nosso),

[...] to speak of the sovereign state at all requires one to engage in the political practice of stabilizing this concept's meaning. Thought of in this way, sovereignty marks not the location of the foundational entity of international relations theory but a site of political struggle. This struggle is the struggle to fix the meaning of sovereignty in such a way as to constitute a particular state - to write the state - with particular boundaries, competencies and legitimacies available to it. This is not a one-time occurrence which fixes the meaning of sovereignty and statehood for all time in all places; rather, this struggle is repeated in various forms at numerous spatial and temporal locales³⁸.

³⁷ “... a soberania serve como um ponto de referência fundamental nas relações internacionais, um modificador fundamental ou essencial para o Estado (WEBER, 1995, p. 1, tradução nossa).

³⁸ “... falar do Estado soberano exige que se envolva na prática política de estabilizar o significado desse conceito. Pensando assim, a soberania não é a localização da entidade fundadora da teoria das relações internacionais, mas um local de luta política. Esta luta é para fixar o significado da soberania de forma a constituir um Estado particular - *para escrever o estado* - com limites, competências e legitimações específicos. Esta não é uma ocorrência única que fixa o significado de soberania e Estado de todos os tempos em todos os lugares; em vez disso, essa luta se repete em várias formas em vários locais espaciais e temporais” (WEBER, 1995, p. 3, grifo nosso, tradução nossa).

Dessa forma, a autora alinha-se com autores pós-coloniais apresentados neste trabalho, que compreendem a adoção de conceitos como resultado de uma luta para impô-los, pois os mesmos podem constranger e orientar, espacialmente, a disciplina de RI. Weber (1995) coaduna, também, com Blaney e Inayatullah (2004) em relação ao entendimento da dimensão espacial e temporal do Estado.

Mediante o exposto, compreendemos que o Estado é constantemente reformulado e reimaginado, objetivando adquirir a aparência de legitimidade e naturalidade. A demarcação de fronteiras, contudo, objetiva a definição de autoridade sobre espaço, sendo um mecanismo de exclusão (WALKER, 2013). Então, considerando, nesta pesquisa, o Estado a partir da perspectiva pós-moderna, entendemos que

Accordingly the construction of state identities often tends to be positive. By contrast, radical constructivism always views the construction of state identity in negative terms. That is, the process of state identity formation necessarily leads to exclusion, repression, violence and the marginalisation of minorities (HOBSON, 2000, p. 157)³⁹.

Além disso, como Bartelson (2003) aponta a necessidade de separar os conceitos de Estado e nação, além disso, o conceito de Estado não pode ser igualado ao conceito de soberania, que é uma construção social. Também é importante apresentar a compreensão do Estado como uma especificidade espaço-temporal, promovendo a exclusão (WALKER, 2013; WEBER, 1995).

Portanto, a partir dos autores utilizados, nesta pesquisa, para analisar a representação do Estado nas RI, entendemos que os recursos sociais e meios de violência são empregados na formação da identidade estatal, portanto,

[...] international realm as one of necessity and violence is the result not of an 'external' or objective logic of anarchy (as in neorealism), but rather the result of an internal process of state identity-construction as undertaken through normative statecraft (HOBSON, 2000, p. 160)⁴⁰.

A existência desta violência interna foi exposta por Blaney e Inayatullah (2004), através do duplo movimento de Todorov, no qual, primeiramente, há a separação “eu” e “outro” e, posteriormente, a assimilação ou aniquilação da violência, muitas vezes, por meio desta

³⁹ “Consequentemente, a construção de identidades dos Estados geralmente tende a ser positiva. Em contraste, o construtivismo radical sempre vê a construção da identidade do Estado em termos negativos. Ou seja, o processo de formação da identidade do Estado conduz necessariamente à exclusão, à repressão, à violência e à marginalização das minorias (HOBSON, 2000, p. 157, tradução nossa).

⁴⁰ “O domínio internacional como uma necessidade e violência é o resultado não de uma lógica “externa” ou objetiva da anarquia (como no neorrealismo), mas sim o resultado de um processo interno de identidade do Estado, construído como empreendido através de um *statecraft* normativo” (HOBSON, 2000, p. 160, tradução nossa).

violência. Além do uso da força para homogeneização interna, o Estado moderno recorre à força, também, para suprimir atores não-estatais que competem com sua autoridade. No entanto, nesta pesquisa compreendemos a necessidade desses atores nas RI, pois influenciam, sobretudo, as sociedades pós-coloniais.

De acordo com Ashley (1988), a introdução de atores não-estatais às relações internacionais permitiria a formulação de entendimento mais elaborado sobre governança global moderna. Tal interpretação pode ser explicada através da existência de duas imagens sobrepostas: a imagem lateral e a imagem vertical. A imagem lateral está associada ao transnacionalismo, no qual o mundo é composto por diversos atores - estatais e não-estatais - que interagem e limitam-se. Os atores não-estatais, nesta imagem, teriam maior mobilidade, podendo explorar recursos disponíveis e enfraquecer condições locais dentro de um Estado. Dessa forma, as fronteiras estatais, bem como os recursos relativos ao Estado soberano, dependeriam das interações com e entre atores não-estatais.

Já a imagem vertical está associada ao estadismo, no qual o mundo consiste, primariamente, de espaços territoriais, onde as fronteiras limitam a mobilidade e interação de atores, além das decisões que o Estado os impõe. Nesta imagem, o Estado é um ator privilegiado em virtude de sua capacidade de impor parâmetros espaciais às interações disponíveis para outros atores. Dessa forma, a territorialidade consiste em uma vantagem para o Estado, sendo a única figura soberana e fonte - e origem - independente de poder (ASHLEY, 1988).

Nesta pesquisa, adotaremos a imagem lateral de Ashley (2000), no entanto, o objetivo não é deslocar Estado soberano das considerações, mas considerar, também, outros atores cujas ações e interações são igualmente interpretáveis em termos da prática heroica, e as variedades das relações sociais estruturadas, como as redes de comunicação e mercados, cuja formação e mudança podem ser compreendidos em relação às escolhas dos atores. Dessa forma, o Estado se torna uma presença soberana entre outras presenças soberanas, podendo ser decomposto em elementos burocráticos posicionados diferentemente na interação com atores não-estatais e outros elementos do Estado (ASHLEY, 1988). Ademais,

[...] the turn to nonstate actors evidently does not involve a repudiation of the heroic practice as an interpretive orientation. It involves a redeployment of the heroic practice to accommodate other modes of sovereign being - other rational voices of meaning that must be heard and taken seriously - besides the sovereign figure of the state that is given a privileged place in the hard core representation of the anarchy problematique (ASHLEY, 1988, p. 245)⁴¹.

⁴¹ “A consideração de atores não-estatais evidentemente não envolve um repúdio à prática heróica como orientação interpretativa. Isso envolve uma redistribuição da prática heróica para acomodar outros modos de ser soberano - outras vozes racionais de significado que devem ser ouvidas e levadas a sério - além da figura

1.4 Considerações sobre o capítulo: é possível pensar/imaginar RI fora do Estado?

Esta seção buscará enfatizar que a escolha das abordagens teóricas - pós-colonialismo e pós-modernismo - neste estudo tem por objetivo compreender as instabilidades e inadequações existentes nas teorias de RI, sobretudo, em relação à representação do Estado no mundo pós-colonial⁴².

Primeiramente, salientaremos a tentativa de estabilização dos conceitos e representações pelas teorias tradicionais. No caso do pós-colonialismo, Bhabha (1998) apresenta a dependência da fixidez no discurso colonial. No pós-modernismo, Walker (1997) apresenta a persistência do discurso moderno em representar o Estado como única fonte de segurança para os indivíduos. No entanto, estas representações são paradoxais. No discurso colonial, a representação do sujeito colonial conota tanto rigidez e ordem imutável como desordem e degeneração (BHABHA, 1998). No caso do Estado, poder ser tanto fonte de segurança para alguns, como de insegurança para outros (WALKER, 1997).

É importante ressaltar que, apoiados nas perspectivas centrais de Estado e soberania, as RI promovem a posição hegemônica ocidental, constringendo as tentativas de resistência, sendo necessárias as formas alternativas de pensamento utilizadas nesta pesquisa - pós-colonialismo e pós-modernismo. Hamati-Ataya (2013, p. 31) interpreta as teorias tradicionais como formas de limites e possibilidades, ou seja, “the conditions of possibility of our thought are always also the conditions of its possibility: what allows *this* thought to be, and to be as it is, is at once what makes it impossible to be *otherwise*”⁴³. Isso ocorre, segundo a autora, através do poder de nomear as coisas, criando formações discursivas e representações, ou seja, difundindo poder.

Dessa forma, o aparato institucional discursivo, além da materialidade ao mundo falado, desenvolve a legitimidade. Ademais, as teorias tradicionais constituem formas de discriminação e dominação social, incluindo o elitismo intelectual acadêmico (TICKNER, 2013A). Esta estrutura de poder delimita a possibilidade epistêmica, criando espaços de significados,

soberana do Estado que recebe um lugar privilegiado na representação do núcleo duro da anarquia problemática” (ASHLEY, 1988, p. 245, tradução nossa).

⁴² Também conhecido como Terceiro Mundo e Sul Global.

⁴³ “As condições de possibilidade de nosso pensamento são, também, as condições de sua impossibilidade: o que permite que esse pensamento seja, e ser como é, é ao mesmo tempo o que torna impossível ser de outra forma” (HAMATI-ATAYA, 2013, p. 31, tradução nossa).

ontologias e valores, dessa forma, reificando o campo ocidental de conhecimento (HAMATI-ATAYA, 2013).

De acordo com Hamati-Ataya (2013), os debates dentro da disciplina de RI são conversas dentro de uma mesma epistemologia, construindo os conceitos de ideais, valores, atos de resistência e emancipação. Assim, a episteme é centrada no sujeito que se torna objeto e origem de conhecimento, conforme a problematização do conceito de Estado apresentado por Bartelson (2003). Com a construção de conceitos e as teorias tradicionais centradas nos contextos e experiências do Ocidente, há a promoção da ocidentalização do mundo, o que consiste na maior escravidão da história humana - a submissão do pensamento (HAMATI-ATAYA, 2013).

Dessa forma, com a criação de representações, foi utilizada a imposição do Estado territorial e soberano nos moldes europeus. Ademais, as estruturas políticas e econômicas existentes na região da RDC foram desmanteladas; as estruturas sociopolíticas tradicionais, os discursos e as formas de autoridade foram reprimidos e em seu lugar, as estruturas do estado ocidental foram instaladas. A construção colonial implicou uma invasão e repressão não só do espaço político e econômico africano, mas também do seu espaço epistemológico (DUNN, 2003).

Portanto, para esta pesquisa, faz-se necessário o pensamento crítico em relação aos estudos eurocêntricos. Mas o que significaria pensar criticamente, além do Ocidente? De acordo com Çalkivik (2013), existe pouco espaço para reflexão sobre o que significa ser crítico, que resultaria das limitações conceituais impostas por teorias (TICKNER; BLANEY, 2012). Dessa forma, o diálogo sobre teorias críticas busca delinear divisões ontológicas, epistemológicas e metodológicas para se diferenciar do *mainstream* (ÇALKIVIK, 2013), uma vez que a disciplina de RI é baseada em conceitos ocidentais - como Estado, poder, ordem - universalmente aceitáveis e inquestionavelmente válidos (PUCHALA, 1997). Assim, para Puchala (1997), a narrativa não-ocidental busca emancipação - não política, mas cultural - que teria por objetivo ter uma identidade não imposta externamente, fazer sua própria história.

Para tal, as abordagens críticas, apesar de não consistirem uma única voz, compartilham preocupações - desafio às representações hegemônicas de política mundial e relação conhecimento/poder - através da perspectiva ontológica na qual história, cultura e ideias são centrais (ÇALKIVIK, 2013). Buscam, ainda, criticar os hábitos universalizantes da disciplina, além do movimento de exclusão em nome da ciência, que possui função disciplinadora através de seus conceitos binários - *inside/outside*, centro/periferia, soberania/anarquia (TICKNER; BLANEY, 2012).

Para compreender o mundo não-ocidental, portanto, é necessário uma análise da relação entre construção de subjetividade/conhecimento e práticas políticas (ABRAHAMSEN, 2003), além da desconstrução do internacional, conceito sobre o qual RI foi constituída (ÇALKIVIK, 2013). Por conseguinte,

[...] the promise of non-Western worldings cannot be fully comprehended if critique is reduced to a method or a technique applied to an object of study. Rather, what such research offers is the possibility to disfigure the discipline's object - the international - by unsettling the grounds upon which the disciplinary architecture has been erected (ÇALKIVIK, 2013, p. 46)⁴⁴.

Segundo Grovgui (2012), a utilização de racionalidade do Estado ignora as relações constitutivas e dinâmicas geopolíticas. Para a produção de teoria seria necessário compreender o contexto local (TICKNER; BLANEY, 2012), não entendê-lo a partir de teorias do centro, como se fosse uma extensão do mesmo. A política não pode ser fixada no tempo e no espaço, pois ao fazê-lo, o que é política é entendida como questão de política (DARBY, 2004). Ademais,

[...] relations between the non-West and the West are essentially stories about undoing dominance/subordination, gaining self-determination and regaining self-respect, reasserting that which has been suppressed, resurrecting that which has been submerged and reclaiming that which has been stolen. The goal is independence (the eradication of dependence); the process is emancipation; the method is 'resistance', which means more than 'standing against' and something more like 'ejecting, purging and replacing' (PUCHALA, 1997, p. 131)⁴⁵.

É importante enfatizar que as abordagens utilizadas neste capítulo são necessárias porque buscam a desestabilização de paradigmas constantes nas teorias estadocêntricas. Esta importância ocorre devido aos atores - não-estatais - que atuam nas questões de segurança da região. Assim, alinhando-se ao pós-colonialismo e ao pós-estruturalismo, os CSS, que serão abordados no próximo capítulo, buscarão apresentar formas alternativas de pensar as RI e segurança internacional no leste congolês.

⁴⁴ “... a promessa de mundos não-ocidentais não pode ser totalmente compreendida se a crítica for reduzida a um método ou a uma técnica aplicada a um objeto de estudo. Em vez disso, o que essa pesquisa oferece é a possibilidade de desfigurar o objeto da disciplina - o internacional - perturbando os motivos sobre os quais a arquitetura disciplinar foi erguida” (ÇALKIVIK, 2013, p. 46, tradução nossa).

⁴⁵ “As relações entre não-Occidente e Occidente são essencialmente histórias sobre o desdobramento de dominação/subordinação, ganhando autodeterminação e recuperando o respeito próprio, reafirmando o que foi suprimido, ressuscitando o que foi submerso e reclamando o que foi roubado. O objetivo é a independência (a erradicação da dependência); o processo é a emancipação; o método é "resistência", o que significa mais do que "ficar contra" e algo mais como "expulsar, purgar e substituir" (PUCHALA, 1997, p. 131, tradução nossa).

2 ESTUDOS DE SEGURANÇA NO CONTINENTE AFRICANO

Modern accounts of security are precisely about subjectivity, subjection, and the conditions under which we have been constructed as subject to subjection

Walker, 1997, p. 71-72⁴⁶.

Este capítulo buscará apresentar a importância do estudo de segurança no continente africano, entretanto, não através do estudo tradicional, mas pelas abordagens críticas. Vale salientar, que assim como apresentado no capítulo anterior - acerca das abordagens tradicionais de RI - os estudos convencionais de segurança apresentam uma interseção entre poder e conhecimento. Esta imbricação, de acordo com Barkawi e Laffey (2006), constitui produto do poder ocidental. Ademais, os estudos de segurança tradicionais são centrados na experiência europeia, sendo considerado inadequado para a região investigada nesta dissertação.

Dessa forma, uma vez que estudos convencionais de segurança se apoiam e reproduzem eurocentrismo, apresentariam uma análise distorcida (BARKAWI; LAFFEY, 2006) do contexto do leste congolês. Assim, para a pesquisa proposta, serão utilizados como ferramenta de análise os CSS. A escolha por tal lente de estudo ocorreu, ainda, por acreditar que a mesma se alinha às perspectivas críticas propostas no Capítulo 1 deste trabalho - pós-colonialismo e pós-estruturalismo.

Para tal, este capítulo será estruturado através de cinco seções, divididas em subseções. Inicialmente, apresentaremos a especificidade e importância dos estudos de segurança no continente africano. É importante, também, enfatizar que a subseção seguinte apresentará as dificuldades acerca do idioma e tradução nos conceitos de segurança. Depois será apresentada a importância dos contextos regionais para o estudo de segurança: primeiro o eurocentrismo nos estudos de segurança, e, depois, os impactos regionais na formação destes estudos. A seguir, abordaremos as abordagens tradicionais de segurança. Esta seção divide-se em duas subseções: uma discorrendo sobre a centralidade do conceito de Estado para os estudos tradicionais de segurança e a seguinte, a crítica às abordagens estadocêntricas. A seção seguinte abordará os CSS e encontra-se dividida em duas subseções: abordagem pós-estruturalista de segurança e críticas aos CSS. Por fim, serão feitas considerações sobre o capítulo e questionaremos e discutiremos o que entendemos por segurança.

⁴⁶ “As explicações modernas de segurança são precisamente sobre subjetividade, sujeição e as condições sob as quais fomos construídos como sujeitos à sujeição” (WALKER, 1997, p. 71-72, tradução nossa).

2.1 *Security versus secure: a questão do idioma nos estudos de segurança*

Como apresentado, anteriormente, através dos atores pós-coloniais existe o predomínio de idiomas europeus, sobretudo o inglês, no estudos de RI. Isso ocorre, também, nos estudos de segurança. Esse predomínio é compreendido por Young (2003) como processo de hierarquização e domínio cultural. Assim, a tradução de um idioma para outro acarretaria no deslocamento metafórico de um texto.

Dessa forma, cabe apresentar os conceitos de segurança aqui abordados, uma vez que existem três conceitos em inglês e dois em francês. Ao traduzir para o português, no entanto, não é possível diferenciá-los, pois existe, apenas, um vocábulo disponível - segurança. Assim, citaremos os conceitos em francês, porém, não serão abordados de forma minuciosa, uma vez que esta pesquisa não utilizou fontes bibliográficas neste idioma. Em seguida, apresentaremos os conceitos existentes em inglês, idioma no qual consta grande parte da bibliografia utilizada nesta pesquisa, e definiremos de que forma tais conceitos serão abordados neste trabalho.

Primeiramente, abordaremos os conceitos, em francês, *sécurité* - ausência de medo - *sûreté* - não ter o que temer. Assim, “do not confuse *sécurité*, the feeling of having nothing to fear, and *sûreté*, the state of have nothing to fear⁴⁷” (MCSWEENEY, 1999, p. 17).

Então, apresentaremos um conceito não abordado pelo autor: *safety*. Este conceito se relaciona com a segurança física, relacionada à integridade física, ausência de riscos de acidente, entre outros. Cumpre enfatizar que *safety* não fará parte do escopo desta dissertação.

O segundo conceito a ser apresentado é *secure*. *Secure*, de acordo com McSweeney (1999), constitui um processo relacional. O exemplo que o autor usa para ilustrar este conceito é da relação entre mãe e filho. O sentimento de segurança do filho em relação à mãe é o *secure*. Esse processo relacional, no entanto, é entendido pelos estudos tradicionais de segurança como feminino, não sendo considerado na arena internacional (MCSWEENEY, 1999).

Abordaremos, então, o conceito de *security*, que será discutido e tensionado no decorrer desta pesquisa. *Security* se aplica à segurança estatal, militar; é uma *commoditie*, uma função específica relacionada ao Estado. Portanto, constitui a exposição de vulnerabilidades, na qual o outro percebido como ameaça - definida pelo Estado. Este entende está presente na tradição ortodoxa dos estudos de segurança. Estes estudos acreditam na centralidade do Estado como

⁴⁷ “Não confunda *sécurité*, a sensação de não ter nada a temer, com *sûreté*, o estado de não ter nada a temer” (MCSWEENEY, 1999, p. 17).

ator, havendo a necessidade de medir e quantificar condições de segurança/insegurança (MCSWEENEY, 1999).

Assim, entendemos que os conceitos cartesianos de *security* e *secure* são tentativas de generalizações científicas, que se relacionam da seguinte forma

The noun became attached to, and interchangeable with, property, land, money, fortifications - these things are said to have, or to be, 'security' - and to the means by which such things are made secure: armies, weapons. To speak of military weapons as 'security' can be unpacked etymologically as 'the means by which the thing (property, money, institution) is protected to secure the person (MCSWEENEY, 1999, p. 18).⁴⁸

Ademais, como os paradigmas e teorias tradicionais de RI, os estudos convencionais de segurança se apoiam na história e filosofia ocidentais. Assim, o sentido moderno de *security*, como atributo do Estado, possui raízes em fins do século XVIII. Há, ainda, a razão sobre a natureza do contrato social, ligando Estado e indivíduo. Dessa forma, para Montesquieu, *security* seria liberdade política. Smith acreditava ser obrigação do soberano é proteger propriedades, ou seja, proteger sociedade contra violência e invasão de outras sociedades. E Rothschild entendia *security* como conceito que relaciona indivíduos e grupos, além de Estados, no período entre meados do século XVII e Revolução Francesa (MCSWEENEY, 1999).

Portanto, *security* seria um valor humano sobreposto com valores de ordem, liberdade e solidariedade, tendo o Estado como instrumento. Esta definição é determinada *a priori* pela suposição teórica de primazia do Estado (MCSWEENEY, 1999), discutida pelas abordagens de RI. Dessa forma, assim como discutido acerca das terias de RI, há o predomínio das visões estadocêntricas, sobretudo o realismo. No entanto, essa visão não é colocada como uma escolha, mas como única relevante.

Assim, o indivíduo é ignorado na conceitualização de segurança em nível estatal, no entanto, resgatado objetivando legitimar política. A segurança deve fazer sentido no nível do ser humano para fazer sentido em nível internacional. Então, *security* como *commoditie* precisa ser complementada pela relação com o indivíduo - ser humano (MCSWEENEY, 1999).

Esta pesquisa, no entanto, busca tensionar os paradigmas dominantes de RI e dos estudos de segurança, centrados no Estado, e replicando os modelos e experiências ocidentais.

⁴⁸ “O substantivo se ligou a, e permutou com, propriedade, terra, dinheiro, fortificações - estas coisas são ditas ter, ou ser, 'segurança' - e para os meios pelos quais tais coisas são feitas seguras: exércitos, armas. Falar de armas militares como 'segurança' pode ser desmembrado etimologicamente como "os meios pelos quais a coisa (propriedade, dinheiro, instituição) é protegida para proteger a pessoa" (MCSWEENEY, 1999, p. 18, tradução nossa).

Portanto, compreendemos segurança como mundo material somado às relações humanas, pois, apesar do *gap* exagerado entre ambas as imagens, elas não são excludentes.

Para alinhar-se com as visões apresentadas no capítulo anterior, apresentamos a seguir o domínio europeu nos estudos de segurança.

2.2 Eurocentrismo nos estudos de segurança internacional

Esta seção abordará de que forma os estudos de segurança convencionais foram moldados por uma visão eurocêntrica. Segundo Barkawi e Laffey (2006), o eurocentrismo se apresenta de diferentes formas nos estudos de segurança convencionais, através das principais perspectivas teóricas existentes no campo. Vale lembrar que tais abordagens são oriundas das RI, nas quais os estudos tradicionais de segurança se apoiam.

Através do realismo, entende-se a teoria geral de política internacional baseada nas grandes potências, localizadas na Europa e Ocidente. Já no liberalismo, as contribuições são centradas nas normas e instituições, produto da diplomacia interestatal, que é dominada pelas grandes potências. As contribuições do construtivismo, contudo, analisam ordem internacional a partir de perspectivas Hobbesiana, Lockean e Kantiana. Além disso, os princípios das democracias liberais e seus princípios éticos de trajetória histórica e intelectual europeias (BARKAWI; LAFLEY, 2006). No entanto, para esta pesquisa acredita-se que “Eurocentrism is about both a real and an imagined Europe”⁴⁹ (BARKAWI; LAFLEY, 2006, p. 331).

Ademais, as abordagens de base eurocêntrica geram dificuldade de análise nos estudos de segurança. Isso porque uma vez que as questões de guerra e paz são fundacionais, a resistência⁵⁰ é vista como ações contra a soberania estatal, legitimando o Estado e deslegitimando os atores não-estatais. Dessa forma as ações de grupos não-estatais são entendidas como injustificadas e ilegítimas, gerando a marginalização desses atores, bem como dos Estados vistos como “fracos” ou “falidos/colapsados” (BARKAWI; LAFLEY, 2006).

É importante, neste ponto, compreender que este entendimento se alinha com as questões causais propostas por Kirk (2006). De acordo com esta autora, a interpretação A produz consequência B, conforme apresentado no capítulo introdutório desta pesquisa.

⁴⁹ “O Eurocentrismo é sobre uma Europa real e imaginada” (BARKAWI; LAFLEY, 2006, p. 331, tradução nossa).

⁵⁰ Os autores entendem os movimentos/conflitos contra o Estado ou contra as potências ocidentais, outrora coloniais - terrorismo, por exemplo - como forma de resistência.

Assemelha-se, também, às perspectivas de Abbott (2007) acerca do eurocentrismo presente na construção de discursos e narrativas e na importância da temporalidade e localização do autor.

Dessa forma, supõe-se que “understanding security relations now requires that we discard Eurocentric assumptions about the world and how it works”⁵¹ (BARKAWI; LAFLEY, p. 333). Isso porque de acordo com os CSS, assim como para o pós-colonialismo e pós-estruturalismo - abordados no capítulo anterior - o eurocentrismo baseia-se na ideia de centralidade europeia, no passado e presente da humanidade. Segundo este entendimento, a Europa é vista como distinta e separada e tal centralidade não é problematizada, carregando a política mundial de termos conceituais e empíricos, normativos e políticos - com base nas experiências, unicamente, europeias (BARKAWI; LAFLEY, 2006).

Assim, coadunando com as abordagens teóricas propostas nesta pesquisa, acreditamos na necessidade de observação do contexto regional, tanto para os estudos de RI e segurança quanto para a produção de teorias. Então, a importância do contexto regional será abordada em seguida.

2.2.1 Contexto regional: impacto de traumas “regionais” na produção dos estudos de segurança

Mediante a apresentação do eurocentrismo presente nos estudos - convencionais - de segurança, bem como nos estudos de RI - no capítulo 1 - buscaremos mostrar a importância de análise do contexto regional para tais estudos. Dessa forma, é relevante o questionamento de Waeber e Tickner (2009, p. 4) sobre “how does one ask about IR in different places without assuming either some a-spatial and a-temporal conception of the field or privileging core IR as normality?”⁵².

Cumprir enfatizar que, apesar de o questionamento proposto ser referente às teorias de RI, o mesmo se faz importante para as abordagens dos estudos de segurança propostas nesta pesquisa. Tal importância ocorre através das problematizações que estão sendo percorridas neste capítulo e se coadunam com o capítulo anterior - acerca das inadequações constantes nas teorias tradicionais de RI. Vale lembrar que os estudos convencionais de segurança se apoiam

⁵¹ “Para entender as relações de segurança, é necessário descartar suposições europeias sobre o mundo e como ela funciona” (BARKAWI; LAFLEY, 2006, p. 333, tradução nossa).

⁵² “Como questionar sobre RI em diferentes lugares sem assumir uma concepção a-temporal e a-espacial do campo ou privilegiar as suposições centrais como normalidade?” (WAEVER; TICKNER, 2009, p. 4, tradução nossa).

tais teorias, privilegiando o Estado como principal ator - dos estudos de RI e segurança - e marginalizando outras fontes de autoridade política, objeto de estudo desta pesquisa, que serão abordados no próximo capítulo - que analisará o objeto desta pesquisa.

Segundo Acharya e Buzan (2010) os estudos tradicionais de RI e segurança se apoiam na dicotomia guerra/paz devido aos traumas dos conflitos ocorridos em terreno europeu. Além disso, por que levar essas teorias para outras regiões como se fossem uma replicação do caso europeu? Não há teorias, sobretudo, produzidas no Ocidente considerando os traumas coloniais? Podemos considerar o pós-colonialismo. Mas não é marginalizado pelas teorias tradicionais?

Mediante o exposto nesta seção, entende-se ser necessário o entendimento da constituição da Europa, bem como do mundo não-ocidental (BARKAWI; LAFLEY, 2006). Ademais, é importante a compreensão das discussões propostas no capítulo anterior deste estudo no que tange às problematizações e questionamentos acerca da imbricação entre poder e conhecimento, assim como da formação do conhecimento, moldado e produzido mediante visões eurocêntricas, além da relação constitutiva entre ocidente/não-ocidente.

De acordo com Waeber e Tickner (2009), os atores e as instituições, presentes fora do contexto regional europeu, surgiram de forma diferente da Europa/Ocidente. Vale ressaltar que Europa e Ocidente estão sendo utilizados neste trabalho como termos intercambiáveis, uma vez que a Europa se expande através da travessia dos oceanos, constituindo o Ocidente atual de América do Norte, Europa Ocidental, Japão e partes da Oceania (BARKAWI; LAFLEY, 2006).

Assim, presumimos que tais regiões constituem um “alargamento” do mundo europeu, bem como uma construção discursiva do mesmo. Dessa forma, assim como instituições e atores, conceitos como Estado e soberania são aceitos como nestas regiões como advindos do centro e entendidos como hierarquicamente superiores às organizações existentes em outros contextos regionais. Esta perspectiva se coaduna com a visão de Blaney e Inayatullah (2004), sobre hierarquização da diferença e colonialismo.

No entanto, este trabalho busca apresentar a importância da diferença dos contextos histórico-regionais na constituição de poder, bem como na construção de conhecimento acerca do continente africano. Para tal, é relevante o estudo de Darby (2004) sobre a importância do pensamento pós-colonial nas RI. O pensamento pós-colonial, bem como o contexto colonial da África, serão perspectivas importantes para as abordagens dos estudos de segurança na região. Dessa forma,

Despite its self-understanding as a global discipline studying a global reality (or the discipline of “International Relations” studying “international relations”), the scholarly community has very little knowledge about how it is itself shaped by global and international relationships of power, knowledge, and resources⁵³ (WAEVER; TICKNER, 2009, p. 1).

Então, após discorrer sobre o eurocentrismo que molda os estudos de segurança em detrimento de outros contextos regionais, abordaremos de que forma a abordagem eurocêntrica molda os estudos tradicionais de segurança.

2.3 Estudos tradicionais de segurança: guerra/paz como lentes de entendimento

Os estudos tradicionais de segurança surgiram com a Segunda Guerra Mundial e foram organizados de acordo com a perspectiva realista (BARKAWI; LAFHEY, 2006), cujo objeto de segurança é o Estado (BOOTH; VALE, 1997). Após o fim do conflito, em 1945, houve disputas entre realistas e liberais, e, em seguida, construtivistas. Dessa forma, as principais abordagens de perspectiva eurocêntrica eram o realismo - cuja agência e história estavam localizadas nas grandes potências - e liberalismo - no qual o Ocidente era apresentado como ético e progressivo (BARKAWI; LAFHEY, 2006). Além disso, os críticos pós-coloniais e marxistas apontam que o uso da força não é novidade nos regimes liberais. Estes buscavam a imposição de ideias liberais em grandes partes do mundo através de processos anteriores de colonização e construção de impérios ocidentais (BROWNING, 2013).

Vale ressaltar que, a partir da perspectiva da história ocidental, os acontecimentos mundiais tinham a Europa como centro. Tanto na época do Concerto Europeu - para conter a Alemanha - como após 1945 - conflito Leste/Oeste - os problemas do Terceiro Mundo eram vistos a partir da ótica de desdobramentos dos acontecimentos europeus (BARKAWI; LAFHEY, 2006).

Dessa forma, os estudos tradicionais de segurança foram moldados, espacial e temporalmente, a partir de pesquisas anglo-americanas após 1945. O protagonismo desta abordagem se justifica pela vitória na Segunda Guerra Mundial, colocando os EUA no centro da produção acerca dos estudos de segurança. Essa centralidade tem relevância na reprodução de atores e processos centrais, bem como da estrutura (BARKAWI; LAFHEY, 2006). Ademais, coaduna-se com os constrangimentos impostos pelo aparato de conhecimento, além das

⁵³ “Apesar de sua autocompreensão como uma disciplina global estudando uma realidade global (ou a disciplina de “Relações Internacionais” estudando “relações internacionais”), a comunidade acadêmica tem muito pouco conhecimento sobre como ela é moldada por relações de poder globais e internacionais, conhecimento e recursos” (WAEVER; TICKNER, 2009, p. 1, tradução nossa).

imbricações existentes entre poder e conhecimento. Para compreender como tais questões são centrais na produção de conhecimento acerca de segurança, a próxima seção abordará a relevância do conceito de Estado nas perspectivas tradicionais de RI, sobretudo o realismo.

2.3.1 A relevância do conceito de Estado nos estudos de segurança: a marginalização de atores não-estatais

Como mencionado acima, esta seção abordará a relevância do conceito de Estado para os estudos tradicionais de segurança. Cumpre enfatizar, no entanto, que nesta seção o conceito de Estado não será tensionado, pois as problematizações acerca do conceito foram debatidas de acordo com autores pós-estruturalistas.

Com base em tais discussões, portanto, iniciamos partindo da premissa que os estudos tradicionais de segurança focam, quase exclusivamente, nos governos e seus instrumentos de política (BOOTH; VALE, 1997). Dessa forma, o conceito de Estado é predominante nas concepções centrais de segurança. A partir deste entendimento, então, compreendemos o Estado como o ator que impõe uma ordem política (WILLIAMS; KRAUSE, 1997).

O Estado soberano, nas abordagens tradicionais de RI, é entendido como único *locus* possível de vida política (WILLIAMS; KRAUSE, 1997), o único espaço no qual a construção do político é possível (WALKER, 1997). Dessa forma, a construção predeterminada do político determina as bases para o entendimento de segurança (WILLIAMS; KRAUSE, 1997). Assim, compreendemos que a construção do político ocorre através do paradigma de Estado. Por conseguinte, a construção do conceito de segurança ocorre através de ambos.

De acordo com Burke (2002), o Estado como ator essencial de segurança ocorre pela aplicação do estado de natureza hobbesiano em seus estudos. Dessa forma, o Estado é entendido como único garantidor da segurança do indivíduo. Ademais, a segurança do indivíduo é compreendida como responsabilidade do Estado *a priori* e tal estado de natureza, condição humana. No entanto, Walker (1997) problematiza esta visão do Estado.

Vale salientar que dentro do funcionamento da lógica estatal há argumentos gêmeos. Apesar de ser fonte de segurança para uns, o Estado pode, eventualmente, constituir fonte de insegurança para outro.

Então, a partir desta abordagem realista, a segurança de um implica na repressão de outro. Dessa forma, são apresentadas oposições binárias, conforme as discussões propostas acerca do conceito de Estado. Tais dicotomias ocorrem nas oposições entre criminal/sociedade

- através da criação de leis - selvagem/civilizado e razão/irracional, importante para modernidade colonial/pós-colonial (BURKE, 2002).

Por fim, as perspectivas tradicionais de segurança reivindicam a visão do “mundo como ele é”, neutralidade, cientificismo, conflito militar entre Estados como central para a agenda de segurança. A sua abordagem predominante é o realismo/neorrealismo, cuja visão pessimista da natureza humana, entende o conflito como inevitável. O objeto central da segurança é o Estado, buscando preservar integridade territorial e soberania. As ameaças emanam de outros Estados, com dimensão militar e a segurança é alcançada pelo poder e pela dominação e capacidade militar. Dessa forma, a paz é entendida como ausência de guerra (BROWNING, 2013).

Cumprе ressaltar que, apesar de esta seção discutir as abordagens estadocêntricas de segurança, o seu principal foco foi o realismo. Vale enfatizar que compreende-se a importância de problematizar outras abordagens tradicionais. No entanto, esta pesquisa tem como objeto os conflitos provocados pelo choque entre narrativas convencionais - reconhecidas internacionalmente - e de grupos considerados legítimos por partes da população do leste congolês. Desta perspectiva, a abordagem realista é entendida como de maior relevância para discussão proposta neste estudo, uma vez que trata tais conflitos a partir da lógica militar, guiada por ações estatais, tanto de atores regionais, como do SI. Vale ressaltar que o estudo sobre o objeto proposto será realizado no próximo capítulo deste trabalho. Além disso, a próxima seção apresentará críticas relativas às abordagens realistas.

2.3.2 Crítica às abordagens estadocêntricas de segurança: a abordagem puramente militar e a construção de homogeneidade

Esta seção discutirá as críticas relacionadas às abordagens estadocêntricas de segurança. É importante salientar que as discussões propostas nesta seção são as consideradas importantes para esta pesquisa. No entanto, não é objetivo deste trabalho esgotar tais diálogos.

Inicialmente, apresentaremos uma crítica ao dilema de segurança, presente na abordagem realista. De acordo com Herz e Butterfield, o dilema de segurança é estadocêntrico e opera em dois níveis. O primeiro nível, mais básico, consiste na interpretação de motivos, intenções e capacidades do outro. Ademais, afeta a segurança estatal em práticas militares e posturas políticas. O segundo nível, derivativo, consiste na resposta, na forma de ação mais racional. Busca-se vias diplomáticas e retóricas, evitando uma espiral de mútua hostilidade, que eventualmente resultaria no paradoxo de segurança.

A dimensão central do dilema de segurança é complexa interrelação entre as dimensões materiais e psicológica, resultantes da percepção e interpretação das imagens (BOOTH; WHEELER, 1992). E, ainda, a cadeia de eventos que ocorre seria consequência da percepção dessas imagens (MCSWEENEY, 1999).

Burke (2002), então, aponta uma inconsistência na estrutura conceitual básica de segurança - a partir da lente realista. Assim, existe um impasse moral, pois, apesar das reivindicações de universalidade acerca de segurança, através do realismo, a segurança de um ocorre às custas da insegurança de outro.

Em seguida, abordaremos as construções de eventuais ameaças e de conhecimento. Tais construções pelos estudos realistas de segurança possuem fundações meta-históricas e epistemológicas como pilares de fatores e conceitos não problematizados, sobretudo o conceito de Estado. A centralidade do Estado como objeto de segurança tem por base exclusão (KRAUSE; WILLIAMS, 1997). Esta exclusão, de acordo com Walker (1997), ocorre devido à lógica inside/outside, imposta pelas fronteiras territoriais.

Assim como nas abordagens de RI, o Estado, nas teorias convencionais de segurança, é apresentado como resposta satisfatória (WALKER, 1997). E, semelhante as discussões apresentadas por Bartelson (2003), não é problematizado. Então corroborando com as teorias de RI, propostas para esta pesquisa, é importante a investigação das mudanças de contexto estrutural e histórico (BURKE, 2002; SMITH, 2005; WALKER, 1997). Vale lembrar que, segundo Walker (2013), o Estado constituiria uma articulação espaço-temporal específica.

De acordo com Walker (1997), além de constituir uma articulação específica, o Estado, assim como a construção identitária discutida na abordagem pós-colonial, é paradoxal: fonte de insegurança para uns, ordem e segurança para outros. Ademais, há limites para imaginação política sobre necessidades do Estado e do sistema estatal. Assim,

These limits converge in and are sustained by a powerful consensus that the state does indeed provide a satisfactory - sometimes merely adequate, sometimes laudable, sometimes simply natural and incontestable - answer to the most fundamental questions about the character and location of political life (WALKER, 1997, p. 62).⁵⁴

Dessa forma, assim como constitui ameaça e segurança, o Estado construído como resposta satisfatória, porém, gerando exclusão, constituindo um discurso de subjetividades excluídas, como raça e gênero. No entanto, na ausência de respostas alternativas ao Estado, o

⁵⁴ “Esses limites convergem e são sustentados por um poderoso consenso de que o Estado realmente fornece uma resposta satisfatória - às vezes apenas adequada, às vezes louvável, às vezes simplesmente natural e incontestável - às questões mais fundamentais sobre o caráter e a localização da vida política” (WALKER, 1997, p. 62, tradução nossa).

mesmo possui o papel de legitimação de políticas de segurança contemporânea. Destarte, os discursos de segurança são repetições que (re)afirmam os perigos que legitimam a soberania estatal, constituída como solução para perigos, uma determinação a-histórica de necessidades estruturais (WALKER, 1997). Assim, informa como as coisas são, o que é segurança, quem/o que deve estar seguro, de quem/que deve estar seguro, ou seja, define as eventuais ameaças. Neste contexto,

Realism in this sense is the code that affirms the limits of modern politics. Idealism is the prior code that idealizes the moral community within the state that produces realism as the limit, although now projected outward and forward into a world that is apparently without limit. This oscillation generates a discourse of tremendous power (WALKER, 1997, p. 75).⁵⁵

Assim, nos deparamos com um aparato de violência estrutural, não referente somente ao paradigma guerra/paz, mas uma estrutura de códigos morais dentro dos quais esse paradigma foi construído. De acordo com Walker (1997), essa violência estrutural possibilita e produz a universalização de necessidades e realidades, gerando generalidades vagas sobre tudo e sobre nada. Neste contexto, segundo o autor, as práticas de identidade política e legitimidade ocorrem, somente, através de demarcações espaço-temporais de soberania estatal. Tais práticas, aparentemente abstratas, estão embebidas em relações de poder concretas, mesmo derivando de abstrações aparentes.

Nesta esteira, Walker (1997) critica a ausência de respostas alternativas nos estudos tradicionais, bem como a generalização da segurança nacional, pois estaria embebida em interesses políticos e institucionais. Assim, compreendemos que a presença de tais interesses moldaria a epistemologia dos estudos de segurança. Dessa forma, Walker (1997) se alinha com as críticas apresentadas por Smith (2005). Smith (2005), assim como Walker (1997) problematiza o conceito, porém, não buscam apresentar “o que é segurança”. Ademais, o primeiro apresenta segurança como “um conceito contestado”, enquanto o último questiona se o Estado seria objeto ou sujeito de segurança. Em seu artigo *The Subject of Security*, Walker (1997) apresenta este questionamento a partir do trocadilho presente na palavra *subject*. Cumpre salientar que a mesma pode significar tanto “sujeito” como “objeto”.

Além disso, Smith (2005) critica o domínio da abordagem militar nos estudos tradicionais de segurança, reivindicando a necessidade de ampliação do termo e da mudança do objeto de referência - o Estado. Krause e Williams (1997) também criticam esta concepção

⁵⁵ “O realismo é, nesse sentido, o código que afirma os limites da política moderna. O idealismo é o código anterior, que idealiza a comunidade moral dentro do Estado que produz o realismo como limite, embora agora projetado para fora e para a frente em um mundo aparentemente sem limite. Essa oscilação gera um discurso de tremendo poder”(WALKER, 1997, p. 75, tradução nossa).

particular acerca do Estado, pois a mesma seria uma busca por uma realidade objetiva das RI e, por conseguinte, dos estudos de segurança. Entretanto, a produção de conhecimento se relaciona com relações de poder e autoridade. Assim, este conhecimento está fundamentado em uma série de suposições amplamente embebidos na cultura da qual emerge, constituindo a fonte de poder e reação contra tentativas de ampliação de agenda dos estudos de segurança (KRAUSE; WILLIAMS, 1997).

Mas o que constitui a expansão do conceito de segurança? Booth e Vale (1997) apresentam a expansão do conceito de segurança em dois sentidos. O primeiro em nível vertical, que substituiria a centralidade do Estado como objeto de referência de segurança, por segurança de indivíduos, grupos relevantes incluindo Estados, e humanidade como um todo. O segundo seria a dimensão horizontal, buscando a substituição da lógica puramente militar de segurança por uma agenda mais ampla, incluindo política, economia, societal, gênero e ambiental, tanto quanto militar. No entanto, “security studies (however broadly defined) has been among the last bastions of orthodoxy in International Relations to accept critical or theoretically sophisticated challenges to its problematic.”⁵⁶ (WILLIAMS; KRAUSE, 1997, p. VII).

Dessa forma, a narrativa sobre guerra, com sua estrutura binária, e a visão realista sobre questões militares naturalizam as ações militares sobre segurança. No entanto, nesta pesquisa, entendemos o uso da força militar necessária não para proteger os Estados de outros Estados, mas para consolidar e construir um imaginário de comunidade política homogênea. Ademais, Walker (1997) apresenta que, após o fim da Guerra Fria, novas ameaças e novos contextos surgiram no SI. Além disso, ocorreram novas configurações geopolíticas neste novo contexto histórico, porém os estudos tradicionais de segurança apresentam a mesma retórica, não considerando tais mudanças.

Mediante o exposto, consideramos o conceito ocidental inadequado para explicar a natureza dos problemas de segurança enfrentados pela maioria dos membros do SI, sobretudo a região abordada nesta pesquisa. Assim, buscaremos a compreensão de conceitos como segurança; Estado, autoridade e soberania a partir de outras perspectivas. Para tal, alinhando-se com o pós-colonialismo e o pós-estruturalismo, a próxima seção apresentará os CSS.

2.4 Estudos Críticos de Segurança: desvelando exclusões e hierarquias epistêmicas

⁵⁶ “Os estudos de segurança (ainda que amplamente definidos) está entre os últimos bastiões da ortodoxia em Relações Internacionais a aceitar desafios críticos ou teoricamente sofisticados para a sua problemática” (WILLIAMS; KRAUSE, 1997, VII, tradução nossa).

Esta seção abordará os estudos críticos acerca de segurança. É importante destacar que os estudos críticos de segurança abarcam uma série de abordagens e que as mesmas não serão esgotadas neste escopo. Cumpre enfatizar que as abordagens, aqui discutidas, serão, apenas, as utilizadas como ferramenta nesta pesquisa. Destacamos, ainda, que este trabalho não busca a definição de segurança, seu objetivo é analisar suas representações e implicações no estudo da região leste da RDC.

Como mencionado nas discussões acerca dos estudos convencionais de segurança, durante o período de Guerra Fria, o confronto entre EUA e URSS definiu a prática e teoria das RI e, por conseguinte, de segurança. Assim, o confronto bipolar orientou o pensamento sobre segurança, não somente entre as superpotências ou no Ocidente, mas em todo o mundo. Com o fim da era bipolar, no entanto, houve a necessidade de repensar a segurança internacional. Para tal, foi necessário identificar interesses, geralmente interesses dos EUA, porém, discursivamente, construídos como universais (MUTIMER, 1997).

De acordo com Mutimer (1997), após o fim da Guerra Fria, a agenda de segurança internacional não é dominada somente pelos supostos interesses dos EUA e seus aliados, bem como não considera somente questões militares. Segundo Dalby (1997), a partir deste momento os EUA assumem um novo papel no mundo. Contudo, tais papéis não são construídos no abstrato, mas atuam como resposta a uma percepção da estrutura mundial, conforme apresentada por Kurki (2006) - referente à relação entre percepção e consequência.

Ademais, após o fim da Guerra Fria, sugere-se que surgiram novas ameaças e novos perigos, no entanto, entendemos que os mesmos passaram a ter visibilidade. É importante salientar a existência dos mesmos durante o conflito bipolar, contudo, eram ofuscados pelos interesses das superpotências - EUA e URSS. Além disso, cumpre enfatizar a mudança de objeto de referência nos estudos de segurança - do Estado para segurança societal. Porém, ainda há dificuldades impostas pelas formulações estadocêntricas aos estudos tradicionais de segurança (DALBY, 1997).

Segundo Dalby (1997), a estrutura conceitual dos estudos tradicionais de segurança busca a formulação de discursos, visando a manutenção da ordem global vigente (DALBY, 1997). Além disso, é importante retornar à ideia sobre a relação entre poder e conhecimento. Ademais, o processo linear de progresso científico resulta em hierarquia epistêmica (KRAUSE; WILLIAMS, 1997), a partir da centralidade de conceitos como Estado. Dessa forma, é necessária a reformulação das categorias aplicadas aos estudos de segurança (BARKAWI; LAFHEY, 2006).

Vale lembrar que as investigações de conflitos, a partir dos estudos tradicionais, são permeados pela visão ocidental, outrora metrópole. Dessa forma, os CSS buscam desvelar as exclusões e estruturas hierárquicas existentes nas abordagens tradicionais (BARKAWI; LAFLEY, 2006). Os estudos críticos de segurança são abordagens interpretativistas, que buscam um entendimento mais amplo sobre conflito. Além disso, objetiva a compreensão das condições em que estabilidade e segurança podem ser alcançadas, contudo, silenciam sobre como tais condições são, eventualmente, alcançadas (KRAUSE; WILLIAMS, 1997). Esse silenciamento se coaduna com o pós-estruturalismo, pois não buscam apresentar uma verdade/realidade.

Ademais, a tarefa dos CSS é reformular as bases da segurança e vinculá-la às formas de comunidade política das quais foi amputada por uma variedade de práticas modernas (KLEIN, 1997). Vale salientar que não acreditamos que a militarização seja menos importante. Assim, os estudos de segurança contemporâneos buscam investigar as contradições entre “velha lógica de segurança” - conflitos entre grandes potências e Estados mais fracos ou entre potências e sistema internacional - e a nova problemática de segurança (BARKAWI; LAFLEY, 2006).

Dessa forma, as abordagens críticas de segurança objetivam uma visão mais dinâmica do ambiente de segurança internacional, desafiando as abordagens tradicionais, em particular o realismo e neorealismo. Busca-se, portanto, um entendimento mais crítico da relação entre teoria e prática, uma vez que essas teorias moldam nossa visão de mundo, influenciando as tomadas de decisão. Adicionalmente, acredita-se que as teorias tradicionais não capturam a totalidade da vida social e da natureza das relações humanas (BROWNING, 2013).

Então, as abordagens críticas se preocupam em investigar a política e o poder da linguagem na construção do entendimento da segurança em diferentes contextos. Assim, o foco tradicionalista sobre natureza objetiva das ameaças é substituído pela exposição de como reivindicações sobre segurança, bem como a identificação e a natureza das ameaças são inerentemente políticas (BROWNING, 2013).

Os CSS, portanto, problematizam os paradigmas das abordagens tradicionais. De acordo com Booth (1997), se iniciam em rejeição às teorias tradicionais de segurança. Tal rejeição ocorre, em particular, pela crença de que o mundo político ocorre dentro do Estado, com sua soberania como centro, bem como as oposições binárias resultantes destes paradigmas. Os CSS não ignoram a estrutura material ou a dimensão militar do mundo político. Entretanto, criticam a naturalização destas questões histórica e ideologicamente construídas (BOOTH, 1997).

De acordo com Booth (1997), as teorias tradicionais de RI privilegiam ordem e poder como base para os estudos de segurança. Dalby (1997), contudo, apresenta os dilemas existentes

para os estudos de segurança contemporâneos. Primeiramente seria a segurança econômica, na qual o comércio internacional é pré-requisito para a prosperidade global. O segundo seria a guerra às drogas, com presença de atores não-estatais. Por fim, Dalby (1997) aponta a segurança ambiental. Portanto, existe a necessidade de repensar a política global, uma vez que o conceito de segurança é político, ponto básico suprimido pelo neorrealismo.

Por fim, cumpre salientar que a proposta desta pesquisa é apresentar o Estado como uma entidade política que necessita de investigação em termos de provisão de segurança, mesmo que esta seja tomada como ponto inicial de análise. Esta investigação se iniciou no capítulo 1, a partir das ferramenta pós-colonial e pós-estruturalista, visando tensionar o conceito de Estado. Ademais, tal pesquisa continua a discorrer neste capítulo através dos estudos de segurança, buscando compreender se para haver segurança o Estado é necessário.

Para continuação desta pesquisa, a próxima seção apresentará a abordagem pós-estruturalista de segurança, e, na seção seguinte, serão apresentadas crítica às abordagens não convencionais de segurança a partir das visões propostas - acerca do Estado - para esta pesquisa.

2.4.1 Abordagem pós-estruturalista de segurança: desvelando a construção e a naturalização da relação Estado/segurança

Nesta seção abordaremos de que forma o conceito tradicional de segurança é tensionado, a partir das perspectivas críticas. De acordo com Booth e Vale (1997, p. 332), “from the critical security studies perspectives, security has no objective meaning but is intersubjectively invented, an epiphenomenon of contending political philosophies”⁵⁷. Além disso, “different worldviews and discourses about politics deliver different views and discourses about security”⁵⁸ (BOOTH, 1997, p. 106).

A partir destes pressupostos, de segurança como discursivamente construída, além de consequência de diferentes percepções, alinhamos os estudos de segurança à perspectiva pós-estruturalista de RI. Ademais, assim como na abordagem pós-colonial, entendemos segurança como um conceito moldado pelas estruturas de conhecimento existentes. Tais estruturas constroem a produção de conhecimento através da relação poder/conhecimento.

⁵⁷ “Das perspectivas críticas dos estudos de segurança, a segurança não tem significado objetivo, mas é inventada intersubjetivamente, um epifenômeno das filosofias políticas conflitantes” (BOOTH e VALE, 1997, p. 332, tradução nossa).

⁵⁸ “Diferentes visões de mundo e discursos sobre a política oferecem visões e discursos diferentes sobre segurança (BOOTH, 1997, p. 106, tradução nossa).

Dessa forma, apresentaremos as abordagens críticas de segurança pelos estudos pós-estruturalistas. Esta perspectiva enfraquece a concepção tradicional e tensiona a concepção do Estado como objeto de referência (SMITH, 2005). É importante lembrar que nos estudos de RI, a perspectiva pós-estruturalista questiona o Estado como espaço onde ocorre o político, bem como as fundações deste conceito. Coadunando, então, com os estudos de RI, questiona-se: segurança e Estado são interligados? A segurança emana somente do Estado?

Segundo os estudos pós-estruturalistas de segurança, os discursos de segurança constroem a noção de nós/eles (SMITH, 2005), ou seja, semelhante à noção de *inside/outside*, apresentada por Walker (1997), que é construída a partir do discurso de Estado. Tais construções são apresentadas como naturais, apesar de definições cultural e historicamente específicas (SMITH, 2005; WALKER, 1997). Portanto, o pós-estruturalismo nega as fundações do conhecimento que domina os estudos tradicionais de segurança.

Para Walker (1997), então, as questões sobre segurança não ser descoladas das questões básicas de teoria política, porém “... they also cannot be left in the care of those who have allowed questions of political theory to curdle into caricature”⁵⁹ (WALKER, 1997, p. 63). Dessa forma, entendemos que

The birth of critical security studies was both to be expected and is to be celebrated at a time when world events are even more complex and confusing than ever, when old political and philosophical certainties are challenged, and when the study of International Relations is rent by divisions over ontology, epistemology, agenda, and method.⁶⁰ (BOOTH, 1997, p. 104).

Portanto, através da abordagem pós-estruturalista de segurança, alinhada aos estudos pós-colonial e pós-estrutural, busca dar voz aos discursos marginalizados e excluídos dos estudos tradicionais de segurança. Dessa forma, buscaremos articular suas preocupações, bem como entender como coexiste com o Estado. De acordo com Smith (2005), esta reavaliação do conceito de segurança surgiu após os eventos ocorridos em 11 de Setembro de 2001. É importante enfatizar a atuação de atores não-estatais, ou seja, a ameaça oriunda de um inimigo sem território, sem identidade, algo que não é considerado nos estudos tradicionais de segurança. Então,

⁵⁹ “... mas elas também não podem ser deixadas aos cuidados daqueles que permitiram que questões de teoria política se transformassem em caricatura” (WALKER, 1997, p. 63, tradução nossa).

⁶⁰ “O nascimento de estudos críticos de segurança era esperado e deve ser celebrado em um momento em que os eventos mundiais são ainda mais complexos e confusos do que nunca, quando velhas certezas políticas e filosóficas são desafiadas e quando o estudo das Relações Internacionais está dividido sobre ontologia, epistemologia, agenda e método” (BOOTH, 1997, p. 104, tradução nossa).

Although the subject of critical security studies also broadens the agenda it is fundamentally different because the agenda derives from a radically different political theory and methodology; the former is based on deeper understandings of the meaning of the political, and the latter on discontents with her presumptions of positivism⁶¹ (BOOTH, 1997, p. 106).

Além disso, este trabalho visa à importância da utilização de autores não-ocidentais. É importante enfatizar que muitos desses pensadores possuem formação acadêmica no Ocidente. No entanto, de acordo com Puchala (1997), a paz, como ausência de guerra - conforme entendida pelo realismo - raramente é mencionada pelos pensadores não-ocidentais. Ademais, estes teóricos apresentam uma linguagem militante, na qual os conflitos/confrontos são entendidos como dinâmicas naturais das interações humanas, sendo um processo relacional (BARKAWI; LAFFEY, 2006; PUCHALA, 1997). Então,

The Third-World theorists therefore imagine themselves and their peoples engaged in a long war of attrition, which they will ultimately win because the mode of conflict favors them, because the advantages of youth and vigor are with them, and because they have already captured the moral high ground and their enemies have lost their legitimacy⁶² (PUCHALA, 1997, p. 132).

Mediante o exposto e alinhando as abordagens propostas para esta pesquisa, compreendemos que os territórios não são espaços políticos, naturalmente, diferenciados. Esta diferenciação ocorre mediante a constituição de fronteiras territoriais, por conseguinte, por meio da construção de espaços através dos Estados - e de sua consequente lógica *inside/outside*. Portanto,

At stake here is a series of questions regarding boundaries: how boundaries are constituted, what moral and political status they are accorded, how they operate simultaneously to include and exclude and how they simultaneously produce order and violence⁶³ (DEVETAK, 2001, p. 176).

É importante lembrar que as questões inerentes aos conceitos abordados, neste capítulo e no anterior, serão explicitadas durante o estudo do objeto desta pesquisa - região leste da RDC. Tal estudo será, minuciosamente, feito no próximo capítulo desta dissertação. Ademais, a próxima seção abordará alguns teóricos dos estudos de segurança que, apesar de abordarem a

⁶¹ “Embora o tema dos estudos críticos de segurança também amplie a agenda, é fundamentalmente diferente, porque a agenda deriva de uma teoria e metodologia política radicalmente diferente; a primeira baseia-se em uma compreensão mais profunda do significado do político e a segunda em descontentamentos com suas presunções de positivism” (BOOTH, 1997, p. 106, tradução nossa).

⁶² “Os teóricos do Terceiro Mundo, portanto, imaginam a si mesmos e seus povos envolvidos em uma longa guerra de desgaste, que acabarão ganhando porque o modo de conflito os favorece, porque as vantagens da juventude e do vigor estão com eles e porque já conquistaram o poder. terreno elevado moral e seus inimigos perderam sua legitimidade” (PUCHALA, 1997, p. 132, tradução nossa).

⁶³ “Está em jogo aqui uma série de questões relativas a limites: como as fronteiras são constituídas, que status moral e político elas são concedidas, como elas operam simultaneamente para incluir e excluir e como elas simultaneamente produzem ordem e violência” (DEVETAK, 2001, p. 176, tradução nossa).

segurança no Terceiro Mundo, não serão utilizados como ferramenta desta pesquisa. Os motivos desta escolha serão, também, discutidos na próxima seção.

2.4.2 Críticas aos Estudos Críticos de Segurança: limitação estrutural do saber ou cooptação intelectual?

Nesta seção apresentaremos, portanto, algumas abordagens críticas que tratam dos problemas de segurança do Terceiro Mundo. Porém, será abordado, ainda, o porquê de as mesmas não terem sido utilizadas como ferramenta desta pesquisa.

Inicialmente, apresentaremos Williams e Krause (1997) que não objetivam negar a centralidade do Estado, mas entender suas estruturas, dinâmicas e possibilidades de orientações. Além disso, as preferências e interesses dos atores são parte de estrutura explanatória exogenamente construída. Cabe salientar, no entanto, que este trabalho busca desconstruir as fundações dos Estudos de segurança. Estes pilares, com apoio nas teorias tradicionais de RI, são os conceitos de Estado e soberania, tensionados pelo pós-colonialismo e pelo pós-estruturalismo.

Dalby (1997) apresenta uma orientação pós-globalista - ou pós-segurança. A partir desta perspectiva, a segurança é entendida como um “conceito essencialmente contestado”. O autor apresenta, também, os dilemas contemporâneos de segurança - competição econômica; comércio de drogas e degradação ambiental. No entanto, acredita que existe dificuldade de ampliação do conceito militarista do período da Guerra Fria, pois tais entendimentos são vulneráveis. Vale salientar que o estudo destes dilemas, sobretudo, os dois últimos - em relação às drogas e meio ambiente - são importantes para a segurança da região investigada nesta dissertação. Contudo, não será parte dos escopo desta pesquisa. Esta escolha ocorreu pela limitação da mesma, objetivando problematizar as questões relativas à eventual coexistência das narrativas inerentes do Estado e de grupos não-estatais presentes na região leste congoleza.

Acharya (1997) analisa conflitos regionais no Terceiro Mundo. Entretanto, as formas de entendimento aplicados aos mesmos, são derivadas da experiência ocidental, ou seja, adaptadas aos desafios de segurança enfrentados pelo mundo dito desenvolvido. É importante ressaltar que Acharya não busca investigar o conceito de Estado, como proposto nesta pesquisa. Além disso, o autor possui uma perspectiva estadocêntrica, mesmo acreditando que o Estado, nos moldes ocidentais, é inadequado para o Terceiro Mundo. Contudo, em seus apontamentos, o autor não critica o Estado como única forma de organização política nas relações internacionais.

O outro autor que aborda as questões de segurança terceiro mundista é Ayoob (1997). O autor, assim como Acharya (1997), utiliza uma abordagem estadocêntrica denominada realismo subalterno. A partir desta perspectiva, os problemas de segurança dos Estados, das regiões marginalizadas, não são externos, mas internos. Além disso, de acordo com Ayoob (1997), nos Estados terceiro mundistas existe uma imbricação entre segurança do Estado e segurança do governo. Tal relação ocorre uma vez que as elites buscam assegurar sua permanência na direção estatal. Ademais, os problemas nestes Estados ocorrem por ainda estarem em processo de formação. dessa forma, os problemas básicos enfrentados pelos Estados do Terceiro Mundo são legitimidade e ordem política (AYOOB, 1997).

Os estudos de Ayoob, contudo, não se adequam à proposta desta pesquisa. Inicialmente, por adotar uma perspectiva estadocêntrica. Há, porém, outra inadequação em relação às abordagens do autor. Apesar de acreditar que o Terceiro Mundo possui características específicas e, ainda, que a sua perspectiva é uma dentre as possíveis, Ayoob considera o Estado como única forma de organização política possível. O que se coaduna com a abordagem pós-colonial acerca da formação de conhecimento. Dessa forma, mesmo acreditando nas especificidades regionais terceiro mundistas, o conhecimento existente constrange a perspectiva do autor.

Por fim, apresentaremos a crítica proposta por Burke (2002), na qual humanistas e realistas se assemelham. Apesar de reivindicarem diferentes objetos de referência nos estudos de segurança, realista - Estado - e humanistas - indivíduos, ambas propõem o conceito de segurança como universal. Dessa forma, tais abordagens não se adequam a esta dissertação, que busca apresentar as tensões existentes nas tentativas de universalização de conceitos e teorias (BURKE, 2002).

Mediante as discussões apresentadas, a partir dos autores proposto, tradicionais e críticos, compreendemos a necessidade de ampliação de conceito de segurança para análise do contexto do Terceiro Mundo. Para tal há a necessidade de questionamentos acerca das realidades regionais, como: O que segurança envolve? O que significa estar seguro? Seguro em relação a que/quem? Ademais, a segurança precisa ser definida em relação a processos sociais, econômicos culturais e ecológicos, bem como ameaças geopolíticas advindas de potências externas (WALKER, 1997).

Assim, a partir das perspectivas regionais, os estudos de segurança terão melhor adequação, sobretudo, no contexto do Terceiro Mundo. A próxima seção, então, busca entender o que é segurança neste contexto.

2.5 Considerações sobre o capítulo: afinal, o que é segurança?

As seções anteriores abordaram, exaustivamente, os estudos de segurança - tradicionais e críticos. Vale ressaltar que, nesta pesquisa, assim como os estudos de RI, os estudos de segurança foram abordados a partir de perspectivas críticas. Além disso, foram estudados como oriundos da relação entre poder e conhecimento. Dessa forma, consideramos que

the concept of security is now genuinely contested: as part of this contestation, it requires that concepts, such as the state, community, emancipation, as well as the relationships, such as those between the individual and their society and between economics and politics, are also subject to contestation⁶⁴ (SMITH, 2005, p. 55).

Assim, compreendemos a necessidade do estudo preliminar dos conceitos mencionados acima por Smith (2005). O conceito de segurança, então, semelhante às abordagens mencionadas no capítulo anterior, não é neutro, além de constituir um cenário de disputa para sua definição (SMITH, 2005). E, além de um conceito contestado, as considerações de segurança são socialmente construídas e discursivamente reproduzidas (KLEIN, 1997).

“What does it mean to be secure?”⁶⁵ (BURKE, 2002, p. 1). A que e a quem o termo “segurança” se refere? Esses questionamento são importantes para este estudo, uma vez que são adotadas abordagens críticas, que problematizam a centralidade dos conceitos de Estado e soberania, nos quais se apoiam os estudos convencionais de segurança.

De acordo com Williams e Krause (1997, p. IX), segurança é um conceito derivativo e “*itself meaningless*”⁶⁶, ou seja, para possuir significado, necessariamente, pressupõe que algo deve estar seguro, não é autorreferencial. Nesta esteira, Dalby (1997, p. 6) apresenta segurança como

[...] a contested term, one with multiple meanings, some of which are not at all necessarily logically linked to conventional understandings. [...] security can be read as destabilizations and contestations of the term itself. The implications of these readings of security suggest that the concept and its related practices can be understood as a number of political problems, ones that have, among other consequences, profoundly unsettling implications for the field of security studies, as well as more widely for International Relations.⁶⁷

⁶⁴ “O conceito de segurança é verdadeiramente contestado: como parte desta contestação, exige que conceitos, como Estado, comunidade, emancipação, bem como as relações, como as que existem entre o indivíduo e sua sociedade e entre economia e política, também estão sujeitos a contestação” (SMITH, 2005, p. 55, tradução nossa).

⁶⁵ “O que significa estar seguro?” (BURKE, 2002, p. 1, tradução nossa).

⁶⁶ “Sem sentido nele mesmo” (tradução nossa).

⁶⁷ “... um termo contestado, com vários significados, alguns dos quais não estão necessariamente ligados logicamente a entendimentos convencionais. [...] a segurança pode ser lida como desestabilizações e contestações do próprio termo. As implicações dessas leituras de segurança sugerem que o conceito e suas práticas relacionadas podem ser entendidos como uma série de problemas políticos, que têm, entre outras

Dessa forma, de acordo com Krause e Williams (1997), a construção de diferentes concepções de segurança requer uma re-teorização, ou seja, necessita de reflexão sobre suas fundações. Os autores apresentam, também, a importância de historicizar o conceito, uma vez que o mesmo constitui uma condição historicamente variável - variando no tempo e no espaço. A partir desta perspectiva, os autores criticam a centralidade das ideias com base no estado de natureza hobbesiano, no qual o medo da morte constitui uma condição humana, resultando no entendimento contratualista da formação dos Estados e na centralidade dos mesmos nos estudos tradicionais de segurança.

A partir destas perspectivas - tradicionais - o conceito acerca de segurança é apresentado como universal. De acordo com Burke (2002), contudo, esta universalidade deriva da ideia - criticada por Williams e Krause (1997) - de segurança como objeto de referência estável, cujas necessidades são similares. Além disso, Burke (2002) aponta a importância de um estudo genealógico de segurança, através de suas raízes conceituais e discursivas. Este estudo visa à investigação da formação do conhecimento acerca dos conflitos e violência, objetivando questioná-los (BURKE, 2002).

Dessa forma, a partir das problematizações propostas nesta seção, indica-se o seguinte questionamento: o que é pensar sobre segurança? De acordo com Krause e Williams (1997), para pensar segurança é necessário uma abordagem histórica, visando ao entendimento mais adequado para o mundo contemporâneo. Para tal, devemos retornar às contribuições de Bartelson (2003), nas quais o autor busca enfatizar a necessidade de buscar as raízes históricas acerca do conceito de Estado, no qual se apoiam as teorias convencionais de segurança. Assim,

It is to see security as an interlocking system of knowledges, representations, practices, and institutional forms that imagine, direct, and act upon bodies, spaces, and flows in certain ways - to see security not as an essential value but as a political technology⁶⁸ (BURKE, 2002, p. 2).

Dessa forma, o conceito de segurança será entendido nesta pesquisa como objeto de debate, um conceito contestado, que admite múltiplos significados. Ademais, enfatizamos a necessidade de mudança epistemológica na forma como segurança é entendida e estudada. Vale salientar que, de acordo com Walker (1997), repensar segurança só é possível a partir do

consequências, implicações profundamente inquietantes para o campo de estudos de segurança, bem como mais amplamente para as Relações Internacionais.” (DALBY, 1997, p. 6, tradução nossa).

⁶⁸ “É para ver a segurança como um sistema interligado de saberes, representações, práticas e formas institucionais que imaginam, dirigem e atuam sobre corpos, espaços e fluxos de determinadas formas - para ver a segurança não como um valor essencial, mas como uma tecnologia política” (BURKE, 2002, p. 2, tradução nossa).

questionamento sobre o político, do questionamento do Estado como limite da imaginação política moderna.

De acordo com Smith (2005, p. 57), “the concept of security is therefore a battleground in and of itself”⁶⁹. A partir desta afirmativa, percebemos a complexidade para (re)conceitualizar segurança. Tal conceito não é neutro, uma vez que todas as definições refletem compromissos normativos. Esta pesquisa buscará, através de seu objeto, responder alguns questionamentos: Para haver segurança, é necessário um Estado? Por conseguinte, de que forma o conceito de segurança se relaciona com as fronteiras territoriais?

Segundo Burke (2002), as aporias de segurança ajudam a pensar novos caminhos e mostram a falência do conceito, da perspectiva realista, bem como novas formas de imaginá-lo. Adicionalmente, antes de reescrever segurança, devemos entender como a segurança nos escreve. Isso porque o conceito de segurança deriva do poder cultural do pensamento político moderno, que estabelece mitos fundadores da sociedade política moderna. Por conseguinte, a suposição de universalidade deriva da ideia de segurança como um objeto de referência estável, cujas necessidades são similares.

A suposição de universalidade é pilar do pensamento Ocidental, baseado na oposição binária guerra/paz. Dessa forma, existe a necessidade de narrativas emergentes fora do centro, a partir das quais os entendimentos alternativos dos conceitos constituiriam novas bases para a ordem internacional. É importante enfatizar que esta necessidade decorre de o vocabulário da experiência democrática Ocidental aplicado na África não corresponder à realidade continental.

No entanto, de acordo com Barkawi e Laffey (2006), existe uma divisão mundial na produção dos estudos de segurança. Nesta divisão, portanto, caberia aos Estados africanos o papel de falidos ou colapsados. A violência na África, portanto, é associada à falta de instituições e modernidade europeias, apesar de consequência de interação com ocidente. Isso porque a partir do imperialismo europeu, metrópole e colônia não podem ser entendidas separadamente. Assim, a contituição de centro e periferia é mútua - econômica, política, cultural e militarmente (BARKAWI; LAFFEY, 2006). Ademais, Norte e Sul são co-produzidos pelos processos de expansão imperial e dominação (neo)colonial.

Portanto, “the social context of armed conflict is a world of relational processes, a world which must be studied in relational terms”⁷⁰ (BARKAWI; LAFFEY, 2006, p. 349). Dessa forma, a guerra deve ser pensada como fenômeno cultural, não estrutural. Isso porque os grupos

⁶⁹ “O conceito de segurança é um campo de batalha” (SMITH, 2005, p. 57).

⁷⁰ “O contexto social dos conflitos armados é um mundo de processos relacionais, que deve ser estudado em termos relacionais” (BARKAWI; LAFFEY, 2006, p. 349, tradução nossa).

humanos não lutaram sempre, então, sendo cultural, tal fenômeno pode ser transcendido (BOOTH, 1997).

Mediante o exposto, compreendemos que as discussões sobre segurança internacional não podem ser descoladas das considerações de poder e política. Além disso, existem limitações impostas pela estrutura do SI. Assim, muitas questões relacionadas à segurança internacional são decorrentes da natureza do sistema. “In short, security remains one of modernity’s most stubborn and enduring dreams”⁷¹ (BURKE, 2002, p. 1).

⁷¹ “Em suma, segurança continua sendo um dos sonhos mais teimosos e duradouros da modernidade” (BURKE, 2002, p. 1).

3 COLONIALISMO EUROPEU NO CONTINENTE AFRICANO: OS AFRICANOS FORA DA HISTÓRIA

A mais grave carência sofrida pelo colonizado é a de estar colocado fora da história... A colonização lhe veda toda participação tanto na guerra, quanto na paz, toda decisão que contribui para o destino do mundo e para o seu próprio, toda responsabilidade histórica e social

Memmi, 1967, p. 86-87.

Este capítulo abordará o colonialismo no continente africano. É importante enfatizar que esta pesquisa visa ao entendimento de questões relativas à RDC. No entanto, entende-se que para abordar tal região, faz-se necessário, mesmo que marginalmente, o estudo dos acontecimentos ocorridos no continente africano. Este entendimento, acredita-se, é importante para compreender a evolução do interesse europeu na África. Ademais, o estudo sobre o avanço europeu em solo africano ocorre uma vez que a história da África, bem como a formação de seus Estados são apresentados a partir de uma perspectiva ocidental.

Ao discorrer sobre o processo colonial na África, contudo, é necessário explicitar que não é premissa desta pesquisa que a colonização foi um processo linear ou homogêneo neste continente, nem pretende-se a generalização do mesmo. No entanto, como o objeto desta pesquisa é a RDC, o processo colonial africano será tratado de forma marginal, apenas como suporte para o objeto deste estudo. Dessa forma, para fins didáticos, o processo colonial congolês será detalhado ao longo do capítulo, enquanto o avanço colonial europeu na África não será abordado minuciosamente - exceto se houver impacto direto no objeto desta pesquisa - sendo mencionado como colonialismo na África.

Para tal este capítulo está estruturado da seguinte forma: 5 seções, sendo a segunda subdividida em 3 subseções, além de considerações sobre o capítulo. O capítulo terá como ponto principal a formação do conhecimento acerca do continente. Assim, a primeira seção discutirá a história da África. Em seguida, apresentaremos a criação do Estado congolês: inicialmente será apresentado o impulso colonial belga, seguido pela discussão sobre retóricas e práticas ocorridas durante a formação do Estado colonial. A última subseção complementa esta seção, discorrendo sobre a construção de representações identitárias de colonizador e colonizado. As seções seguintes apresentam o Estado congolês após o fim colonial: primeiro a RDC após a colonização, seguindo sobre as discussões acerca de leste congolês e o questionamento sobre esta região e suas fontes de autoridade. Por fim, discutiremos as fases

temporais congolenses: apesar da divisão temporal constituiu uma mesma fase política sob diferentes governantes coloniais e pós-coloniais?

3.1 História do continente africano?

Esta seção buscará iniciar-se a partir do seguinte questionamento: em que medida se deve considerar a presença dos europeus como uma condição prévia e necessária ao desenvolvimento técnico, cultural e moral das sociedades africanas ou como principal causa principal do subdesenvolvimento do continente (AJAYI, 2010)?

Segundo Meredith (2017), as colônias sobreviveram para formar as bases dos Estados africanos modernos. Boahen (2010), no entanto, acredita que o colonialismo na história do continente africano ocorreu durante um período breve, durou menos de cem anos, entre 1880 e 1960⁷². Cabe salientar, no entanto, a brutalidade do período. A utilização das colônias como base para os Estados pós-coloniais, como no caso da RDC, acarretou diversos problemas. Como exemplo as questões de cidadania no leste, pois RDC, Ruanda e Burundi⁷³ eram administrados como um único corpo político.

A história desse período, segundo Ferro (1996), expressa a visão da metrópole, pois as colônias eram administradas como o seu prolongamento. Durante a partilha do continente africano (1885-1890), o objetivo dos europeus era apropriar-se do máximo de territórios para que isso não fosse feito por uma potência rival⁷⁴ (HOBBSAWM, 2011). Vale lembrar que os europeus concentravam-se na costa, penetrando pouco para o interior do continente até 1850. Na primeira metade do século XIX, a atividade dos comerciantes europeus ampliou-se de forma mais rápida e influente que as missões cristãs, que foram o principal fator de mudança na segunda metade deste século (AJAYI, 2010).

Dessa forma, houve impactos na história africana - as intervenções econômica e social nas sociedades. Dentre as narrativas europeias estavam a retórica de levar a civilização ao continente, buscando impor a forma de vida cristã, cujo principal objetivo era conhecer os recursos do interior e estender seu comércio até este ponto, que era dominado pelos africanos.

⁷² Ele divide em três momentos o período colonial na África: o período compreendido entre 1880 e 1935 seria uma fase de rápidas e trágicas mudanças no continente. Contudo, os acontecimentos mais importantes teriam ocorrido entre 1880 e 1910, período de conquista, ocupação e instauração do sistema colonial em quase toda a África pelas potências europeias. Após 1910, seria a consolidação e exploração do sistema.

⁷³ Ruanda-Urundi, única unidade, separada após a era colonial. Inicialmente, sob administração alemã, entregue à tutela belga após a Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha perdeu suas colônias (WESSELING, 2008).

⁷⁴ Em 1914, com exceção da Etiópia e da Libéria, todo o continente africano havia sido dividido entre as potências europeias – Grã-Bretanha; França, Alemanha, Bélgica, Portugal e Espanha (HOBBSAWM, 2011).

No entanto, o comércio praticado nesta época era um prolongamento do comércio existente durante o século XVIII, baseado no tráfico interno e no trabalho escravo e as estruturas comerciais existentes eram as mesmas do século anterior. Portanto, as tradições herdadas do século XVIII somadas às mudanças endógenas do continente tiveram maior impacto na África do que as influências externas (AJAYI, 2010).

No entanto, segundo Boahen (2010), os impactos ocasionados pelo colonialismo possuem interpretações controversas. Para o autor, tais impactos foram tanto positivos quanto negativos. Houve a construção de infraestrutura, apesar do trabalho forçado, e do não desenvolvimento industrial. A maior parte dos efeitos positivos foi, para o autor, contraproducentes, não intencionais, “os efeitos positivos do colonialismo são efeitos por erro, pela lei de ferro das consequências indesejadas” (BOAHEN, 2010, p. 921). A modernização do continente africano ocorreu devido à necessidade de prepará-lo para cumprir sua função de levar benefícios à metrópole, além de se autofinanciar (BOHAEN, 2010; MEREDITH, 2017).

Ademais, o maior impacto do colonialismo foi na produção de conhecimento acerca dos territórios pós-coloniais. Imaginar o mundo através das experiências ocidentais criou a ilusão de inferioridade do outro. Dessa forma, nossa compreensão tem por base os apontamentos de Blaney e Inayatullah (2012), que apresentam a adoção do Estado como organização política como forma de hierarquização temporal - semelhante a Jhan (1999) - e espacial. Destarte, Grovogui (2002) coaduna-se com estes autores, entendendo que a adoção do Estado soberano produz modulações de poder, interesse e identidade, favorecendo entidades europeias.

Compreende-se, portanto, que a história e a cultura do continente africano representam uma criação europeia. A história da África foi construída de fora para dentro, baseada em interesses de domínio do continente e seus nativos (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013), dessa forma, limitando o conhecimento acerca da África, apagando as referências de seu passado histórico. Como forma deste apagamento, houve a adoção do início da história do continente a partir da chegada dos europeus, bem como a partir da escrita. Vale salientar que diversos povos africanos não possuíam língua escrita, utilizando a história oral, alijada pelos ocidentais.

Desta forma, compreendemos que, apesar de ser premissa desta pesquisa que o processo colonial não foi linear, e que ocorreram diferenças nos diversos territórios delimitados pelas metrópoles, podemos perceber algumas semelhanças. Assim, conforme os estudos pós-estruturalistas, compreendemos a dificuldade de delimitação geográfica do estudo, uma vez que os processos são multicausais. No entanto, a próxima seção buscará apresentar as particularidades inerentes à colonização da RDC.

3.2 Do Estado Livre à República Democrática: a criação de um Estado

Esta seção abordará a formação dos limites territoriais do Estado do Congo. Para tanto será mostrada a formação da AIA, em 1876, que posteriormente traçaria as fronteiras do que, atualmente, é a RDC. Cabe salientar que, para o entendimento deste capítulo, é de fundamental importância a compreensão dos acontecimentos da Conferência de Berlim, ocorrida entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885 (WESSELING, 2008).

Além disso, o estudo do início dos contatos com os europeus e das relações entre os reinos da região também é importante, no entanto, não fará parte do escopo desta pesquisa, que busca entender como as narrativas - reconhecidas internacionalmente e as dos atores locais, estatais e não-estatais - coexistem.

Durante o período pré-colonial, o atual território da RDC era ocupado por diversas unidades políticas. Estas comunidades se diferenciavam em tamanho, formas de distribuição do poder e pelo impacto produzido pela ocidentalização. É importante enfatizar que estas unidades políticas foram nomeadas pelos europeus como reinos, impérios, entre outras, a partir de semelhanças encontradas com os processos europeus. No entanto, possuíam suas próprias dinâmicas, que não são consideradas nos estudos eurocêtricos, tornando-se necessária a abordagem pós-colonial.

Além disso, é importante enfatizar a mudança na nomeação dos limites territoriais do que, atualmente, constitui a RDC: Estado Livre do Congo (1885-1908); Congo Belga (1908-1960); República do Congo (1960-1971); Zaire (1971-1996); República Democrática do Congo (até o fechamento deste trabalho) (WESSELING, 2008; HOCHSCHILD, 1999; MEREDITH, 2017). Essa exposição faz-se necessária uma vez que farão parte do escopo desta pesquisa, porém tais mudanças não serão abordadas minuciosamente. A seguir serão abordados os impactos dos acontecimentos europeus - da Bélgica - na formação do Estado colonial congolês.

3.2.1 A Bélgica e o Colonialismo

Para se entender a formação do Estado congolês como colônia deve-se, inicialmente, compreender os acontecimentos europeus, ou seja, como ocorreu o impulso do colonialismo belga na África. Vale salientar que, apesar de este trabalho adotar abordagens críticas das RI, esta subseção que apresenta a ligação da Bélgica com o colonialismo africano não tensionará os preceitos e as visões estadocêntricas/eurocêtricas.

A Bélgica, antes de 1830, fazia parte dos Países Baixos, fundado em 1814. Esta fundação refletiu os sentimentos anti-revolucionários das potências europeias e sua determinação em bloquear o avanço francês. No entanto, o nacionalismo foi mais forte que esse

objetivo e o Reino dos Países Baixos rompeu-se. Apesar de os rebeldes belgas serem inspirados pelos ideais liberais, necessitavam de um estado monárquico para que suas aspirações fossem aceitáveis. Leopoldo de Saxe-Coburg foi o candidato escolhido para ocupar o trono belga. Apesar de ser um Estado pequeno, a posição estratégica da Bélgica lhe conferia importância, preocupando as potências europeias, em particular, a Grã-Bretanha, que garantiram a neutralidade belga por tratado. Quando Leopoldo II subiu ao trono, em 1865, a Bélgica foi sugada pelo florescimento econômico e, depois, mergulhou na longa depressão que assolou a Europa de 1873 até o fim do século (WESSELING, 2008).

A Bélgica era um país anticolonial por diversos motivos, entre eles, o fato de não possuir uma Marinha poderosa e o fiasco da tentativa de colonização da Guatemala em 1845. No entanto, Leopoldo II, o segundo soberano dos belgas, possuía grande interesse por comércio, navegação e expansão ultramarina. Contudo, o Estado belga não desejava estar relacionado com a expansão colonial. Assim, Leopoldo mudou sua tática e passou a agir como pessoa privada, com prestígio de um soberano e sua fortuna familiar, mas sem limitações governamentais e parlamentares. Após ter malogradas suas tentativas de obter uma colônia nos oceanos Índico e Pacífico, além de a Espanha não aceitar ceder as Filipinas, Leopoldo adquiriu uma colônia no coração da África, ou seja, devido às ambições de seu governante, a Bélgica, um dos menores países da Europa, adquiriu uma das maiores e mais ricas colônias africanas (WESSELING, 2008; HOCHSCHILD, 1999; MEREDITH, 2017). É importante, ainda, enfatizar a atuação de Leopoldo pelos autores expostos: como pessoa privada, com a narrativa de um soberano, e sem limitações que seriam impostas pelo Estado belga. Assim, o território da RDC começava a ser delimitado e, sobretudo, explorado pelo monarca belga, como discutiremos em seguida.

3.2.2 A formação do Estado colonial congolês: retóricas e práticas

Na década de 1870, o continente africano era quase totalmente desconhecido pelos europeus. No entanto, o trabalho dos exploradores possibilitou a exploração deste continente, além de muitos deles terem adquirido territórios para as potências europeias. As narrativas sobre os motivos para a exploração da região eram científicos, comerciais e, sobretudo, de retórica humanitária, pois, de acordo com Wesseling (2008, p. 83, grifo nosso), “o tráfico de escravos, o canibalismo e o paganismo grassavam nessa parte da África *clamando pela intervenção europeia*”. Cumpre, neste ponto, enfatizar o discurso utilizado. Na primeira parte, “apresenta-se as eventuais mazelas africanas” - escravidão, canibalismo e paganismo. Posteriormente,

identifica os europeus como capazes de remediar tais problemas, além de declarar que os africanos “clamam por tal intervenção”.

Vale salientar que esta pesquisa entende que o interesse na região teve início por motivos econômicos, sendo o domínio político necessário - como a imposição de fronteiras - para explorar, economicamente, a região. Assim, de acordo com Wesseling (2008), através do acompanhamento dos relatos produzidos pelos exploradores, em 1875, Leopoldo iniciou seus planos em relação à África. Em agosto deste ano, foi realizado o Congresso da Sociedade Geográfica Francesa, em Paris. Durante a reunião, Leopoldo colheu informações sobre a exploração da África e organizou a Conferência Geográfica de Bruxelas, em setembro de 1876. Este encontro tinha de ser internacional, evitando rivalidades, cujo discurso expunha objetivos científicos e humanitários, segundo Llosa (2011, p. 35) “[...] o grande monarca humanitário decidido a acabar com as chagas que eram a escravidão e a antropofagia e a libertar as tribos do paganismo e da servidão que as mantinham em estado selvagem”.

Segundo Wesseling (2008, p. 98), participaram da conferência representantes da Rússia, Áustria, Itália, Alemanha, França, Grã-Bretanha e Bélgica, sendo a maioria geógrafos e exploradores. A ênfase da reunião era “o acesso à civilização da última parte do globo que ainda não se havia beneficiado dela, a África Central”. Cumpre, novamente, enfatizar a retórica de acesso dos africanos à civilização, bem como, a ausência de líderes africanos na reunião promovida pelo Rei Leopoldo.

Ademais, para tais objetivos, foram criadas quatro bases na região e uma associação internacional. Dessa forma, nascia, em 1876, a AIA, com sede em Bruxelas e Leopoldo como presidente (WESSELING, 2008; HOCHSCHILD, 1999). O interesse pelo comércio “teve início”, em 1878, quando foi criado o CEHC, cujos objetivos diferiam da abordagem “puramente científica” da AIA. A partir de 1882, o rei dos belgas ordenou que Stanley assinasse tratados com os africanos, cujo objetivo era adquirir soberania - relativa ao entendimento europeu - do território. Assim, vários chefes africanos transferiram a sua soberania para a AIC, última criação de Leopoldo⁷⁵. Dessa forma, foi adotada uma abordagem puramente política para a África Central (WESSELING, 2008).

É importante destacar que, apesar da utilização da retórica de combate à escravidão, a colonização congoleza estabeleceu um regime de brutal utilização de mão de obra da população na exploração dos recursos da região. Assim, a atual RDC forneceu aos europeus

⁷⁵ Essa “legitimação” dos africanos aliada aos acordos diplomáticos com as principais potências europeias possibilitaram o reconhecimento da AIC por todos os países participantes da Conferência de Berlim, com exceção da Turquia (SILVA, 2012).

seus recursos naturais mais valiosos - marfim e borracha, na época colonial; minerais, após a independência; e, principalmente, durante toda a sua existência, a mão de obra da sua população.

Apesar de tais tratados, Portugal havia sido o primeiro a reivindicar o Congo. Nessa época, o país ibérico era fraco e atrasado - em relação aos outros Estados europeus - e via o futuro de sua economia na expansão do império colonial. Antes de 1882, quando tornou-se um problema internacional, a rivalidade na região do Congo era anglo-portuguesa. Em 1884, foi assinado o tratado anglo-português, no qual a Inglaterra reconhecia a soberania de Portugal sobre todo o estuário do Congo, no entanto, a oposição dentro e fora da Grã-Bretanha não permitiu que o parlamento o ratificasse. Leopoldo, então, propôs a criação de um Estado Livre. Para obter o apoio das potências, prometeu o livre-comércio na região, conquistando o apoio britânico. O apoio francês foi conseguido ao oferecer à França a “primeira opção” de adquirir o Estado Livre, caso o empreendimento filantrópico de Leopoldo falhasse. Tal medida, visava os portugueses, rivais da França na região. Assim, caso o Estado Livre entrasse em colapso, a França tomaria o seu lugar. Dessa forma, obteve o apoio de Portugal. O apoio alemão ocorreu mediante a visão de Bismarck, que via no livre-comércio vantagem econômica e, no direito preferencial, política (WESSELING, 2008; HOCHSCHILD, 1999). Por conseguinte, os limites políticos e territoriais congolese foram estabelecidos de acordo com os interesses europeus e a partir da rivalidade entre potências europeias.

A criação do Estado Livre do Congo foi um dos resultados mais importantes da Conferência de Berlim. O primeiro Estado a reconhecê-lo foram os EUA, mas isso não teve grande impacto internacional. Bismarck foi o primeiro a reconhecer as fronteiras propostas por Leopoldo, que era cerca de dois terços do Congo Belga. Leopoldo não encontrou quase obstáculos para a aprovação da França, pois a mesma possuía direitos prioritários sobre o território, desejando que fosse o maior possível. Dessa forma, nasceu o Estado Livre do Congo (WESSELING, 2008; MEREDITH, 2017).

Apesar da retórica humanitária de Leopoldo, o Congo foi vítima dos mais brutais imperialismo e exploração. A visibilidade das atrocidades cometidas por Leopoldo resultou em pressões internas e externas que tiveram como consequência a perda de sua colônia, que foi vendida pelo rei ao Estado da Bélgica, em 1908, tornando-se colônia belga. Segundo Silva (2012, p. 79), “a Bélgica herdou de Leopoldo II uma estrutura colonial baseada em uma população esparsa, uma sociedade cujos costumes haviam sido agredidos, um vasto território e um sistema de exploração econômica direta”. Dessa forma, formaram-se as bases da atual organização política da RDC, na qual o sistema internacional reconhece um Estado. Vale

lembrar que as estruturas deste território foram desmanteladas para o estabelecimento de um Estado de molde ocidental, visando à exploração de seus recursos - naturais e humanos. É importante, ainda, salientar que antes do período colonial as estruturas existentes na região baseavam seu poder no controle das pessoas e não de terras, que eram abundantes - diferentemente do contexto europeu.

Além da imposição do Estado territorial e soberano nos moldes europeus, a criação de representações foi a forma de hierarquização imposta pelos belgas, com cultura, povo e organização nativos ocupando a posição mais inferior. Dessa forma, as estruturas políticas, econômicas e sócio-culturais existentes na região foram desmanteladas. Como consequência, as estruturas sociopolíticas tradicionais, os discursos e as formas de autoridade foram violentamente destruídos, e em seu lugar, as estruturas do estado ocidental foram instaladas. A construção colonial Estado congolês implicou uma invasão e repressão não só do espaço político e econômico africano, mas também do seu espaço epistemológico.

O sistema de exploração não sofreu grandes mudanças, durante a administração belga, mas houve um refinamento do mesmo. Foi adotada uma constituição colonial, que através de uma aliança formal entre Estado, Igreja Católica e grandes corporações⁷⁶, garantia os interesses das companhias belgas, que permitia a continuidade da missão colonizadora – exploração econômica, repressão política e opressão cultural. Devido à dificuldade em estabelecer obediência dos congolese, houve a necessidade de intermediários entre a administração e as massas. Dessa forma, em 1906, 1910 e 1933, através de decretos coloniais, os chefes locais foram, gradualmente, transformados em funcionários do Estado, assegurando o cultivo compulsório de *commodities* de exportação, conscrição, trabalho forçado, recrutamento e taxaço (SILVA, 2012; HASKIN, 2005).

Cabe enfatizar que esta abordagem acerca da missão colonizadora, com a retórica civilizatória encobrindo exploração e opressão, encontra apoio na abordagem pós-colonial. Segundo Weber (1995), instituições - como igreja - são utilizadas para difusão de poder. Dessa forma, são virtualmente invisíveis, então maior dificuldade de conscientização, bem como de mobilização. Tal invisibilidade será notada, também, após o período colonial, conforme notado nas conversas com refugiados congolese e na busca por uma máscara congolese nas intervenções de atores regionais durante os conflitos iniciados na década de 1990.

A utilização de intermediários congolese possibilitou a formação de uma “elite negra” dentro do Estado colonial e o julgamento, pelo público e mídia ocidentais, de que os próprios

⁷⁶ Tríade colonial.

congoleses teriam permitido e, mesmo, facilitado a atuação colonial. No entanto, é importante enfatizar que os colonizadores utilizavam tal tática com dois objetivos: dividir a população, evitando que a mesma se voltasse contra os europeus estabelecidos na região, em menor número, o que poderia resultar no massacre dos mesmos. E, segundo, visavam utilizar os líderes tradicionais, mais tolerável pelos colonizados. Houve, dessa forma, a cooptação de parte dos chefes congoleses, que passaram a atuar de acordo com o colonizador, a mencionada “elite negra”, o que resultou em diversos conflitos após o fim da era colonial.

A abordagem de Meredith (2017), no entanto, acerca da formação de uma “elite negra” difere da mencionada. Segundo o autor, os belgas isolaram o Congo de qualquer influência externa e reprimiram o surgimento de uma “elite negra”, que exigiria uma mudança do sistema. No entanto, no pós-guerra, uma pequena elite surgiu – os *évolués*. Essa elite era preocupada, contudo, apenas em exigir direitos e o fim da discriminação em relação a si própria. Assim, por causa da determinação da Bélgica em isolar o Congo da atividade política, nenhum congolês havia adquirido qualquer experiência de governo ou de vida parlamentar. Além disso, a falta de pessoal “qualificado” era intensa. Os belgas, então, apostaram na ineficiência burocrática dos congoleses para voltar ao poder de forma que os congoleses teriam a gestão dos ministérios, mas o núcleo do Estado colonial – burocracia, exército e economia – ficaria em poder dos belgas.

A visão de Meredith (2017), porém, se coaduna com as críticas propostas nesta pesquisa, uma vez que utiliza uma abordagem estadocêntrica e repleta de conceitos que consideramos inadequados para as realidades congolesas ao longo desta pesquisa. Além disso, os autores pós-coloniais são importantes neste ponto, uma vez que buscam resgatar a voz dos congoleses, a voz do marginalizado, ou seja, a sua lente para contar a história.

Vale ressaltar que esta classe média e a “elite negra” - formada pelos líderes tradicionais - eram a favor do colonialismo, pois buscavam preservar seus privilégios. Cabe enfatizar, contudo, e em contraposição às críticas perpetradas pelo Ocidente neste quesito, que o colonialismo que apoiavam não era o colonialismo de exploração e escravidão/trabalho forçado da população. Apoiavam o colonialismo no qual o controle político exercido pelos europeus permitia que controlasse a exploração econômica dos recursos. É importante entender que, apesar da existência da escravidão antes da chegada dos colonizadores, a mesma não possuía o caráter existente no mundo ocidental, quando passou-se a guerrear para adquirir cativos para serem comercializados. Não busco idealizar nem defender a utilização da escravidão pelos africanos, nem mesmo esgotar tais discussões, que não fazem parte do escopo desta pesquisa. O objetivo, neste estudo, limita-se a mencionar que, antes do contato com os europeus a

escravidão africana, muitas vezes, era consequência de guerras, no entanto, após este encontro, passou-se a guerrear para vender escravos. Tais acontecimentos desestabilizaram a região, facilitando o controle europeu.

Neste ponto é importante enfatizar o porquê dos autores pós-colonialistas escolhidos para este trabalho. No início desta pesquisa, acreditávamos na premissa dos africanos como totalmente dominados pelo colonizador. No entanto, percebemos, no aprofundar das investigações, que estávamos coadunando com as retóricas criticadas neste trabalho - africanos à espera da civilização, entre outras - ou seja, do africano passivo a todos os tipos de intervenção. Assim, neste ponto da pesquisa, atentamos para a cooptação intelectual, para o pensar dentro da estrutura de conhecimento colonizada. Dessa forma, optamos pela utilização de autores que desvelam estas questões. Pois, ao analisar as imagens da colonização e dos africanos fora do escopo limitante, percebemos que os mesmos agiam dentro da estrutura colonial, mesmo que submetido à forte limitação. Dentro e conforme o sistema colonial permitia, agia como protagonista de sua história. Não só sendo construído pelo colonizador, mas escrevendo a si mesmo e também o próprio colonizador.

Outro fator importante para mencionar, uma vez que está diretamente ligado aos acontecimentos pós-independência, é que as lutas pela libertação do colonialismo foram perpetradas por líderes ocidentalizados. Dessa forma, tentaram impor os moldes políticos e econômicos ocidentais aos seus Estados. Como já mencionado nesta pesquisa, a formação do conhecimento se faz importante, pois limita as possibilidades do que se “conhece”. Ademais, a premissa desta pesquisa é de que as narrativas acerca do sistema político existente, a partir da experiência europeia, se choca com as realidades existentes na região leste congoleza. Dessa forma, para apresentar como a questão de formação de conhecimento se faz importante, discutirmos, a seguir, a relação entre as representações do colonizador e do colonizado.

3.2.3 Construindo as representações do colonizador e do colonizado: em algum lugar entre oposições binárias

De acordo com Chakrabarty (2014) a colonização foi um processo que visava o controle de espaço e pessoas, iniciado durante o Renascimento, época da grande expansão geográfica europeia. No entanto, para esse controle tornar-se possível, foi necessário construir conhecimento acerca do mundo colonizado. Para tal, a construção da identidade do colonizado era de extrema importância, uma vez que representá-lo como infantil e inferior ao colonizador, legitimava a empreitada colonial.

Assim, de acordo com Memmi (1967), o imperdoável na colonização foi “... seu crime histórico contra o colonizado: ela o terá posto à margem do caminho, fora do tempo contemporâneo” (MEMMI, 1967, p. 100). A colocação do colonizado fora do tempo contemporâneo ocorreu através da hierarquização identitária, na qual o colonizado foi construído como inferior e atrasado, ou seja, em uma temporalidade anterior ao europeu. De acordo com Bhabha (1998) a construção dessa representação de alteridade ocorreu sob a forma de conhecimento próprio, construindo regimes de verdade, realidades.

Cabe, no entanto, neste escopo apresentar duas abordagens acerca da construção do sujeito colonial - a de Memmi (1967) e a de Bhabha (1998). A escolha por esses autores ocorreu por abordarem a mesma questão, porém com visões diametralmente opostas. De acordo com Memmi (1967), a imagem do colonizado é precedida pela imagem do colonizador. Memmi apresenta a identidade do colonizado, construída pelo colonizador, sem problematizar como o colonizado, também, constroi o colonizador, abordagem de Bhabha.

No entanto, apesar de as verdades de ambos serem diametralmente opostas, não são contraditórias. Além disso, são verdadeiras uma vez que respeitam os critérios de verdade a partir dos quais foram propostas (JACKSON, 2015): sua temporalidade. Memmi escreveu sobre essas questões em 1967, época das descolonizações, quando era necessário o reforço da identidade do colonizado como colonizado, sem nenhuma relação com identitária com seu colonizador. Bhabha, porém, abordou essa questão em fins da década de 1990, quando buscava-se conhecimento alternativo às teorias positivistas e suas oposições cartesianas e binárias. Quando buscava-se mostrar que os povos pós-coloniais não eram/foram passivos à imposição de representações - identitárias e políticas - dos europeus, buscando apresentar os processos relacionais da formação dos opostos binários - colonizador/colonizado, norte/sul, entre outros.

Assim, de acordo com Memmi (1967, p. 102), “nada sabemos do que teria sido o colonizado sem a colonização, mas vemos perfeitamente o que se tornou em consequência da colonização”. No entanto, seguindo a linha de argumentação proposta por Bhabha (1998), nada sabemos do que seria o colonizador e colonizado sem a colonização, apenas o que se tornaram em consequência dela.

A seguir, discorreremos sobre o período pós-colonial congolês.

3.3 O Congo após a independência

Seguindo a proposta desta pesquisa, entender como as narrativas acerca do Estado congolês coexistem, discutiremos, primeiramente, os fatores que alavancaram o fim do colonialismo. Conforme abordagens centradas na metrópole, os motivos foram o esgotamento econômico e militar das potências europeias, além da propaganda de uma luta pela democracia, que afetou a opinião pública e os governos europeus tanto quanto os movimentos contra o imperialismo, ocorridos nas colônias, propostos pelas elites (LEGUM, 1999; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013). Cumpre salientar que o conceito de democracia não será discutido neste trabalho. No entanto, entende-se tratar de um conceito ocidental cuja imposição às realidades africanas corrobora com os autores pós-colonialistas e pós-estruturalista. O primeiro se relaciona com a formação de conhecimento, enquanto o último, se alinha com as questões relativas ao Estado como única organização política possível, além da adoção de formas de governo aceitáveis pelas potências ocidentais.

Grande parte dos líderes africanos, que lutaram contra as potências coloniais, pertenciam a uma elite que fora educada no Ocidente. Dessa forma, lutavam contra os colonizadores em sua própria língua, usando suas armas políticas usando seus princípios democráticos liberais (LEGUM, 1999; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013). Ademais, pretendiam implantar na África ideias derivadas do Ocidente. Mas como adaptar tais ideias ao contexto africano? Tal adaptação é possível? Aceitável? De que forma essas adaptações coexistiram com a forma tradicional pré-colonial? Há semelhança desta coexistência com o período pós-independência? Estes questionamentos aparecem no contexto histórico deste capítulo e serão minuciosamente abordados na conclusão desta pesquisa.

Neste contexto, o Congo Belga tornou-se independente como uma das economias africanas mais pujantes devido à Segunda Guerra Mundial, período que consolidou-se como importante fonte de matérias-primas. No entanto, houve consequências nocivas, como exploração econômica associada a práticas cruéis de relacionamento com a população e a forma de trabalho; e o favorecimento da fragmentação política, cujo objetivo era conter a emergência de grupos que pudessem questionar a dominação (SILVA, 2012). Vale ressaltar que os belgas começaram a pensar na possibilidade de independência congoleza na década de 1950, que seria em longo prazo, no entanto, nada fizeram para preparação do Estado e de quem o administraria após o fim colonial, ambos a partir de uma visão ocidental. Este fato, resultou no eventual colapso do Estado, pois não havia capacitação dos nativos para a formação de uma burocracia estatal. Após o processo de independência, vários desafios foram encarados pelos Estados africanos, cuja fragilidade teve como consequência a necessidade de novos arranjos com as ex-

metrópoles (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013). De acordo com Meredith (2017), rivalidades pré-coloniais reemergiram, impossibilitando a construção de um Estado.

Cabe aqui, novamente o diálogo com o pós-colonialismo e o pós-estruturalismo. Estado? Administração do Estado? Burocracia estatal? Colapso do Estado? Capacitação de nativos? É importante notar que o contexto histórico, a história apresentada acerca da RDC tem por base o eurocentrismo. Inicialmente, percebemos que toda a avaliação se concentra no Estado territorial soberano. Dessa forma, há o apagamento das realidades pré-coloniais, bem como do contexto colonial. Na era pré-colonial, a região onde se localiza a RDC era formada por organizações políticas que foram nomeadas/classificadas pelos europeus de acordo com a realidade europeia. Dessa forma, reinos, impérios, sociedades sem Estados foram apresentadas como forma de estereotipar as populações. Ademais, através da retórica de civilização, os colonizadores impuseram sua forma de organização política - o Estado - traçando fronteiras de acordo com seus interesses e desconsiderando as especificidades locais. Alinha-se, ainda, a este contexto o alijamento da população africana aos cargos mais baixos de tal burocracia, além de que as elites que buscavam a independência tiveram a formação de seu conhecimento no Ocidente. Nesse contexto, como seria o período pós-independência? Seria possível um Estado como organização política?

Assim, a independência foi acordada, durante uma conferência em Bruxelas, no início de 1960, para junho do mesmo ano. Após eleições, o Congo tornou-se independente sob a presidência de Joseph Kasavubu, tendo como primeiro-ministro, Patrice Lumumba. Houve diversos conflitos com o abandono belga do país e parte do exército se amotinou. Após golpe de Estado, Kasavubu entregou Lumumba aos mercenários belgas, que apoiavam os separatistas de Katanga, cuja independência foi proclamada, iniciando um dos mais sangrentos episódios da descolonização africana (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013; STEARNS, 2012).

Com o objetivo de que o conflito não contaminasse os demais países recém-independentes, em 1963, Katanga foi recuperada para o Estado congolês pelas forças internacionais da ONU, com apoio das potências ocidentais. Além disso, no leste do país, rebeldes haviam organizado, com o apoio de Che Guevara e voluntários cubanos, um governo esquerdista. No entanto, foram derrotados pelo governo congolês, que recebeu apoio logístico norte-americano e ajuda de paraquedistas belgas e mercenários brancos. Mediante tais acontecimentos em solo congolês, em 1965, Mobutu Sese Seko, coronel pró-ocidente, perpetrou outro golpe de Estado. Mobutu centralizou o poder e criou uma constituição para o país, em 1966, construindo uma ditadura pessoal baseada em um partido único. O nome do país foi alterado para Zaire, denominação pré-colonial, uma tentativa de disfarçar seu regime

neocolonial com uma coloração africana. O poder de Mobutu foi mantido com a ajuda de paraquedistas belgas e franceses. Além disso, as forças congoleesas auxiliaram o Ocidente em intervenções nos países africanos, explícitas ou encobertas (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013; SILVA, 2012; STEARNS, 2012; MEREDITH, 2017).

De acordo com Silva (2012), o regime de Mobutu, no período de 1965 a 1997, teve como característica as tentativas iniciais de *state-building*⁷⁷, prejudicada pelas ambições pessoais do governante. No entanto, acreditamos que a retórica de construção estatal, visando reconhecimento e ajuda internacionais, foi utilizada por Mobutu como forma de encobrir suas ambições pessoais de riqueza e poder. Vale notar que este processo teve início durante o período colonial, na formação das “elites negras”. Dessa forma, compreende-se que tal processo permeou/permeia toda a história das supostas formação, consolidação e colapso da RDC. Outro ponto importante para este trabalho - a partir das abordagens propostas - é a impossibilidade deste *state-building*. Uma vez que os limites territoriais foram estabelecidos de acordo com interesses europeus, como construir um Estado nos moldes ocidentais, assistindo às realidades congoleesas? E o caso do leste congolês? Como entendê-lo? Vale lembrar que RDC, Ruanda e Burundi eram administrados como um único corpo político.

Interpretamos, contudo, que tais medidas tinham por objetivo o reconhecimento internacional, cujo objetivo era atingir objetivos pessoais mediante a fachada do Estado. De acordo com Silva (2012), porém, houve retrocesso nas eventuais medidas autofortalecedoras. A partir de 1975, temendo um golpe militar, como os diversos ocorridos no continente africano, houve constantes expurgos militares, que excluiu os oficiais mais habilidosos e bem treinados. Outra visão importante, de congoleeses refugiados no Brasil, apresenta que tais medidas de Mobutu eram de fato fortalecedoras, visando ao bem-estar dos congoleeses, porém, constrangidas por atores externos.

No período pós-Guerra Fria, entretanto, houve acontecimentos que impactariam, diretamente, o contexto congolês. Com o transbordamento do conflito armado entre *tutsis* e *hutus*, em Ruanda e Burundi, formou-se uma frente entre Uganda, Ruanda, Burundi e Angola para derrubar o então Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, que financiava grupos rebeldes de países vizinhos. O amparo da AFDL, do guerrilheiro congolês Laurent Kabila, legitimou a articulação dos países citados. Com isso, houve a Primeira Guerra do Congo, cujo objetivo era a derrubada do governo de Mobutu, causando 200 mil mortos e a ascensão de Kabila ao poder (SILVA, 2012; STEARNS, 2012). Turner (2007) enfatiza que Kabila deveria defender os

⁷⁷ Construção do Estado.

interesses de seus apoiadores, assim como os congoleses aos quais tive acesso para esta pesquisa. É importante salientar que os Estados envolvidos nos conflitos congoleses apresentavam como retórica a proteção de suas fronteiras.

Já a Segunda Guerra do Congo, iniciada após uma tentativa de golpe contra Kabila, se transformou em um conflito cujo objetivo era o controle dos recursos congoleses (TURNER, 2007). Inicialmente, havia expectativa de que Kabila mantivesse um governo títere dos interesses externos, mas logo as eventuais inflexões nacionalistas do novo líder mostravam que seu governo seria diferente do anterior, alinhando-se com a narrativa proposta pelos congoleses consultados. Com isso, novamente, o país foi invadido pelos vizinhos. O país foi dividido em três partes, sob a influência de Ruanda, Uganda e Congo. Esta divisão ocorreu devido à formação de grupos rebeldes financiados por Ruanda, Uganda e Burundi, apesar do bloqueio regional exercido por Zimbábue, Angola e Namíbia. O território congolês foi dividido em três partes, em 1999, representando áreas de influência de Ruanda, Uganda e RDC, e seus respectivos aliados. O MLC controlava o nordeste do país; o RCD, o leste; e as FAC, o restante. Após a divisão do RCD, o país ficou dividido na prática em quatro territórios, com RCD-K-ML, também no leste, e Uganda influenciando os territórios de MLC e RCD-K-ML. Cabe ressaltar que as operações militares foram financiadas pela exploração de recursos naturais dessas áreas. Segundo Silva (2012, p. 149), a multiplicidade de atores foi a principal característica das operações militares da Segunda Guerra do Congo. O autor aponta que

Houve batalhas convencionais e irregulares misturadas pela característica *proxy*, fazendo com que, por mais regular que fosse o combate, sempre estivessem envolvidos algum grau de irregularidade e a adoção de práticas de insurgência e contrainsurgência.

Este conflito teve como particularidade “uma guerra dentro da guerra”. As rivalidades étnicas na região, que haviam sido instrumentalizadas durante o período colonial e o governo de Mobutu, foram estimuladas pelas tropas externas, se tornando um conflito de grandes proporções, que continuou após o fim da guerra (SILVA, 2012; MEREDITH, 2017).

Com o objetivo de que as hostilidades fossem cessadas, a África do Sul alavancou, em 1999, o Acordo de Lusaka, tentando iniciar o diálogo entre o governo congolês e os principais grupos rebeldes. Após três semanas de negociações, o acordo de cessar-fogo foi assinado por RDC, Zimbábue, Namíbia, Angola, Ruanda e Uganda, no entanto, não foi assinado pelos grupos não-estatais. O acordo estabelecia: a cessação de hostilidades e o desligamento de forças estrangeiras; retirada de todas as tropas estrangeiras do território congolês; diálogo e reconciliação nacional; restabelecimento da administração estatal na RDC; desarmamento dos grupos armados; formação de exército nacional congolês; e normalização da situação da

segurança das fronteiras congoleesas com seus vizinhos (HASKIN, 2005; MEREDITH, 2017). Silva (2012, p. 159), no entanto, apresenta uma visão diferente acerca do Acordo, para ele

O Acordo de Lusaka (10 de julho de 1999) foi centralmente importante na Segunda Guerra do Congo, por ser o primeiro acordo que incluía os principais atores da guerra (forças nacionais e grupos rebeldes RCD e MLC) e que tratava dos pontos centrais para a resolução do conflito. Assim, foi mais do que um simples cessar-fogo, pois previa elementos externos, internos e regionais para a solução do conflito.

O Acordo de Lusaka, segundo Silva (2012), acarretaria em vantagens para as forças agressoras - forças estatais e não-estatais que agiam contra o governo congolês - no entanto, “congelava uma guerra na qual a situação das forças de defesa estava ficando cada vez mais precária”. Massacres e pilhagens, que ocorriam, sobretudo, no leste do país, não foram contidos pelo tratado, portanto, segundo o autor, “parte da guerra irregular foi imune ao acordo de paz”. A falência do Acordo de Lusaka estaria diretamente relacionada à percepção de L. Kabila sobre a situação precária das forças agressoras.

Para Prunier (2009), entretanto, o Acordo de Lusaka ocorreu devido à exaustão militar e diplomática dos atores envolvidos no conflito. Assim, o governo aceitava o emprego da MONUC, mas somente nas áreas controladas pelos rebeldes. O conflito, no entanto, se degenerou em lutas confusas, principalmente no leste, onde os atores estrangeiros estavam perdendo o controle devido às mudanças de alianças. A ONU recuperou sua eficiência marginal, principalmente com a publicação de relatórios sobre pilhagem dos recursos. Após a morte de Laurent Kabila, seu filho, Joseph Kabila, assumiu a presidência com quatro vice-presidentes: um pertencendo ao governo, um ao RCD-G, um ao MLC e um à sociedade civil. Ruanda foi constrangida por tentar seguir duas políticas contraditórias para satisfazer a comunidade internacional, pois necessitava de seu apoio financeiro (PRUNIER, 2009).

No entanto, entendemos que utilizada uma abordagem estadocêntrica, realidade não adequada ao caso congolês. Novamente, uma máscara de “normalidade” para a comunidade internacional em uma região onde atuam diversos atores não-estatais, cuja legitimidade, além de reconhecida localmente, é tolerada pela tal comunidade internacional, atuando sob a fachada de um Estado territorial e soberano.

Preservar o controle sobre o leste congolês, contudo, tornou-se necessidade doméstica ruandesa, que ainda mantinha tropas na região. No fim de 2002, o conflito, formalmente, havia terminado, porém a violência persistia na região leste. De acordo com Meredith (2017), a violência não cessou no leste congolês. Milícias, financiadas por Ruanda e Uganda, ou controladas por *warlords* locais continuaram as guerras de pilhagem. Dessa forma, o leste retornaria ao controle de Kinshasa?

L. Kabila, vale lembrar, era completamente dependente das tropas externas e seu viés nacionalista irritou inimigo e aliados, resultando em seu assassinato em janeiro de 2001. Joseph Kabila assumiu o poder após o assassinato de seu pai, no entanto, herdou um país em grande colapso humanitário, falta de democracia, crise econômica e caos institucional. Neste período a relação custo/benefício de permanecer na guerra estava tornando-se negativa, mesmo para os participantes que lucravam com a exploração de recursos naturais congolese, sendo Ruanda o único país disposto a continuar ocupando o território congolês. O autor enfatiza que aproximava-se a possibilidade da assinatura de um acordo de paz, o que impulsionava uma corrida pelos recursos do país, como a batalha entre Ruanda e Uganda por Kisangani, após a assinatura do Acordo de Lusaka. Segundo Silva (2012), o encerramento do conflito sem uma definição militar teria grande impacto nas estruturas estatais congolese. A narrativa acerca de enfrentamento de inimigos e, sobretudo, de aliados esteve presente nas conversas informais realizadas com congolese no Brasil. Os mesmos consideram que os governantes, Mobutu e L. Kabila, manipularam seus aliados, visando o bem-estar da RDC, e, quando tais intenções foram percebidas, foram derrubados ou assassinados. Esta visão, contudo, não se apresenta quando mencionam J. Kabila, pois os consideram totalmente alinhado aos atores externos a RDC.

Vale salientar que a sobrevivência dos territórios africanos como Estado se apoiou no reconhecimento dos mesmos pela comunidade internacional. No entanto, os mesmos não ficaram inertes no destino escolhido pelas potências. Ao contrário, buscaram medidas que permitissem manipular suas chances de existência sob a aparência de representação de um Estado. Para entender as realidades da RDC, devemos salientar a forma específica de como os Estados africanos foram constituídos, cujo passado colonial influencia as relações e representações de poder atuais. Destarte, devemos compreender, ainda, os problemas acerca de legitimidade, resultando no reconhecimento de autoridades locais como legítimas, bem como da aceitação de *warlords* como governantes legítimos, mesmo por parte da comunidade internacional. Cabe aqui salientar que, de acordo com este trabalho, imaginar o mundo através das experiências ocidentais causa a ilusão de inferioridade das organizações políticas pós-coloniais. Ademais, para entendê-las como unidades políticas “normais”, reveste-se a política com ética e moral ocidentais, desconsiderando as realidades existentes, porém, deixando-as existir sob uma máscara estatal.

J. Kabila assumiu com a retórica de mudanças, realizou visitas Estados ocidentais e o CSONU. Abandonou a abordagem puramente militar da gestão de seu pai. Colocou Ruanda em posição defensiva na ONU, pela primeira vez desde o início dos conflitos congolese. Meses depois, em relatório, a ONU concluiu que Ruanda e Uganda saquearam o leste congolês,

visando enriquecimento pessoal e financiamento do conflito. No entanto, Joseph Kabila não era um pacifista. Respeitou o cessar-fogo na linha de frente, mas providenciou armas e suprimentos para as milícias *Mayi-Mayi*, que enfrentava a RCD e seus aliados ruandeses. Ruanda e Uganda era vistos como obstáculos para a paz. Os rebeldes da RCD se recusaram a permitir o emprego de *peacekeepers* da ONU em seus territórios. Kabila solicitava investigações sobre os massacres nos campos de refugiados (STEARNS, 2012).

No início de sua presidência, Kabila foi guiado por parceiros internacionais. Embaixadores ocidentais pautavam suas decisões. Angolanos e zimbabuanos, exaustos pelos esforços de guerra, o encorajaram a finalizar o conflito. Vale lembrar que a população via os diversos grupos rebeldes, com exceção do MLC, como *proxies* estrangeiros. Em 2002, se encontrou com políticos e militares, na África do Sul, para o Diálogo Inter-Congolês, conversas de paz, que objetivavam reunificar a RDC, mas Bemba e Kabila não alcançaram um acordo. Em junho de 2002, Kagame concordou em retirar as tropas ruandesas, seguido por Museveni, em novembro. RCD e MLC, desestabilizados pela retirada de seus aliados, ficaram enfraquecidos (STEARNS, 2012; MEREDITH, 2017). No entanto, o leste congolês continuava convulsionado, como será apresentado na próxima seção.

3.4 Os conflitos no leste congolês

Não havia uma guerra no Congo, mas cerca de 40 ou 50 conflitos diferentes, e interligados. Os conflitos locais alimentavam os conflitos internacionais e regionais e vice-versa (STEARNS, 2012). Mas qual foi o início destes conflitos? Quais eram os seus objetivos? Quem eram os atores envolvidos? Seus alinhamentos? Esta seção buscará investigar estes questionamentos, contudo, não tem por objetivo esgotá-los. Tais conflitos, quando analisados a partir de suas diferentes lentes possíveis, possibilitarão diferentes argumentos e, possivelmente, conclusões. Essas eventuais possibilidades coadunam-se com o aporte teórico adotado para este estudo.

O leste congolês apresentava problemas de controle e legitimidade desde a época colonial. De acordo com Meredith (2017), este território apresentou um problema imediato para Leopoldo. A região era controlada pelo *warlord* Tippu Tip, cujo império foi construído através da exploração de marfim e venda de escravos. Para evitar confronto, Leopoldo ofereceu o cargo de governador da região leste para Tippu Tip, com liberdade para explorar tanto o marfim quanto outras riquezas que encontrasse. Tal nomeação, no entanto, foi uma conveniência

temporária, pois Leopoldo reconhecia que um eventual conflito com os comerciantes locais pelo leste congolês seria inevitável.

Ademais, existia uma miríade de atores - estatais e não-estatais - tanto na época colonial, quanto no período abordado neste trabalho. Segundo Stearns (2012) haveria cerca de 40 grupos armados, somente na região leste, e tropas de 9 Estados africanos. O autor apresenta, ainda, a fluidez das alianças entre esses atores e a natureza diferente de violência, cometida por todas as partes. Dessa forma, como definir responsabilidades? Assim, alinhando-se ao pós-colonialismo e ao pós-estruturalismo, não é possível a definição de oposições binárias. Podemos apresentar, também, a contribuição dos CSS, que busca compreender os conflitos além das abordagens estadocêntricas.

Segundo Stearns (2012), a guerra que se iniciou no Zaire, em 1996, não era uma guerra civil. Foi um conflito regional, no qual os líderes africanos da nova geração – Kagame e Museveni – lideravam uma coalizão cujo objetivo era derrubar Mobutu. Cumpre enfatizar que Kagame e Museveni eram considerados como líderes promissores e progressistas pelos governantes ocidentais. Eram chamados de “líderes da nova geração”, pois eram entendidos como governantes que administravam seus Estados rumo ao progresso, a partir da visão do Ocidente.

A coalizão liderada por Angola, Ruanda e Uganda buscava derrubar Mobutu, além disso fraqueza estatal permitia rivalidades étnicas e conflito por terras, principalmente no leste (STEARNS, 2012). Neste ponto, é importante salientar que Stearns (2012) busca apresentar as forças sociais, institucionais e políticas que impactaram os conflitos congolese. Sua abordagem, porém, é pautada no estadocentrismo, criticado nesta pesquisa. Desta forma, a fraqueza estatal, apresentada pelo autor, faz parte dos argumentos propostos pelos autores pós-estruturalistas e pós-coloniais.

Assim, a Primeira Guerra do Congo terminou com a queda do governante zairense, em maio de 1997. A Segunda Guerra congolese se iniciou em agosto de 1998 e terminou, formalmente, em junho de 2003. Os conflitos persistiram, porém, na região leste, considerado como a terceira fase da, nomeada, guerra civil congolese (STEARNS, 2012).

A primeira invasão do Congo teve como retórica, sobretudo, as preocupações geopolíticas e de segurança. Tais “preocupações” eram resultado do apoio de Mobutu aos movimentos rebeldes de Estados da região - Angola, Ruanda e Uganda - além da presença de refugiados ruandeses no leste congolês. No entanto, com o avanço da rebelião, o financiamento tornou-se fator decisivo, então, o primeiro conflito visava à derrubada de Mobutu, no entanto, o segundo objetivava a exploração dos recursos congolese (STEARNS, 2012).

Muitos congoleses se referiam à invasão de 1996 como Guerra de Libertação, mesmo com o envolvimento ruandês, os rebeldes eram vistos como libertadores. Em nível local, entretanto, era diferente. No leste, o avanço rebelde aprofundou os problemas sobre terras e identidades. Apesar da retórica de segurança, contudo, em 1998, houve fragmentação da coalizão existente na primeira invasão – Ruanda e Uganda X Angola, Namíbia, Chade e Zimbábue (STEARNS, 2012). É importante salientar que, segundo os congoleses consultados, a visão dos congoleses acerca da atuação ruandesa foi diferente, uma vez que não os viam como libertadores, mas como invasores. Contudo, seriam manipulados por Kabila, que visava à libertação congoleza.

Em parte, o que ocorreu no Congo foi continuação do conflito ruandês, cujo genocídio preparou o cenário para a invasão do Congo pela FPR. Kagame não teve dificuldade em encontrar aliados no Zaire, pois em 1995, movimentos rebeldes levavam vantagem sobre as forças estatais de segurança, aliadas aos Estados vizinhos e, formando uma complexa rede de alianças e movimentos *proxy* na região. O conflito ruandês, no entanto, foi um ingrediente para a guerra congoleza, mas não foi a causa. Se o genocídio ruandês e o êxodo de refugiados foram as causas imediatas da guerra congoleza, a falência do Estado e do exército do Zaire providenciaram um contexto igualmente importante (STEARNS, 2012). De acordo com o aporte teórico proposto neste estudo, as causas do conflito estariam ligadas à imposição das fronteiras coloniais, a partir de um entendimento de Estado que não havia na região investigada. Dessa forma, este trabalho entende a falência estatal como discursivamente produzida pela literatura ocidental. Assim, buscando apresentar o caso congolês como uma inaptidão ao progresso apresentado pelo Estado - conforme Blaney e Inayatullah (2004). Além disso, os CSS apontam a necessidade de abordagens que investiguem atores não-estatais, com grande presença nesta região.

A RDC ficou “pacífica” por, aproximadamente, 15 meses - entre maio de 1997 a agosto de 1998 - quando, novamente, a região leste se convulsionou. Entretanto, o esqueleto da rebelião de Kabila – angolanos, ruandeses e ugandenses – em sua maioria, tinham retornado para seus países. Dessa forma, Kabila necessitava de suas próprias forças, recorrendo aos combatentes da ex-FAR (STEARNS, 2012).

É importante salientar que tais Estados haviam retirado grande parte suas tropas, atuando, contudo, por meio dos grupos armados congoleses⁷⁸, seus *proxies*. Os grupos armados

⁷⁸ Havia, ainda, a presença de grupos rebeldes estrangeiros baseados no Zaire, a saber, angolanos: UNITA (2.000 – 15.000), FLEC (1.000 – 3.000); ugandense: WNBFLF (1.000 – 2.000); UMLA (100 – 1.000); ADM (100 –

congoleses era apoiados pelos atores estatais Ruanda, Uganda, Angola, Zimbábue. As exceções eram as milícias étnicas, conhecidas como *Mayi-Mayi*⁷⁹, que operavam no leste congolês, cujo objetivo era a proteção contra agressão destes grupos, entendidos como estrangeiros. No entanto, muitos desses grupos, inicialmente autônomos, tornaram-se poderosos quando foram cooptados por Kinshasa para conflito *proxy* contra Ruanda e Uganda (STEARNS, 2012). Vale enfatizar, a complexidade local e a necessidade de abordagens que se adaptam ao contexto desta região. Pois mesmo a RCD, Estado internacionalmente reconhecido, recorreu às milícias para combater as agressões estrangeiras.

Dessa forma, havia grande ressentimento do leste congolês com governo central, devido à atuação brutal da AFDL e RCD entre 1996 e 2003. Quando confrontada com as milícias de defesa locais, a RCD, percebida como agressão ruandesa, respondeu com repressão, alimentando a resistência local e colocando a região em círculo vicioso de violência cíclica. No entanto, de acordo com Stearns (2012), havia guerras dentro de guerras. Neste contexto, durante os atritos entre Ruanda e Uganda⁸⁰, na RDC, um novo movimento congolês se formou: o MLC. Este movimento iniciado no norte da RDC, em 1998, era liderado por Jean-Pierre Bemba e recebia apoio de Uganda e ex-mobutistas. Segundo Stearns (2012), Bemba conseguiu algo não alcançado por nenhum outro líder congolês – seu movimento rebelde controlou grande parte do território, mantendo apoio popular e sem excessiva interferência externa. Stearns (2012), no entanto, não apresenta o que seria “interferência excessiva”. Cabe, no entanto, salientar, que no entendimento desta pesquisa, o MLC, também, era um movimento *proxy*. De acordo com Stearns (2012), embora no início de 1999, os ugandenses ainda providenciassem apoio militar – artilharia, treinamento e logística – os congoleses estavam no controle de sua rebelião. Esta afirmação, é semelhante à máscara congoleza da AFDL.

O modelo de Bemba era o exército regular ugandense, cuja experiência foi adquirida através de movimento rebelde. Cabe neste ponto uma reflexão: exércitos nacionais formados a

1.000); NALU (100 – 1.000); burundianos: FDD (1.000 – 3.000); FNL (N/A); ruandeses: ex-FAR (30.000); Interahamwe e outros (20.000 – 40.000) (STEARNS, 2012).

⁷⁹ *Mayi-Mayi* (“água-água”) – reivindicavam os poderes mágicos da água contra armamento inimigo (STEARNS, 2012).

⁸⁰ Em agosto de 1998, houve divisão de Kisangani – Uganda controlando o norte e Ruanda, o sul. A batalha por Kisangani ocorreu em maio de 1999, e marcou o fim da aliança Ruanda-Uganda e saque dos recursos congoleses. Kisangani formava uma concentração comercial com as províncias do leste, por estrada, e com Kinshasa, fluvial. Entre 1999 e 2000 houve três batalhas entre Ruanda e Uganda nas ruas de Kisangani. Tais batalhas, por região com grande produção e comércio de diamante, era a prova de que ambos buscavam exploração de recursos congoleses, diferente de suas narrativas pautadas nas preocupações domésticas de segurança. Contudo, a realidade era mais complexa. O acesso aos recursos suplantava a narrativa de segurança, porém, as raízes da luta estavam ligadas às políticas de personalidade e expansão de poder regional (STEARNS, 2012). Para entender a discórdia entre Ruanda e Uganda ver Stearns Cap. 16 Cain and Abel.

partir de grupos rebeldes? É importante salientar que, na região dos Grandes Lagos africanos, tal realidade é recorrente em Uganda, Ruanda e RDC. Novamente, portanto, compreendemos a inadequação das abordagens eurocêntricas para esta pesquisa, bem como a inadequação de abordar a região a partir de Estados soberanos e suas instituições. Ademais, o MLC apresentou as limitações inerentes aos demais movimentos congolese, sendo comandados por elite educada, porém os soldados eram camponeses locais com pouca ideologia e base tribal. No entanto, para melhor compreensão da região leste congolese, bem como sua relação com os Estados vizinhos, discutiremos, a seguir, sobre a região dos Kivus, fronteira da RDC com Ruanda e Uganda.

3.5 Os Kivus: leste congolês ou oeste ruandês?

A região dos Kivus era complexa e volátil. A área dos Kivus é quase quatro vezes maior que Ruanda. A região é composta, territorialmente, por duas províncias: Kivu Norte e Kivu Sul. A região recebe imigrantes ruandeses desde o período colonial, o que era incentivado pela Bélgica (PRUNIER, 2009), uma vez que os limites territoriais dos atuais Estados de Ruanda, Burundi e RDC eram administrados como uma unidade.

No Kivu Norte, os belgas promoveram a migração de trabalhadores ruandeses para a região, cerca de 85.000. Estes trabalhadores eram *tutsi* e *hutu* e, em sua maioria, iam trabalhar nas minas, alguns indo para Katanga. A região apresentava problemas com etnicidade e posse de terras. *Tutsis* pastores se moveram de Ruanda e Uganda e se estabeleceram na área. Os chefes locais congolese foram substituídos pelos *tutsis*, causando retaliação. As transformações sociais causadas pelo colonialismo enfraqueciam o poder das lideranças locais e monetarizavam a posse de terras. A tensão aumentou no período de 1960-1965, quando o primeiro conflito civil desmantelou as formas de governo herdadas da administração colonial (PRUNIER, 2009).

Apesar de o Kivu Norte não estar diretamente envolvido - diferente do Kivu Sul - o conflito foi utilizado como pretexto para a perseguição dos *Banyarwanda* e sua posse de terras, resultando em violência local a partir de 1965, quando o conflito cessou no restante do Zaire. Mobutu manipulou essas realidades locais. Houve novas chegadas de ruandeses após o massacre de *tutsis* entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964. Muitos *tutsis* adquiriram terras abandonadas pelos colonialistas belgas em 1960 ou confiscadas em 1973, durante a “Zairanização”. Mobutu utilizava a questão da cidadania desses migrantes como investimento político. Assim, em 1972 foi dada cidadania congolese a todos que estavam em território

zairense desde antes de 1950, abrogado em 1981. Fatos que acirraram a disputa na região, pois levaria problemas para as eleições posteriores (PRUNIER, 2009).

No Kivu Sul, havia menor densidade populacional que o Kivu Norte. Portanto, menos problemas e pressões por terras. Nesta região havia grande presença de *Banyamulenge*⁸¹, migrantes ruandeses cujas primeiras chegadas foram no século XVII, intensificado no século XVIII, devido às perseguições em Ruanda. Em sua maioria eram *tutsi* e os maiores fluxos ocorreram em 1959, 1964 e 1973 (PRUNIER, 2009).

Ao contrário dos migrantes do Kivu Norte, possuíam apenas uma pequena elite educada e nenhuma conexão política com Kinshasa. Evitavam ser chamados de *Banyarwanda* para não serem vistos como “estrangeiros”. Foram recrutados pela FPR, durante a década de 1990. Os *Banyamulenges* lutaram pela FPR, objetivando experiência militar e aquisição de armamentos para um eventual conflito, neste período, contra seus vizinhos congolese. No entanto, queriam ser aceitos no Zaire (PRUNIER, 2009).

Os Kivus eram entendidos como extensão de Ruanda, onde extremistas inspirados pelos genocidas *hutus* ruandeses buscavam a aniquilação dos *Banyamulenge* e dos *tutsi* do Kivu Norte. Tal interpretação era, internacionalmente, apoiada pelas ONGs pró-*tutsi* e pelo governo dos EUA. Houve, ainda, a formação de interpretação anti-RPF, na qual entedia-se as tribos autóctones como inocentes selvagemmente atacados pelos *Banyarwanda*. Esta interpretação era apoiada pela sociedade civil do Kivu e ONGs europeias aliadas. Estas interpretações levaram ao risco de guerra de autodefesa (PRUNIER, 2009), alinhando-se à percepção de interpretação/consequência de Kurki (2006).

Dessa forma as tensões na região dos Kivus foi aprofundada. A situação era de conflito de terras no Kivu Norte; memórias de conflito civil no Kivu Sul; problemas de cidadania; pobreza generalizada; sobrepopulação; e ambições de políticos, manipulando sentimentos e contradições locais (PRUNIER, 2009).

Neste cenário, a violência eclodiu no Kivu Norte acarretando a fuga da população para Ruanda (PRUNIER, 2009; STEARNS, 2012). Assim, nos deparamos com uma situação paradoxal. Essas pessoas seriam ruandeses refugiados em seu próprio Estado? Compreendemos, portanto, a importância das abordagens teóricas utilizadas como ferramentas nesta pesquisa. Existe uma especificidade nesta região: RDC, Ruanda e Burundi foram

⁸¹ Pequena comunidade de *tutsis* que emigraram de Ruanda e Burundi para o leste do Congo nos séculos XVIII e XIX (entre 100.000 e 300.000 de 60 milhões de congolese). Ao contrário do *Banyarwanda*, que foram para o Kivu Norte, eram camponeses empobrecidos, com pouca educação. No Kivu Norte formavam 40% da população, no Kivu Sul essa porcentagem era muito menor: 3-4% (STEARNS, 2012; PRUNIER, 2009).

administrados pelo Estado colonial belga como uma unidade. Dessa forma, entendemos que as fronteiras existentes, limitando territorialmente tais Estados, reconhecidas pela comunidade internacional não se adequam às realidades da região.

No ataque ao Kivu Sul, que iniciou o primeiro conflito congolês, os *Banyamulenge* agiram em concerto com a RPA, anunciando novo movimento político rebelde do Zaire, a AFDL. O acordo criando este movimento foi assinado em 18 de outubro de 1996, no Kivu Sul, cujos signatários eram representantes de outros quatro grupos rebeldes⁸² (PRUNIER, 2009; STEARNS, 2012). Esta coalizão, contudo, foi uma manobra ruandesa para mascarar como congoleza a invasão. Vale lembrar que uma invasão estrangeira a um Estado territorial, internacionalmente reconhecido, acarretaria constrangimentos das potências ocidentais, porém seria tolerado caso se tratasse de um conflito interno.

Neste ponto, é importante para este trabalho a apresentação das narrativas dos atores que atuaram na região. O discurso ruandês era de segurança, ou seja, impedir o Estado do Zaire de executar limpeza étnica e assistir *Banyamulenge* deslocados (Refugee International Bulletin, October 11, 1996). O primeiro alvo foram os campos de refugiados. No entanto, a narrativa ruandesa para comunidade internacional era de que a crise do Zaire era puramente doméstica, não havendo interferência de Ruanda, segundo o Ministro do Exterior de Ruanda, Anastase Gasana (Radio Ruanda apud PRUNIER, 2009). De acordo com Pasteur Bizimungu, porém, estaria ocorrendo uma segunda Conferência de Berlim pelo território congolês (Radio France Internationale apud PRUNIER, 2009). A mídia implicou Ruanda na invasão do Congo, mas tratando como conflito de zairenses contra zairenses (Radio Ruanda apud PRUNIER, 2009).

Ademais, a narrativa ugandense se baseava no combate a ADF, baseada no Zaire. De acordo com Museveni, Uganda não estaria no Zaire. Os conflitos estariam ocorrendo entre grupos governo e grupos dissidentes (Radio Kampala apud PRUNIER, 2009).

Nesta esteira, a internacionalização do conflito foi inevitável. Os conflitos do Zaire e de seus vizinhos tornaram-se emaranhados. Então, a intervenção de estrangeiros no leste foi causa ou catalizador dos conflitos congolezes? É importante enfatizar que, de acordo com Prunier (2009), após 2003, havia dois Congos: o leste, com seus conflitos de baixa intensidade e o restante do território congolês, que vivia em relativa paz. Além disso, de acordo com Meredith (2017), Ruanda e Uganda transformaram o leste do Congo em seu próprio feudo, saqueando os recursos e estabelecendo zonas de controle, tendo milícias congolezas como aliadas.

⁸² Deogratias Bugera – tutsi do Kivu Norte (ADP), Laurent-Desire Kabila (PRP), Anselme Masasu Nindaga – meio tutsi de Bukavu (Mouvement Révolutionnaire pour la Libération du Zaïre), e André Kisase Ngandu (Conseil National de Resistance pour la Démocratie).

3.6 Considerações sobre o capítulo: Leopoldo, Mobutu e Kabila, três fases?

The state does not exist or no longer exists in Zaire. It is no more than a skeleton that entertains the illusion⁸³

Kabwe apud Young, 1994, p. 247.

Início esta seção com a afirmação de Kabwe, segundo o qual o território da RDC nunca constitui um Estado soberano. Alinhado-se a esta afirmativa faço a seguinte interrogação: a RDC teria de fato três fases ou uma mesma fase sob diferentes governantes? Ambas as questões estão interligadas uma vez que este trabalho acredita na inadequação da visão da RDC a partir de um olhar estatal. Destarte, devemos compreender a diferença existente entre a formação do Estado no Ocidente e a sua imposição no continente africano. De acordo com as abordagens desta pesquisa esta imposição impactou os territórios pós-coloniais. Além disso, enfatizamos a dificuldade de periodizar o estudo proposto, uma vez que, acreditamos, as realidades atuais não só possuem raízes na era colonial, como constituem o seu prolongamento, cultural, econômica e politicamente.

Assim, de acordo com Young (1994), o Zaire tinha como herança o esforço persistente de construir um Estado cuja missão era transformar a sua sociedade de acordo com a imagem de seus governantes, assemelhando-se, dessa forma, ao Estado colonial de Leopoldo. De acordo com o autor, no entanto, o legado do Estado colonial era mais de exclusão que incorporação, pois o Estado colonial buscava por estrutura hegemônica para reconhecimento internacional - baseado na dominação e na extração (YOUNG, 1994).

Este reconhecimento, para Grovogui (2002), foi moldado pela Paz de Westphalia, cuja ordem internacional de Estados relativamente autônomos afeta o conhecimento, afeta agenda de pesquisa, pois trata-se de um entendimento específico de realidade internacional. O Estado africano pós-colonial desafia este entendimento. Assim, é entendido, através de uma visão eurocêntrica, como um desvio de modelo ocidental tratado como incapacidade de gerir soberania, ou seja, um desvio da “normalidade”.

Dessa forma, buscando esta “normalidade”, bem como o reconhecimento internacional, formou-se no atual território da RDC um “Estado integral”, com presença em todos os setores da sociedade, com intermediários políticos (redes clientelistas) ou mediação ideológica. A

⁸³ “O estado não existe ou não nunca existiu no Zaire. Não é mais que um esqueleto que entretém a ilusão” (KABWE apud YOUNG, 1994, p. 247).

primeira versão deste Estado ocorreu sob administração belga, seguindo a versão lumumbista, com as suas tentativas de *state-building*, e, por último, a terceira versão - o Estado mobutista (YOUNG, 1994). Dessa forma, compreendemos o impacto do legado colonial permeando toda a história congoleza, sendo seu principal fator a falta de entendimento das realidades locais, analisadas a partir de prismas eurocêntricos. É importante enfatizar que o autor escreve em 1994, portanto, analisando a RDC somente até o governo Mobutu. No entanto, este trabalho entende que o Estado mobutista continuou presente no governos Kabila - pai e filho.

Esta realidade persiste porque a existência dos Estados africanos - como organização política - é apoiada pela ordem internacional. No entanto, os mesmos não ficaram inertes no destino escolhido pelas potências. Ao contrário, buscaram medidas que permitissem adaptações ao Estado, conforme reconhecido. Dessa forma, havendo formas fluidas de poder e legitimidade, na RDC através da redes *warlords*, que buscam manipular o Estado para que atuem sob sua fachada, no caso da RDC, até mesmo chegando ao poder e sendo reconhecido, internacionalmente, como governante. Dessa forma este trabalho busca o refutar senso comum westphaliano e enfatizar instrumentalização de soberania, objetivando repensar a condição africana pós-colonial e potenciais soluções.

Acreditamos que o principal obstáculo para tal é a colonização da estrutura de conhecimento existente. Vale salientar que a história da RDC, assim como a do continente africano, em geral, foi quase inteiramente contada por europeus e norte-americanos, pois não havia língua escrita na região quando estes chegaram, o que levou à grande distorção. A colonização hierarquizou as formas de conhecimento e saber, desconsiderando a existência de história oral nesses territórios.

Além disso, a construção do sujeito colonial impactou a construção do conhecimento acerca dos territórios e povos coloniais. Segundo Hochschild (1999), os europeus falavam da África como se no continente não houvesse africanos; como se ele fosse uma imensidão vazia, à espera de intervenção europeia. Cabe ressaltar que, atualmente, devido aos diversos estereótipos existentes acerca do continente, tal visão ainda persiste.

É importante salientar que a consolidação da posse da colônia por Leopoldo II ocorreu em um momento tecnológico em que havia uma série de ferramentas que não existiam em períodos anteriores, permitindo que poucos milhares de homens brancos dominassem cerca de 20 milhões de africanos. Além disso, houve grande avanço na medicina, diminuindo a mortalidade dos europeus no continente africano. O barco a vapor e os veleiros de alto-mar também foram uma importante ferramenta no Congo (HOCHSCHILD, 1999; CONRAD, 2009). Além disso, durante o século XVIII, a organização da África Central Ocidental sofreu

grande mudança quando as redes comerciais, adquirindo grande importância. Escravos, pequena quantidade de marfim, cobre e cera foram trocados por tecidos e armas. Na segunda metade do século, estima-se que 50.000 fuzis foram importados para o continente africano (VANSINA, 2010).

No entanto, é importante a abordagem de Vellut (2010) de que não se pode considerar o século XIX, pré-colonial, como uma fase de violência generalizada no continente, em razão do tráfico negreiro e disputas internas. Tal premissa, da África como um continente imerso em lutas tribais, negligencia o fato de a maior parte da população levar uma vida pacífica de produtores, através da melhora da agricultura e do ordenamento da exportação de seus produtos. Para o autor, o avanço de uma economia mundial mercantil, no século XVI, gradativamente, impactou a economia da África Central. Dessa forma, o século XIX é uma continuidade das relações mercantis desiguais. A África Central do século XIX foi marcada pelas rupturas com o passado, com a região se integrando com a rede de trocas mundiais. Esta região era composta por densas populações tanto quanto áreas esparsamente ocupadas, devido a fatores geográficos, econômicos e sociais, assim como acontecimentos históricos. As zonas de grande densidade desempenharam papel importante, sendo foco de imigração e, muitas vezes, de emigração, facilitando o povoamento de zonas marginais (VELLUT, 2010).

Segundo Silva (2012), internamente, o continente é marcado por fluxos migratórios, responsáveis por alterações nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais entre os grupos daquele continente. Os povos africanos caracterizam-se pelo contato, mutação e miscigenação histórica. Já o contato com os europeus foi algo inédito no continente. A introdução africana no sistema capitalista, de forma periférica, trouxe mudanças drásticas para as sociedades africanas. O modelo de relacionamento entre a Europa e a África foi baseado na exploração econômica e no fracionalismo sociopolítico.

Vale ressaltar, por exemplo, que apesar da retórica de civilização, cristianização e livre-comércio, Leopoldo II considerava que a finalidade das colônias era “enriquecê-lo e enriquecer a Bélgica” (HOCHSCHILD, 1999, p. 48). A penetração belga foi facilitada no Congo, também, pela dinâmica dos povos da região, que não se fortaleceram como unidades políticas ou se fortaleceram anteriormente à penetração europeia, que ocorreu quando já estavam em declínio. Muitas das unidades políticas da região foram desestruturadas com a intensificação do tráfico de escravos (SILVA, 2012).

As estruturas implantadas no período colonial – por Leopoldo e, posteriormente, pelo Estado belga – influenciaram as estruturas estatais pós-coloniais, voltadas para repressão interna. Esta estrutura, implantada no período colonial, foi possibilitada pela relativa

estabilidade externa – fronteiras estáveis – além de ambiente interno hostil, devido à reduzida projeção de poder além da capital. Cabe ressaltar que o estabelecimento das fronteiras africanas, diferente da Europa, foi resultado de cooperação, não da competição interestatal, pois as potências europeias não desejavam arcar com os custos de um conflito. Dessa forma, as disputas eram levadas para o campo diplomático (SILVA, 2012).

Vale enfatizar, contudo, que tais disputas tinham como suporte os interesses europeus. Não houve, também, a relação proposta por Tilly (1990) entre guerras e a formação dos Estados, como ocorrida no continente europeu. Segundo esta abordagem, as guerras levaram os Estados a intensificar seus mecanismos coercitivos; extrair recursos para financiamento de sua proteção; e distribuir direitos, como forma de barganha com a sociedade.

Dessa forma, as estruturas do período colonial possibilitaram o sistema de exploração econômica que objetivavam o acúmulo de riquezas pela metrópole e por empresas. As estruturas coercitivas buscavam este objetivo, por isso, as tarefas de educação, saúde e, eventualmente, segurança pública eram responsabilidade das missões católicas e companhias ligadas ao setor minerador. Portanto, a época colonial e a independente foram marcadas pela exploração de recursos naturais e diversas atrocidades cometidas para sua extração (SILVA, 2012).

A exploração de recursos seria, então, o motivo para os conflitos na região leste congoleza, que acabaram se espalhando por toda a RDC? E para a persistência destes após o fim formal? A exploração dos recursos congolezes estaria encoberta pelas narrativas de atores estatais e não-estatais acerca de segurança? E a comunidade internacional? Qual seu papel? É importante salientar que, segundo Stearns (2012), quando Ruanda invadiu a RDC em 1998, houve protestos de Whashington e Londres, mas os mesmos não utilizaram de sua influência diplomática e financeira para coagir os invasores. Além disso, os atores estrangeiros envolvidos sempre buscaram uma roupagem congoleza para suas atuações.

Dessa forma, Prunier (2009) apresenta a inadequação das duas explicações tradicionais acerca dos conflitos congolezes: através da lógica estatal de confronto e a economicista. A primeira não se aplica ao caso congolês pela questão da adoção das fronteiras estatais, adotadas no período colonial e criticada pelo pós-colonialismo e pelo pós-estruturalismo. A questão central nesta abordagem seria a intangibilidade das fronteiras coloniais em confronto com o problema de legitimidade dos governantes. A explicação economicista não se adequa por aprofundar os estereótipos de pobreza e corrupção regionais.

Ademais, a partir dos CSS compreendemos a dificuldade de análise de conflitos em termos Estado X Estado. Além da presença de uma miríade de atores não-estatais, muitas vezes,

eles são financiados e apoiados por Estados. No caso da RDC, os grupos armados eram apoiados tanto pelos invasores, como pela própria RDC.

Dessa forma, esta pesquisa alinha-se com o entendimento de Prunier (2009) acerca das complexidades africanas, segundo a qual haveria um *gap* de percepção com a falta de interesse em áreas periféricas das RI, regiões marginalizadas e a apresentação midiática estereotipada e escassa pelo Ocidente. Essas questões se relacionam com as abordagens pós-coloniais acerca da produção de conhecimento.

Alinhando-se a essa questão, há a utilização de termos produzidos no Ocidente que auxiliam esse *gap* de percepção das realidades africanas, bem como a restrição de outras dinâmicas políticas, limitadas pelas visões estadocêntricas, conforme apresentado pelos estudos pós-estruturais. O uso de termos como, Estado falido, emergência humanitária, *state-building*, moldam o pensamento e a produção de conhecimento a partir de um modelo ocidental - entendido como única forma de pensamento.

Outro ponto importante seria a necessidade de adequação do vocabulário existente. Os estudos estão repletos de oposições binárias como estatal x não-estatal, *inside* x *outside*, entre outros. Cabe salientar, no entanto, que a partir da utilização das lentes propostas neste estudo - pós-colonialismo e pós-estruturalismo - este pensamento cartesiano é inadequado. Dessa forma, não é possível o entendimento das realidades africanas e, sobretudo, congoleesas. Neste ponto, faço uma ressalva de dificuldade presente neste estudo. A bibliografia utilizada nesta pesquisa utiliza o termo governo, e similares, para o poder do Estado central, ou seja, reconhecido pela comunidade internacional. Em contrapartida, há a utilização do termo “rebelde” para os atores não-estatais, que lutam contra este governo central. No entanto, existem problemas de legitimidade na região. No caso congolês, Mobutu buscava ganhos pessoais, enquanto L. Kabila era um títere ruandês. Reconhecidos, contudo, pela comunidade internacional. Como adequar, dessa forma, o vocabulário existente, se o governo não era reconhecido por grande parte dos congolesees?

Nesta esteira, existe o questionamento: Congo, fracasso ou renascimento? Cabe ressaltar que no contexto congolês há a presença de diversos atores - *warlords*, camponeses, refugiados, *kadogos*, comerciantes, trabalhadores humanitários. Ou seja, de acordo com Prunier (2009), uma experiência ainda desconhecida. Portanto, há o desconhecimento acerca do resultado, pois a história não é teleológica.

Além disso, não é possível a compreensão da RDC pensando dentro do aparato intelectual tradicional, com seus conceitos binários e cartesianos, sobretudo em relação ao espaço e ao tempo. Pois, ao utilizar o primeiro, caímos na armadilha de pensar o espaço pela

lógica de fronteiras e soberania. Ao utilizarmos a temporalidade, no entanto, somos aprisionados pela tentação de pensar a África como atrasada e passiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALÉM DA MERA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS BINÁRIOS

Este capítulo buscará retomar e resumir os principais pontos desta dissertação. Além disso, identificará os métodos utilizados, bem como discutirá as suas implicações para este estudo - a imbricação entre narrativas/contranarrativas e conflitos na região leste da República Democrática do Congo.

Ademais, é importante lembrar a pergunta de pesquisa que norteou este trabalho: De que forma os conflitos armados ocorridos no leste da República Democrática do Congo tensionam a representação de Estado reconhecida pelo Sistema Internacional e pela teorias tradicionais de Relações Internacionais? Assim, buscando respondê-la o argumento proposto foi: O Estado congolês constituído após o período colonial teve como inspiração o modelo liberal eurocêntrico. A partir de práticas discursivas, as teorias tradicionais de RI apresentam este Estado como única fonte de autoridade e único *locus* de poder. No entanto, no leste da RDC, outras fontes de autoridade e poder são percebidas como legítimas, dessa forma, suscitando tensões entre as narrativas sobre Estado e as contranarrativas dos atores presentes na região, o que resultaria na ocorrência de autoridades sobrepostas, ou seja, na coexistência de múltiplas autoridades.

Utilizando-se deste argumento, esta pesquisa teve por objetivo investigar de que forma as narrativas e contranarrativas existentes na região coexistiam ou se chocavam. Para que tal estudo fosse viável, de acordo com o aporte teórico proposto - pós-colonialismo, pós-estruturalismo e Estudos Críticos de Segurança - a metodologia utilizada foi a representação histórica (DUNN, 2008) e *practice tracing* (POULIOT, 2015). Dunn (2008) busca apresentar como representações, temporal e espacial, constroem realidades e conhecimento. O *practice tracing*, proposto por Pouliot (2015), busca o estudo da causalidade a partir de eventos específicos, entendendo haver similaridades entre os mesmos. A causalidade do *practice tracing* é compreendida através da interpretação de contextos sociais nos quais a variável X causa Y em um contexto específico. Ademais, a relação entre causalidade e interpretação corrobora com o entendimento de causalidade inferido por Kurki (2006). Segundo esta compreensão a representação A resulta na consequência B. Além disso, foi utilizada a narrativa lírica de Abbott (2007). De acordo com autor trata-se de uma narrativa anti-positivista, pois não entende a mesma como linear. Ademais, compreende a narrativa como interpretativa, dependente da temporalidade e localização do autor. Enfatiza a imagem da situação, não a sequência de eventos. Assim, ao apresentar a história congoleza, não buscamos a linearidade, mas a ênfase

de aspectos que acreditamos ser importantes para esta pesquisa, como lentes de aumento das imagens percebidas e interpretadas.

Vale ressaltar que as discussões acerca de interpretação e representação foram extensamente utilizadas nesta pesquisa, pois entende-se que os conflitos ocorridos na região foram resultantes das mesmas. Inicialmente, este estudo critica a tentativa de apresentar a RDC como resultado de progresso ou fracasso. Esta crítica se deve por acreditar que oposições binárias não se adequam à análise do problema desta pesquisa devido às peculiaridades locais. É importante lembrar que o período colonial se iniciou e através das representações de uma África pré-colonial imersa em barbarismos. Dessa forma, foi legitimado pela construção identitária do sujeito colonial.

Portanto, buscamos interpretar as imagens africanas através do entendimento dos efeitos da colonização europeia e seus impactos culturais, políticos e econômicos no mundo pós-colonial. Assim, foi necessária uma abordagem complexa de temporalidades e estratégias sobrepostas. Isso porque estamos analisando um período passado em outra dimensão temporal, necessitando buscar o entendimento da construção histórica no contexto ocorrido. Essa compreensão se faz necessária para que não ocorra a hierarquização de leituras.

Ademais, a formação dos Estados no continente africano não ocorreu como resultado de conflitos territoriais regionais, traçando suas fronteiras, conforme o modelo europeu. As fronteiras da RDC, assim como de outros Estados africanos, foram delimitadas a partir da diplomacia das potências ocidentais, de acordo com seus interesses políticos e, por conseguinte, econômicos. Segundo, a África, seu território e sua população, foram assolados pelo colonialismo, com brutal exploração de seus recursos - naturais e humanos - na RDC. Além disso, a RDC, em conjunto com Ruanda e Burundi, foram administrados como uma única unidade política, após a Primeira Guerra Mundial, dessa forma, dificultando a representação como Estados diferentes após o período colonial. Assim, entendemos não ser adequada uma abordagem geográfica, a partir das fronteiras estatais internacionalmente reconhecidas na região.

Vale, ainda, lembrar que havia, durante o período colonial, um gradiente de poder, com o governo central controle pouco além da capital e as áreas mais distantes, ficando sob o controle das autoridades tradicionais, cooptadas pelo governo metropolitano. Assim, o leste congolês foi estruturado voltado para fora, ou seja, com pouco ou nenhum reconhecimento pelo governo central. Dessa forma, após o fim colonial a região ficou dividida entre lideranças estatais e não-estatais, no entanto, com pouco ou nenhum alcance do governo congolês, internacionalmente reconhecido. Dessa forma, não é razoável a separação

doméstico/internacional na região, pois ao tentar entendê-la a partir desse dualismo, não conseguimos compreender se o leste congolês é de fato congolês, ruandês ou ugandense. A nossa compreensão é de que é algo que não é possível localizar em nenhuma dessas alternativas citadas. Isso porque existe uma miríade de atores estatais e não-estatais coexistindo na região, cuja atuação oscila entre conflito e ausência de conflito, com períodos transitórios de tensão localizado entre ambos - conflito e ausência deste. Esse entendimento foi produto não só de consultas bibliográficas, mas também observado pelo Major Robson Dantas, porém o mesmo acredita que esses eventos são consequência da falta de alcance do Estado congolês e seu governo central na região.

Ademais, a compreensão do objeto desta pesquisa através de lentes positivistas e/ou ocidentais não possibilita a análise da inserção marginal no sistema internacional, bem como a relação complexa entre o mundo pós-colonial e suas ex-metrópoles após o fim colonial. Primeiramente, a inserção marginal africana ocorreu pela adoção de fronteiras estatais e imposição e reconhecimento internacional de soberania a estes novos Estados pelo fim do colonialismo. A segunda questão, sua relação complexa com a ex-metrópoles, ocorreu porque a soberania jurídica adquirida, no entanto, as ex-metrópoles continuavam no controle das principais funções estatais - militar e, sobretudo, econômico. No caso da RDC, esta situação se apresentou, também, após o fim formal dos conflitos, porém com controle de atores regionais, Ruanda e Angola, principalmente.

Outra questão importante a ser analisada e compreendida além da história construída pelo ocidente, é sobre os líderes e elites das ex-colônias no período pós-colonial. Vale salientar que os mesmos eram apoiados pelo ocidente e pelas antigas metrópoles, e operavam dentro de estruturas voltadas para interesse próprio e ocidental. Dessa forma, a leitura de que os africanos, após o colonialismo, pioraram a situação de seus Estados, bem como exploraram o próprio povo não se aplica. Entende-se, portanto, que o colonialismo permaneceu, porém, sob máscara nativa e através de outros canais - instituições e conhecimento.

Portanto, as explicações materiais do colonialismo não podem ser descoladas de valores culturais e formação de conhecimento. As representações e conhecimentos pós-coloniais tem consequências materiais. Dessa forma, é necessária a desconstrução de estruturas discursivas, além do pensamento além de estruturas rígidas e dualísticas. Por conseguinte, existe a necessidade de questionamento do colonial não desaparece após a colonização. Assim, compreendemos que a violência material colonial, que foi possibilitada pela construção do sujeito colonial, persistiu no período pós-colonial, através do estereótipo do africano e, sobretudo, pela formação da estrutura de conhecimento, com linearidades temporais e espaciais,

pelo prisma estadocêntrico, bem como pelo entendimento através de oposições binários, na qual é uma coisa ou não. Assim, não se considera a possibilidade de existência das oscilações transitórias, localizadas em algum ponto entre dualismos.

Há, ainda, as especificidades existentes no leste congolês, fronteira com Ruanda, Burundi e Uganda. Além do influxo de migrantes de Ruanda-Urundi, provocado pelos administradores belgas, para diminuir a tensão populacional neste e aumentar as ofertas de trabalhadores na mineração congoleza, a região era inteiramente voltada para seus vizinhos. Vale lembrar que a região leste da RDC localiza-se a grande distância de sua capital, dessa forma sua pouca infraestrutura era voltada para o escoamento de sua produção mineral pelos Estados vizinhos. Esse fator relativo à distância da capital resulta, também, no afastamento da região de seu governo central. Assim, a autoridade no leste congolês ficava com os chefes tradicionais locais, muitos cooptados pelo governo/colonizador.

Dessa forma, a região ficou sob autoridade destas lideranças tradicionais e sujeita à ingerência dos Estados vizinhos. É importante retomar que no leste congolês havia a presença de ruandeses que migraram no período colonial e, ainda, após os massacres ocorridos em Ruanda, resultando nas narrativas dos atores envolvidos nos conflitos da região. Estes atores atuaram, em grande medida, a partir de grupos congolezes, visando uma máscara congoleza, ou seja, uma narrativa de conflito interno na RDC.

Dessa forma, buscando o financiamento dos conflitos, bem como ganhos pessoais, atores estatais - Ruanda, Uganda e RDC - e não-estatais exploravam os recursos naturais existentes na região. Os *warlords*, então, tiveram protagonismo nesses eventos. É importante enfatizar que o próprio presidente congolês, L. Kabila, era um *warlord*. Ademais, este trabalho entende que o argumento sobre a coexistência de múltiplas autoridades no leste da RDC - se confirma. No entanto, esta pesquisa ampliou tal argumento, pois entende que a atuação dos *warlords*, assim como a roupagem congoleza dos conflitos foram toleradas pela comunidade internacional, que aceitou um (ex-)*warlord* como presidente, para não ter que intervir em um conflito internacional.

Compreendemos, a partir das abordagens propostas para esta pesquisa, que o fenômeno *warlord* não se trata de causa ou consequência de instituições colapsadas, mas de modelo diferente de autoridade. Este modelo rejeita suposições estadocêntricas. Ademais, corrobora com os CSS, pois considera outros agentes agindo sobre as questões de violência, bem como a necessidade de abordagem além das visões estadocêntricas e militaristas. Entende-se, ainda, que governantes e *warlords* manipulam definições de soberania e Estado para proteger a sua

autoridade pessoal. Dessa forma, o reconhecimento de soberania de Estados pós-coloniais seria o reconhecimento de política *warlord* pelo sistema internacional.

Além disso, deve ser mencionada a dificuldade de um recorte geográfico para investigação proposta. Não é adequado um recorte territorial, ou seja, delinear um limite territorial, pois, apesar de a região investigada nesta pesquisa ser, internacionalmente, reconhecida como território congolês, politicamente encontra-se subordinada às autoridades locais - não-estatais - alinhadas a Ruanda e Uganda. Dessa forma, não é razoável a compreensão da região a partir de um prisma estadocêntrico. Ademais, há uma cadeia de eventos ocorridos na região que levava aos conflitos ocorridos entre 1996 e 2003.

Outra inadequação ocorre na tentativa de um recorte temporal para a análise em questão. Os conflitos na região tiveram início antes do conflito civil de 1996 e não terminaram após seu fim formal, em 2003. A crise continental congoleza deve ser analisada como uma cadeia de eventos que ocorreram a partir do colonialismo belga e se aprofundaram a partir de 1959, com os acontecimentos ocorridos em Ruanda, gatilhando os conflitos contemporâneos.

Esta pesquisa compreendeu, ainda, a importância dos estudos acerca da especificidade regional, com fronteiras porosas; população heterogênea, e sua distribuição não corresponde a limites fronteiriços; conflitos sobrepostos e interligados. Por conseguinte, confirmando abordagens não tradicionais como mais adequadas para este estudo, uma vez que poder e legitimidade emanam de outras fontes. Tais fontes são os atores não-estatais, a partir de grupos armados, e a ingerência de outros Estados - Ruanda e Uganda - sob os quais a região pesquisa encontra-se sob controle de fato.

Outro ponto importante já mencionado por este trabalho é a inadequação do vocabulário existente para estudo. Os estudos de RI, assim como toda a estrutura vocabular existente, é pautada por conceitos fechados - cartesianos - e com oposições binárias, como doméstico/internacional; *inside/outside*, fracasso/sucesso, entre outros. No caso de estudo em questão, porém, essa estrutura binária não se adapta. Como já mencionado, o leste congolês apresenta peculiaridades que dificultam a utilização de tais conceitos, pois, os limites e oposições, que acreditam existir, se confundem.

Ademais, este estudo acredita ao abordar os eventos a partir de uma perspectiva hierárquica não se considera os interesses do colonizado nem o seu protagonismo. O colonizado é apagado da história, sendo retratado como um agente passivo dos acontecimentos e das ações dos colonizadores. Dessa forma, esse (ex)colonizado não se sente responsável nem responsabiliza outros nativos pelos fatos. Essa retórica pôde ser percebida, sobretudo, através de conversas com refugiados congolezes. Além disso, as consideradas disfunções africanas são

explicadas como ineficácia ocidente e intervenções europeias no continente, incluindo assistência financeira e intervenção humanitária, apagando ou não reconhecendo que o colonialismo e suas atrocidades foram cometidos através da retórica de civilização e progresso. Assim, não se questiona a persistência das ações coloniais através da narrativa, sobretudo, de direitos humanos e ideais democráticos.

Dessa forma, a construção desses discursos, escondidas em barreiras de valores ocidentais universalizados, deve ser problematizada e desvelada. Para tal, a superioridade do conhecimento ocidental deve ser recusada. Acreditamos que isso ocorrerá a partir da reestruturação do aparato de conhecimento, sobretudo acadêmico, existente. Assim, as contribuições não-ocidentais não podem ser variantes de ideias ocidentais, mas desconstruir tais ideias, considerando o contexto das sociedades pós-coloniais. Cabe salientar, contudo, a existência da abordagem pós-colonial, marginalizada pelos teóricos apoiados no conhecimento ocidental. A falta de receptividade não é somente de teorias não-ocidentais, mas também de temas e atores considerados periféricos. Dessa forma, eurocentristas e africanistas, que enfatizam diferentes aspectos e dilemas, colocam o impasse africano não é apenas na arena política, mas também na teórica.

Esse apagamento do sujeito de sua própria história esteve presente na narrativa dos refugiados congolese consultados para essa pesquisa. Semelhante à narrativa ocidental do europeu agindo por um africano passivo, esses congolese reconhecem os problemas de seus governantes acerca de decisões que não beneficiavam o povo congolês. No entanto, todos os refugiados culpam o outro, em sua maioria, os ruandeses, que parecem ocupar, atualmente, o lugar do europeu do período colonial.

Mediante o exposto, esta pesquisa acredita que mesmo confirmando o argumento sobre a coexistência e sobreposição de múltiplas autoridades, as mesmas só tensionam a representação de Estado, reconhecida pelo sistema internacional, se analisadas a partir de abordagens como as proposta nesta pesquisa. Isso porque estas autoridades utilizam a retórica da representação estatal para se organizarem de forma alternativa, através de autoridades não-estatais e ações nas quais não há a separação doméstico/internacional. Dessa forma, colocando a região em um impasse político - a partir de abordagens estadocêntricas - ou, conforme mencionado - um impasse teórico.

Por fim, cabe ressaltar que não é objetivo desta investigação esgotar as discussões relativas aos conflitos e narrativas constantes no leste congolês. É importante registrar que foram levantados diversos outros questionamentos durante a pesquisa. A principal dúvida suscitada a partir desta pesquisa foi em relação à Ruanda, sobretudo, seus refugiados que se

espalharam pela região dos Grandes Lagos. Uma vez que os distúrbio iniciaram-se na década de 1990 com a invasão de ruanda promovida por um exército formado por refugiados ruandeses estabelecidos em Uganda na década de 1960. Tal grupamento atuou, também, para derrubada de regime ugandense. Em seguida, após o genocídio, em 1994, o influxo de ruandeses para o leste da RDC contribuiu para os conflitos congolese e exacerbação dos problemas no leste. Dessa forma, questiona-se: quem são estes refugiados? Como atuam para desestabilização de outros regimes? De que forma as representações de Estado e do sujeito refugiado corroboram para esses eventos? E, por último, o leste congolês seria uma “*buffer zone*” ruandesa?

Assim, buscamos apresentar as dificuldades e complexidades inerentes à RDC, bem como a importância de estudá-la a partir de abordagens e conceitos alternativos, pois

The point is that existence of different traditions of inquiry that are each seeking to produce warrant assertions in their own way is in no way a threat to the integrity of each tradition... Instead, *any* tradition of inquiry that is concerned to produce warrant assertions about international affairs should be allowed, even encouraged, to develop and flourish in IR. The danger is not relativism; the danger is the potential myopia produced by a methodological and theoretical monoculture. Complementary warrant assertions - multiple perspectives, each of which is internally coherent and demonstrably rigorous - can only improve our overall grasp of international affairs. There is nothing here to fear, so we should stop barricading our doors against one another, step outside, and have a conversation (JACKSON, 2015, p. 21, grifo do autor).⁸⁴

⁸⁴ “O ponto é que a existência de diferentes tradições de investigação que cada um procura produzir afirmações de garantia à sua própria maneira não é de forma alguma uma ameaça à integridade de cada tradição... Em vez disso, *qualquer* tradição de investigação que esteja preocupada em produzir afirmações de garantia sobre assuntos internacionais devem ser permitidos, até mesmo encorajados, a se desenvolver e florescer em RI. O perigo não é o relativismo; o perigo é a miopia potencial produzida por uma monocultura metodológica e teórica. As afirmações complementares de garantias - múltiplas perspectivas, cada uma das quais é internamente coerente e demonstravelmente rigorosa - só podem melhorar nossa compreensão geral dos assuntos internacionais. Não há nada aqui para temer, por isso devemos parar de barrar nossas portas umas contra as outras, sair e ter uma conversa” (JACKSON, 2015, p. 21, grifo do autor, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. Against Narrative: a preface to lyrical sociology. **Sociological Theory**, v. 25, n. 1, p. 67-99, March 2007.

ABRAHAMSEN, Rita. African studies and the postcolonial challenge. **African Affairs**, v. 102, n. 417, p. 189-210, Abr. 2003. Disponível em: <http://afraf.oxfordjournals.org/content/102/407/189.abstract>. Acesso em: 07 JUN 2013.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why Is There No Non-Western International Relations Theory? In: _____. **Non-Western International Relations Theory: perspectives on and Beyond Asia**. London: Routledge, 2010. p. 1-25.

AJAYI, J. F. Ade. África no Início do Século XIX: problemas e perspectivas. In: AJAYI, J. F. Ade. **História Geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-26.

ASHLEY, Richard K. **Untying the Sovereign State**: a double reading of the anarchy problematique. Millennium, Journal of International Studies. 1988. p. 227-262. Disponível em: <http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2016/02/Ashley-Richard-K.-Untying-the-sovereign-state-a-double-reading-of-the-anarchy-problematique.-Millennium-Journal-of-International-Studies-.pdf>.

AYOOB, Mohammed. Defining Security: a subaltern realist perspective. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p. 121-146.

BARKAWI, Tarak; MARK, Laffey. The postcolonial moment in security studies. **Review of International Studies**, v. 32, p. 329-352, 2006.

BARTELSON, Jens. **The Critique of the State**. Cambridge: University Press, 2003.

BASAGLIA, Isabella. The Contribution of Post-Colonial Theory to the Construction of Identity in International Relations. Cross-sections, **The Bruce Hall Academic Journal**, v. VIII, 2012. Disponível em: http://eview.anu.edu.au/cross-sections/vol8/pdf_instructions.php. Acesso em: 07 jun. 2013.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998. cap. 3, p. 105-128.

BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. **International Relations and the Problem of Difference**. Great Britain: Routledge, 2004.

BOAHEN, Albert Adu. A África Diante do Desafio Colonial. In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-20.

BOOTH, Ken. Security and Self: reflections of a fallen realist. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 83-119.

BOOTH, Ken; VALE, Peter. Critical Security Studies and Regional Insecurity: the case of Southern Africa. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 329-354.

BROWNING, Christopher S. **International Security**: a very short introduction. United Kingdom: Oxford, 2013.

BRUNSCHWIG, Henri. **A Partilha da África Negra**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BURKE, Anthony. Aporias of Security. **Alternatives**, v. 27, p. 1-27, 2002.

ÇALKIVIK, Asli. Claiming the International as a Critical Project. In: TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. **Claiming the International**. London and New York: Routledge, 2013. p. 45-58.

CHAKRABARTY, Jaydeep. **Postcolonialism**: a critical introduction. EUA: Booktango, 2014.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System**: the politics of state survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COX, Wayne S.; NOSSAL, Kim Richard. The “crimson world”: the Anglo core, the post-Imperial non-core, and the hegemony of American IR. In: WAEVER, Ole; TICKNER, Arlene B. **International Relations Scholarship Around the World**. London and New York: Routledge, 2009. p. 287-307.

DALBY, Simon. Contesting an Essential Concept: reading the dilemmas in contemporary security discourse. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p. 3-31.

DARBY, Phillip. Pursuing the Political: a postcolonial rethinking of Relations International. **Journal of International Studies**, v. 33, n.1, p. 1-32, 2004.

DEVETAK, Richard. **Postmodernism**. 2001, p. 161-187. cap. 7.

DUNN, Kevin C. Imagining the Congo: the international relations of identity. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

DUNN, Kevin. Historical representations. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. **Qualitative methods in International Relations: a pluralist guide**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

FERRO, Marc. **História das Colonizações**: das conquistas às independências: séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17- 42.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GROVOGUI, Siba N. Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition. **European Journal of International Relations**, v. 8, n. 3, p. 315-338, 2002.

GROVOGUI, Siba. The New Cosmopolitanisms: Subtexts, Pretexts and Context of Ethics. **International Relations**, v. 19; n. 103, p. 103-113 2005. Disponível em: <http://ire.sagepub.com>.

GROVOGUI, Siba. The State of the African State and Politics: ghosts and phantoms in the heart of darkness. In: TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. **Thinking International Relations Differently**. New York: Routledge, 2012. p. 117-138.

HAMATI-ATAYA, Inanna. Worlding Beyond the Self? IR, the subject, and the Cartesian anxiety. In: TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. **Claiming the International**. London and New York: Routledge, 2013. p. 27-44.

HASKIN, Jeanne M. **The Tragic State of the Congo**: from descolonization to dictatorship. New York: Algora Publishing, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 97-138.

HOBSON, John. **The State and Internacional Relations**. Cambridge: University Press, 2000.

HOCHSCHILD, Adam. **O Fantasma do Rei Leopoldo**: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

INAYATULLAH, Naeem. Distance and Intimicy: forms of writing and worlding. In: TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. **Claiming the International**. London and New York: Routledge, 2013. p. 194-213.

JACKSON, Patrick Thaddeus. Fear of Relativism. **International Studies Perspectives**, v. 16, p. 13-22, 2015.

JAHN, Beate. **IR and the State of Nature**: the cultural origins of a ruling ideology. Review of International Studies, v. 25, n. 03, p. 411-434, Jul. 1999. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/div-clasitleir-and-the-state-of-nature-the-cultural-origins-of-a-ruling-ideologydiv/24187166D6EF1375E07EFC50031ED47D>. Acesso em: dez. 2016.

KLEIN, Bradley S. Conclusion: every month is “security awareness month”. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 359-368.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael. From Strategy to Security: foundations of critical security studies. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 33-59.

KURKI, Milja. Causes of a Divided Discipline: rethinking the concept of cause in international relations theory. **Review of International Studies**, v. 32, p. 189–216, 2006.

LEGUM, Colin. **Africa since Independence**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1999.

LLOSA, Mario Vargas. **O Sonho do Celta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 11-121.

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and Subject**: contemporary Africa and the legacy of late colonialism. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

MBEMBE, Achille. **What is Postcolonial Thinking?** An interview with Achille Mbembe. Eurozine. 2008. Disponível em: <http://www.eurozine.com/what-is-postcolonial-thinking/>. Acesso em: 10 out. 2016.

MBEMBE, Achille. **Provisional Notes on the Postcolony**. Journal of the International African Institute, v. 62, n. 1, p. 3-37, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1160062?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21105195618093>. Acesso em: 30 set. 2014.

MCSWEENEY, Bill. The Meaning of Security. In: MCSWEENEY, Bill. **Security, Identity and Interests**: a sociology of International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. cap: 1, p. 13-22.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MUTIMER, David. Reimagining Security: the metaphors of proliferation. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 187-216.

OFUHO, Cirino Hiteng. Africa: teaching IR where it's not supposed to be. In: WAEVER, Ole; TICKNER, Arlene B. **International Relations Scholarship Around the World**. London and New York: Routledge, 2009. p. 71-85.

PARIS, Roland. **Echoes of the Mission Civilisatrice**: peacekeeping in the post-Cold War era. In: NEWMAN, Edward; RICHARMOND, Oliver P. The United Nations and Human Security. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p. 100-118.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 9-45.

PUCHALA, Donald. Some Non-Western Perspectives on International Relations. **Journal of Peace Research**, v. 34, n. 2, p. 129-134, May, 1997. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0022-3433%28199705%2934%3A2%3C129%3ASNPOIR%3E2.0.CO%3B2-6>.

RENO, William. **Warlord Politics and African States**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

SHARP, Joanne P. **Geographies of Postcolonialism**: spaces of power and representation. Canadá: Sage Publications, 2009.

SILVA, Igor Castellano. **Congo, a Guerra Mundial Africana**: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz. Porto Alegre: Leitura XXI, Cebráfrica, UFRGS, 2012.

SMITH, Steve. The contested concept of security. In: BOOTH, Ken (Ed.). **Critical security and world politics**. London: Lynne Rienner Publishers, 2005. p. 27-59.

STEARNS, Jason K. **Dancing in the Glory of Monsters**: the collapse of the Congo and the great war of Africa. New York: Perseus Books, 2011.

TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. Introduction: Thinking Difference. In: TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. **Thinking International Relations Differently**. New York: Routledge, 2012. p. 1-24.

TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. Introduction: Claiming the International **Beyond IR**. In: TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. **Claiming the International**. London and New York: Routledge, 2013. p. 1-24.

TICKNER, Arlene B. By Way of Conclusion: forget IR? In: TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. **Claiming the International**. London and New York: Routledge, 2013 A, p. 214-232.

TILLY, Charles. **Coercion, Capital and European States, AD 990-1990**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

TURNER, Thomas. **The Congo Wars**: conflict, myth and reality. London and New York: Zed Books, 2007.

VANSINA, J. O Reino do Congo e seus Vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan. **História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 647-694.

VELLUT, Jean-Luc. A Bacia do Congo e Angola. In: AJAYI, J. F. Ade. **História Geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 343-376.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

WAEVER, Ole; TICKNER, Arlene B. Introduction: geocultural epistemologies. In: WAEVER, Ole; TICKNER, Arlene B. **International Relations Scholarship Around the World**. London and New York: Routledge, 2009. p. 1-31.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside**: relações internacionais como teoria política. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ: Ed. Apicuri, 2013.

WALKER, R. B. J. The Subject of Security. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 61-81.

WEBER, Cintia. **Simulating Sovereignty**. Cambridge: University Press, 1995. p. 1-39 e p. 123-129.

WESSELING, Henk L. **Dividir para Dominar**: a partilha da África 1880-1914. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

WILLIAMS, Michael C.; KRAUSE, Keith. Preface: Toward Critical Security Studies. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael (Ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. VII-XXIV.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism**: a very short introduction. EUA: Oxford University Press, 2003.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism**: an historical introduction. EUA: Blackwell Publishing, 2001.